

A BAIXADA FLUMINENSE E O MITO DA MERITOCRACIA:
Análise do discurso jornalístico do periódico Extra sobre a educação periférica

MARCOS VINÍCIUS ARAGÃO FURTADO

Orientador (a) : Prof^o. Dr^o. Pablo Cezar Laignier de Souza

Rio de Janeiro
Junho/2021

MARCOS VINÍCIUS ARAGÃO FURTADO

**A BAIXADA FLUMINENSE E O MITO DA MERITOCRACIA:
ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO DO PERIÓDICO EXTRA SOBRE A
EDUCAÇÃO PERIFÉRICA**

Monografia apresentada ao curso de
Comunicação Social do IBMEC,
como requisito parcial para obtenção
do título de Bacharel em Comunicação
Social – Jornalismo

Orientador: PROF^o. DR^o. PABLO CEZAR LAIGNIER DE SOUZA

Rio de Janeiro
Junho/2021

Ficha catalográfica

F992b

Aragão Furtado, Marcos Vinícius

A BAIXADA FLUMINENSE E O MITO DA MERITOCRACIA:: Análise do discurso jornalístico do periódico Extra sobre a educação periférica / Marcos Vinícius Aragão Furtado. - 2021.

94 f.: il. color

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário Ibmec, COMUNICAÇÃO SOCIAL JORNALISMO, Campus Barra, Rio de Janeiro, 2021

Orientador: Prof. Dr(a). Pablo Cezar Laignier de Souza.

1. Jornalismo. 2. Educação. 3. Baixada Fluminense. 4. Mito da meritocracia. 5. O Extra.

FOLHA DE APROVAÇÃO

MARCOS VINÍCIUS ARAGÃO FURTADO

A BAIXADA FLUMINENSE E O MITO DA MERITOCRACIA: ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO DO PERIÓDICO EXTRA SOBRE A EDUCAÇÃO PERIFÉRICA

Monografia apresentada ao curso de Comunicação Social do IBMEC, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo.

Avaliação:

BANCA EXAMINADORA:

PROFESSOR DR^o. PABLO CEZAR LAIGNIER DE SOUZA – ORIENTADOR

PROFESSORA DR^a ALINE DA SILVA NOVAES – BANCA EXAMINADORA

PROFESSORA ME. SANDRA SUBHI ABDALA – BANCA EXAMINADORA

Rio de Janeiro, vinte e nove de junho de dois mil e vinte e um

Dedico este trabalho a todos os estudantes de periferias que, na maior parte das vezes, não têm oportunidade de contar com um sistema de ensino que estimule o pensamento crítico. Não há mérito na desigualdade.

Agradecimentos

À minha mãe, Leudimar Aragão Furtado. Mesmo com todos os atravessamentos estruturais por ser mulher, negra e mãe solteira, você não soltou as minhas mãos e me permitiu ingressar no ensino superior. A senhora me amparou quando eu não tinha condições de viajar à Barra da Tijuca, bairro onde o Ibmec está situado, me despertou quando o desânimo surgiu e confiou em um sonho inimaginável. A finalização da graduação é o resultado de seu amor e parceria.

Aos meus avós, Domingas Aragão Furtado e Otaviano Furtado, por terem ajudado na minha educação. Se por um lado a dona Domingas me levava para estudar no Brizolão em Belford Roxo, por outro o seu Otaviano era quem me falava da importância dos estudos. Nunca vou esquecer de vocês.

Ao meu namorado, Matthaeus Braga, por ter me apoiado nas etapas mais decisivas e nas inúmeras vezes que pensei em desistir. Eu te amo!

Aos meus professores do ensino fundamental e médio, pois, em meio às limitações do sistema público de ensino, muitos de vocês conseguiram me apresentar o prazer do conhecimento.

Aos amigos, Gabriela Albano, Glauber Farias, Larissa Veillard, Alysson Rodrigues, Laura Camilo, Guillaume Lauras, Fernanda Nascimento, Mayara Veillard, Caroline Lima, Jean Pierry Leonardo, Felipe Migliani, Ramon Vellasco, Jefferson Barbosa, Camila Leite, Sandra Lopes, Rosana Gonçalves, a minha psicóloga Tatiana e tantos outros que foram essenciais no estímulo diário para que eu pudesse chegar até essa etapa da minha vida. À minha grande amiga e parceira de estudos, Carla Siccós, que, além de me tirar por diversas vezes da baixo-autoestima, foi a fonte da minha reportagem premiada do 11º Prêmio Santander Jovem Jornalista.

Aos professores e às professoras do Ibmec que me ajudaram em cada etapa. Em especial, à Adriana Barsotti, que considero a minha madrinha de profissão e grande amiga, à Jorgiana Brennan, minha querida "JoJolia Roberts", que enxergou em mim potencial para participar e ganhar o prêmio do Santander, à Alessandra Porto, que sempre foi muito amorosa, à Tatiane Mendes, minha parceira na execução do minidocumentário "De Bel à Barra", ao Tiago Suzarte e a tantos outros profissionais do Ibmec que se tornaram grandes amigos.

Ao meu orientador, Pablo Laignier, que conseguiu entender as minhas inquietações e me direcionar durante essa desafiadora etapa do trabalho de conclusão de curso. Eu não poderia deixar de agradecer também às professoras: Aline Novaes e Sandra Abdala, que, além de me encherem de alegria por aceitarem o convite para compor a banca deste trabalho, foram essenciais na minha trajetória acadêmica. Aline me introduziu na produção acadêmica com um trabalho sobre a falta de representatividade negra no jornalismo e a Sandra foi a primeira professora que enxergou naquele tímido rapaz da semana inicial de aula um potencial que nem eu mesmo compreendia. Vocês moram no meu coração! Por fim, agradeço a Deus, pois sem Ele nada poderia fazer.

“A legitimação do mundo moderno como mundo “justo” está fundamentada na “meritocracia”, ou seja, na crença de que superamos as barreiras de sangue e nascimento das sociedades pré-modernas e que hoje só se leva em conta o “desempenho diferencial” dos indivíduos.”

*-- Ralé Brasileira: Quem é e Como Vive, de
Jessé Souza.*

Lista de Figuras

Figura 1 – Comentários nas redes sociais sobre a chacina no Jacarezinho	21
Figura 2 – Mapa da Baixada Fluminense	24
Figura 3 – Caminhos da ferrovia no estado do Rio de Janeiro.....	29
Figura 4 – Página Principal do jornal Extra	69
Figura 5 – Página Principal do jornal Extra II	69
Figura 6 – Página Principal do jornal Extra III	70
Figura 7 – Página da editoria Educação	70
Figura 8 – Chamada da matéria sobre Selminha Sorriso	76
Figura 9 – Referência a formatura de Selminha Sorriso	78
Figura 10 – Chamada da matéria sobre estudantes sem verbas em inscrição de competição...81	
Figura 11 – Chamada da matéria sobre estudante que conseguiu bolsas de estudos	82

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Estimativa da População da Baixada Fluminense em 2015	25
Tabela 2 – Contabilização das vezes em que termos relacionados a meritocracia apareceram nas constituições	38
Tabela 3 – Média de horas trabalhadas por brasileiros	43
Tabela 4 – Ranking de desigualdade mundial.....	49
Tabela 5 – Sites de notícias mais acessados do Brasil em abril de 2021	68
Tabela 6 - Títulos das matérias do Extra decorrentes da primeira busca.....	71
Tabela 7 – Títulos das matérias do Extra decorrentes da segunda busca.....	71
Tabela 8 – Títulos das matérias do Extra que serão analisadas	72

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Média de horas anuais trabalhadas por pessoas ocupadas no Brasil.....	42
Gráfico 2 – Número de gerações para que uma família de baixa renda atinja a renda média .	48
Gráfico 3 – Países com maior concentração de renda	49
Gráfico 4 – Média de rendimentos em regiões metropolitanas.....	50
Gráfico 5 – Rendimento médio por cor.....	51
Gráfico 6 – Diferença salarial entre quem tem ou não ensino superior	53
Gráfico 7 – Relação de média de rendimento com acesso à internet e atividades	54
Gráfico 8 – Média de rendimentos por área de conhecimento.....	55
Gráfico 9 – Dedicção as pautas de educação.....	63
Gráfico 10 – Tempo de Trabalho na produção jornalística de educação	64

Resumo

Este trabalho visa compreender como o mito da meritocracia é reproduzido em reportagens do jornal Extra que abordam a educação na Baixada Fluminense. Para isto, o estudo se debruçou sobre a historiografia da região estudada e conceitos importantes que apontam como a ideia de meritocracia se estabelece e coopera para a conservação das desigualdades sociais. Dessa forma, este trabalho abordou conceitos e teorias como a de lugares vazios, mencionado por Zygmunt Bauman, de indústria cultural, por Theodor Adorno e Max Horkheimer, e de capital simbólico, de Pierre Bourdieu. Além disso, houve o diálogo com a historiografia da Baixada Fluminense realizada por pesquisadores como José Cláudio Alves. Com relação à meritocracia, Duru-Bellat e Pierre Bourdieu foram importantes estudiosos consultados, com os respectivos conceitos de verniz moral e racismo da inteligência. Para analisar como estes se manifestam no jornalismo, foram feitas análises de discursos de matérias/reportagens dos últimos 5 anos do periódico fluminense.

Palavras-chave: Jornalismo; Educação; Baixada Fluminense; Mito da Meritocracia, O Extra

Abstract

This work aims to understand how the myth of meritocracy is reproduced in articles from the Extra newspaper that address education in Baixada Fluminense. For this, the study focused on the historiography of the studied region and important concepts that point out how the idea of meritocracy is established and cooperates for the conservation of social inequalities. Thus, this work addressed concepts and theories such as empty places, mentioned by Zygmant Bauman, cultural industry, by Theodor Adorno and Max Horkheimer, and symbolic capital, by Pierre Bourdieu. In addition, there was a dialogue with the historiography of Baixada Fluminense carried out by researchers such as José Claudio Alves. With regard to meritocracy, Duru-Bellat and Pierre Bourdieu were important scholars consulted, with their respective concepts of moral veneer and racism in the intelligence. To analyze how these are manifested in journalism, discourse analyzes of articles/reports from the last 5 years of the Rio de Janeiro periodical were carried out.

Keywords: Journalism; Education; Baixada Fluminense; Myth of Meritocracy, O Extra

Sumário

Introdução	13
1. Baixada Fluminense: a história das Margens	16
1.1. Periferia como produto da indústria cultural	16
1.2. Sobre qual Baixada falamos?	22
1.3. A formação da Baixada Fluminense	25
2. O mito da meritocracia	33
2.1. A aristocracia do mérito	33
2.2. As desigualdades do mérito no Brasil	36
2.3. A meritocracia escolar no Brasil	51
3. O discurso do extra sobre a meritocracia na Baixada	57
3.1. Um panorama do jornalismo de educação	57
3.2. Como analisar o discurso de meritocracia no jornalismo?.....	65
3.3. A educação no jornal Extra como <i>corpus</i> empírico	67
3.4. O discurso do extra sobre a educação da baixada fluminense	71
3.4.1. Documentário sobre estudantes da Baixada no ensino superior	72
3.4.2. Campeã no carnaval e nas salas de aula	75
3.4.3. Jovem da Baixada Fluminense passa na Sorbonne	79
3.4.4. Alunos deixam de participar de competição internacional	80
3.4.5. Com Vitória até no nome	82
Considerações finais	86
Referências bibliográficas	88

INTRODUÇÃO

Com um histórico de pouco planejamento e má gestão pública, a Baixada Fluminense se desenvolveu de forma precária. Os africanos e seus descendentes escravizados trabalharam na região no período em que a produção de café do Rio de Janeiro representava a maior parte da economia brasileira. De acordo com um estudo da Universidade de Emory¹, cerca de 2 milhões de escravos chegaram ao estado do Rio de Janeiro entre os séculos XVI e XIX. Mais à frente, no século XX, migrantes, principalmente do Nordeste do Brasil, ocuparam a região. O crescimento demográfico desta época se explica principalmente pela construção das rodovias Presidente Dutra e Washington Luís.

Com o passar dos anos, os habitantes da Baixada Fluminense ocuparam postos de trabalho na cidade do Rio de Janeiro, enfrentando grandes distâncias. Apesar de serem considerados como cidades-dormitório, os municípios da região concentram grande quantidade de centros comerciais e algumas indústrias. O que esbarra em outro paradoxo: o baixo desempenho dos índices sociais e educacionais.

Mesmo com empresas que supostamente energizam a economia, principalmente das cidades de Duque de Caxias e de Nova Iguaçu, a região possui uma carência no sistema educacional, responsável por um dos três fatores analisados pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

É a partir deste cenário que o presente trabalho vai analisar a manifestação do mito da meritocracia. Com suas primeiras referências registradas na França, a partir do pensamento da burguesia que se opunha ao nepotismo da aristocracia, a ideia de meritocracia foi se popularizando e se constituindo como um modelo social em que a igualdade de oportunidades legitimaria os méritos de alguns. No entanto, como será visto no decorrer deste estudo, várias contradições permearam (e permeiam) o pensamento meritocrático desde seu estabelecimento. Dessa forma, as desigualdades sociais foram se transformando em diferenças de dons e talentos e normalizando com um discurso racional (e não mais com o religioso) os privilégios concentrados nas mãos de poucos.

Para fazer o sistema meritocrático funcionar, a escola é o órgão que vai legitimar quem está ou não apto para receber os privilégios da meritocracia. No Brasil, um dos países com os

¹ Dispersão de africanos através do mundo atlântico. Disponível em <https://slavevoyages.org/>. Acesso em: 15/06/2021

maiores índices de desigualdade social do mundo, a meritocracia se manifesta para a estruturação e conservação de classes sociais.

A partir dos contextos e dos conceitos apresentados, surgem algumas questões, dentre elas: em que medida o jornalismo reproduz o discurso da meritocracia? Quais são as abordagens que um periódico carioca tem sobre a educação na Baixada Fluminense? E como o discurso de meritocracia produzido colabora para a conservação das desigualdades sociais?

Para investigar as respostas das questões expostas, este trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro problematiza a produção da imagem de periferias e favelas como lugares a serem evitados pelos veículos de comunicação de massa. Assim, procurou-se o diálogo de conceitos importantes dos estudos de comunicação e de sociologia, como o de lugares vazios, mencionado por Zygmant Bauman, de indústria cultural, de Theodor Adorno e Max Horkheimer, e de capital simbólico, de Pierre Bourdieu. O diálogo entre esses conceitos foi fundamental para que se fizesse a introdução aos estudos da Baixada Fluminense, região central deste estudo.

Dessa forma, a mesma seção deste trabalho se debruçou sobre a história da formação da Baixada Fluminense para elucidar como se instituiu a situação atual da região. Consultou-se estudiosos relevantes sobre a história da região, como José Claudio Alves, Lúcia Helena Pereira da Silva e Manoel Ricardo Simões. Aqui foram expostos importantes contextos de sua colonização pelos portugueses, impactos regionais dos interesses econômicos e consequências da problemática libertação dos escravos africanos. Além disso, termos importantes, como "baixadização" e "cidades-dormitório", foram apresentados.

O segundo capítulo abordou as origens e os conceitos de meritocracia. Desde os primeiros registros de sua concepção até as problematizações de seus desdobramentos na sociedade. Para tal, foram invocados os conhecimentos teóricos de trabalhos desenvolvidos pelos estudiosos Ione Ribeiro Valle, Elizete Ruschel e Max Ronaldo da Silva. Dentre os conceitos abordados, destacam-se o "verniz moral", de Duru-Bellat, e o racismo da inteligência, de Pierre Bourdieu

Para o desenvolvimento desta etapa do estudo, vale destacar que foi fundamental consultar vídeos que têm como temas meritocracia e desigualdade social dos canais no YouTube "Meteoro Brasil"² e "Tempero Drag"³. Além disso, analisou-se dados de diversas

² Meteoro Brasil. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=8pFJwLx4kxk&t=368s> >. Acesso em: 13/06/2021

³ Tempero Drag. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=i55mUdtoLWM&t=1158s> >. Acesso em: 13/06/2021

pesquisas, como "Um Elevador Social Quebrado? Como Promover a Mobilidade Social", realizado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento (OCDE), "Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2020", do IBGE, o "Relatório de Desenvolvimento Humano" (RDH) da Organização das Nações Unidas e o "Desigualdade nas Metrôpoles", desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), pelo Observatório da Metrópole e pelo Observatório da Dívida Social na América Latina (RedODSAL).

No último capítulo, o estudo se concentrou em dar um panorama do jornalismo da área da educação no Brasil. Nesse sentido, os trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores Rodrigo Pelegrini Ratier e Marcos Luiz Cripa foram consultados. Ademais, a pesquisa "Perfil do Jornalista de Educação, a partir dos filiados à Jeduca, da Associação Brasileira de Jornalismo de Educação (Jeduca), foi muito importante na concepção deste panorama.

Uma vez apresentado este conhecimento, analisou-se o discurso de uma amostra de matérias/reportagens do jornal Extra, que davam conta da realidade de estudantes da Baixada Fluminense.

Por meio da metodologia da Análise de Discurso, averiguou-se as seguintes matérias/reportagens: "Documentário mostra transformações e desafios de estudantes da Baixada que decidem cursar o ensino superior", "Selminha Sorriso: campeã no carnaval e nas salas de aula", "Jovem da Baixada Fluminense aprende francês com refugiados e passa na Sorbonne", "Alunos de escola estadual deixam de participar de competição internacional por falta de verba para inscrições" e "Com Vitória até no nome, jovem humilde de Magé ganha bolsas em universidades no exterior".

Dessa forma, a análise empírica deste material foi realizada a fim de contribuir com a discussão e levantar novas questões sobre a reprodução midiática do mito da meritocracia.

1. BAIXADA FLUMINENSE: A HISTÓRIA DAS MARGENS

1.1. PERIFERIA COMO PRODUTO DA INDÚSTRIA CULTURAL

De acordo com o Dicio, dicionário online da língua portuguesa, o primeiro significado da palavra “marginal”⁴ é “localizado à margem de; que segue o contorno, a borda de: marginal do Tietê”. Outra definição dada a este termo é “que foi excluído da sociedade ou prefere viver fora dela”. Seja no sentido objetivo ou no figurado, o vocábulo é utilizado na maior parte das vezes de forma problemática e preconceituosa para se referir a indivíduos que moram nas periferias urbanas. O próprio termo periferia vai muito além do que parece, pois faz referência tanto a comunidades afastadas como aquelas que se encontram nos centros metropolitanos. Vários são os exemplos no Rio de Janeiro de favelas que estão localizadas na região central: a Rocinha, o Vidigal e o Cantagalo-Pavão-Pavãozinho são algumas delas.

Certamente a conformação do lugar periférico não se efetua segundo a mesma lógica de centro e entorno, nas diversas localidades do mundo. Entretanto, o fato do complexo de favelas do Cantagalo-Pavão-Pavãozinho estar situado no coração da zona sul da cidade do Rio de Janeiro, não impede que o lugar seja considerado uma periferia, quando se compara o acesso às oportunidades de emprego, aos serviços essenciais, aos bens culturais e ao lazer disponíveis aos moradores não favelados (FREITAS, 2008, p. 79).

Além de se manifestar na localização geográfica, a heterogeneidade das favelas também pode ser conferida nos seus interiores. A Cidade de Deus, comunidade da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, é uma das principais evidências da pluralidade interna das periferias. A sua estrutura plana foge do estereótipo de morro associado às favelas e os seus habitantes possuem diferentes realidades e distintos níveis de acessos econômicos e culturais. A invisibilidade da diversidade dessas regiões é conservada por meio da pouca representatividade na mídia tradicional. Essa problemática torna-se mais evidente quando iniciativas autônomas, como a do CDD (Cidade de Deus) Acontece⁵, informativo virtual fundado pela comunicadora Carla Siccós, são desenvolvidas para dar conta da complexa realidade (sem espaço na grande imprensa) das periferias. Dessa forma, Freitas (2008, p. 80) conclui que “mesmo em se tratando de uma mesma favela, portanto, não predomina uma realidade homogênea, como costumam mostrar os noticiários de tevê”.

⁴ Significado da palavra “marginal”. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/marginal/> >. Acesso em: 23/05/2021.

⁵ A história do CDD Acontece foi contada na reportagem, produzida por mim, e premiada pelo jornal Estado de São Paulo no 11º Prêmio Santander Jovem Jornalista. Disponível em: < <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,pagina-virtual-revela-outra-cidade-de-deus,10000093450> >. Acesso em: 23/05/2021.

O sociólogo e filósofo polonês Zygmunt Bauman disserta em seu livro "Modernidade Líquida" sobre o conceito de espaços vazios. Proposto pelo pesquisador Jerzy Kociatkiewicz e pela economista Monika Kostera, espaço vazio é a definição de "lugares que não se atribui significado" (BAUMAN, 2001, p.120). Diferentemente do que a primeira impressão do termo faz parecer, estes espaços não são vistos como vazios de pessoas ou de elementos. Eles são interpretados como esvaziados de significados. Logo, se não enxergam sentido nesses lugares, também não enxergam diferenças (não há o que diferenciar) e, por conseguinte, se tornam invisíveis (não há o que enxergar). Bauman explica que esses locais são espaços que "sobram" da construção de "regiões importantes" e que facilitam a identificação de lugares frequentados por "usuários diferentes" (BAUMAN, 2001, p 121). Dentro dessa linha de pensamento, as periferias são classificadas como espaços vazios, pois a formação dessas regiões aconteceu a partir da construção das metrópoles e os seus habitantes são frequentemente interpretados como à parte da sociedade.

Numa de minhas viagens de conferências (a uma cidade populosa, grande e viva do sul da Europa), fui recebido no aeroporto por uma jovem professora, filha de um casal de profissionais ricos e de alta escolaridade. Ela se desculpou porque a ida para o hotel não seria fácil, e tomaria muito tempo, pois não havia como evitar as movimentadas avenidas para o centro da cidade, constantemente engarrafadas pelo tráfego pesado. De fato, levamos quase duas horas para chegar ao lugar. Minha guia ofereceu-se para conduzir-me ao aeroporto no dia da partida. Sabendo quão cansativo era dirigir na cidade, agradei sua gentileza e boa vontade, mas disse que tomaria um táxi. O que fiz. Desta vez, a ida ao aeroporto tomou menos de dez minutos. Mas o motorista foi por fileiras de barracos pobres, decadentes e esquecidos, cheios de pessoas rudes e evidentemente desocupadas e crianças sujas vestindo farrapos. A ênfase de minha guia em que não havia como evitar o tráfego do centro da cidade não era mentira. Era sincera e adequada a seu mapa mental da cidade em que tinha nascido e onde sempre vivera. Esse mapa não registrava as ruas dos feios "distritos perigosos" pelas quais o táxi me levou. No mapa mental de minha guia, no lugar em que essas ruas deveriam ter sido projetadas havia, pura e simplesmente, um espaço vazio (BAUMAN, 2001, p. 121).

Reitera-se que na cidade do Rio de Janeiro a divisão entre centro e periferia extrapola questões geográficas. Esta divisão passa por atributos econômicos e simbólicos. Em consonância com esta premissa, o doutor em comunicação e cultura Pablo Laignier aponta a mídia tradicional como agente de produção da imagem das periferias como locais que somente possuem problemas de infraestrutura, de segurança, de renda, de escolarização e de serviços públicos.

Surgidas há pouco mais de 100 anos, no contexto da Abolição da Escravatura, as favelas do Rio de Janeiro ocupam hoje o imaginário dos moradores do "asfalto" como "zonas de conflito". Ao tornar-se substantivo comum já nas primeiras décadas do século XX, a "favela" passou a designar, de um modo geral, os locais físicos/lugares simbólicos de

exclusão social na cidade do Rio de Janeiro (e hoje, através da veiculação midiática, em outras partes do Brasil) (LAIGNIER, 2008, p. 11).

Dessa forma, observa-se que a imagem estigmatizada e estereotipada das periferias é, em grande medida, construída por parte da imprensa e por produtos da indústria cultural, como novelas, filmes e seriados.

Formulado pelos filósofos da Escola de Frankfurt, na Alemanha, Theodor W. Adorno e Max Horkheimer, indústria cultural é um conceito crítico à inclinação da cultura e do jornalismo à lógica da indústria, especialmente a norte-americana.

Tudo indica que o termo indústria cultural foi empregado pela primeira vez no livro *Dialektik der Aufklärung*, que Horkheimer e eu publicamos em 1947, em Amsterdã. Em nossos esboços tratava-se do problema da cultura de massa. (...) produtos adaptados ao consumo das massas e que em grande medida determinam esse consumo (ADORNO, 1975, p. 287 apud ODERICH, 2019, p. 44).

Para além de uma crítica à padronização da cultura pelos Estados Unidos, a ideia de indústria cultural foi fundamentada em oposição às utilizações dos meios de comunicação de massa para a consolidação de governos de regimes totalitários, como os de Benito Mussolini e de Adolf Hitler.

Ora, ADORNO⁶ e HORKHEIMER conheceram a propaganda nazista. Eles viram o que o nazismo fez com o rádio, repetindo, de certa forma, a estratégia já desenvolvida por MUSSOLINI na Itália. Ao assumir o poder em 1922 na Itália, MUSSOLINI também usou esses dois veículos. Ele criou a Cinecittà, empresa de filmes do Estado italiano. Esses dois ditadores desenvolveram políticas de comunicação que podem ser consideradas as mais competentes que já existiram. Perceberam o grande potencial de mobilização das massas através do cinema e do rádio. É importante aprender com esses exemplos, pois eles podem nos ensinar a mobilizar uma sociedade não para o autoritarismo, mas para a libertação, a criatividade e a emancipação (FADUL, 1993, p. 55)⁷.

O filósofo e escritor italiano Umberto Eco criou uma denominação para todos que se opuseram à ideia da comercialização da cultura. Dessa forma, Adorno, Horkheimer e os demais críticos da indústria cultural foram considerados apocalípticos⁸. De acordo com os filósofos da

⁶ Todos os nomes e termos em caixa alta nessa citação estão conforme o original.

⁷ Pontua-se aqui que a propaganda não foi o único instrumento utilizado por Benito Mussolini e Adolf Hittler. Dentre outros artifícios, eles utilizavam sanções para que a população os obedecesse.

⁸ Apocalípticos, conceito do filósofo Umberto Eco, se refere a todos que identificam os avanços tecnológicos como elementos de manipulação e autoritarismo de empresas e líderes políticos opressores. Disponível em: < <https://www.medialab.ufg.br/n/109446-apocalipticos-e-integrados> >. Acesso em: 23/05/2021.

Escola de Frankfurt, a cultura de massas é uma ferramenta que contribui para, além do totalitarismo, a conservação do poder vigente e, por conseguinte, das desigualdades sociais.

Adorno e Horkheimer deixam bastante claro que indústria cultural não é arte. E apontam as razões para fundamentar esse ponto de vista. Enquanto a arte autônoma diz respeito à produção da cultura iniciada na época burguesa (mas que não se esgota nesse período), a indústria cultural é mais afeita ao gosto mediano das massas, que constituem o tipo social predominante no capitalismo avançado. Ela está referida principalmente aos meios técnicos de produção e difusão de cultura padronizada. (...) Em outros termos, enquanto a arte autônoma critica a ordem estabelecida, os produtos da indústria cultural ratificam-na sem cessar. Se, por um lado, a técnica permitiu a difusão da cultura para amplos setores da população, representando um ganho e colocando em xeque a ideia tradicional de arte e de seus modos de exposição – como pensava Walter Benjamin –, por outro, sacrificou a lógica intrínseca da arte autônoma, feriu sua autenticidade e pôs a perder sua capacidade de crítica imanente da sociedade (SILVA, 2011, p. 3 apud ODERICH, 2019, p. 44).

O uso político dos meios de comunicação de massa pode ser observado atualmente. Durante o seminário “Educação, Cultura e Tecnologia: Escola do Século XXI”⁹, promovido em 2019 pela Prefeitura de Niterói, no Rio de Janeiro, o sociólogo espanhol Manuel Castells apontou que o Brasil vive uma “Ditadura da Era da Informação”. De acordo com Castells, essa “ditadura” direciona a opinião pública nacional para concordar com violações dos direitos humanos e retrocessos da liberdade conquistada ao longo da história, além de colocar os brasileiros em risco de serem atingidos por uma “barbárie cultural”¹⁰ (cenário ideal para manipulação política da população).

Em consonância com o conceito de Adorno e Horkheimer, Castells afirmou que “a comunicação sempre foi a forma de construir relações sociais e de poder”, destacando o papel das novas ferramentas de comunicação interativas e instantâneas, como a internet, na estruturação de uma “ditadura sutil”. O sociólogo ainda evidenciou que a única maneira de resistir aos efeitos da “Ditadura da Era da Informação” é a “capacidade das pessoas de formar seus próprios critérios, opiniões e valores (...)”.

O doutor em Ciências da Comunicação Eugênio Bucci flagrou o conceito de indústria cultural se colocando em prática na série Cidade dos Homens, a sequência do filme Cidade de Deus, transmitida pela Rede Globo de Televisão.

É verdade que essas duas novíssimas cidades [de Deus e dos Homens] trouxeram para o público algo mais que divertimento. Trouxeram uma esperança cívica de que o

⁹ Palestra “Comunicação, política e democracia”. Disponível em: <
<https://www.youtube.com/watch?v=I4cizUYfZ18>>. Acesso em: 23/05/2021.

¹⁰ Barbárie Cultural, um dos efeitos da indústria cultural, é o estado de alienação e falta de criticidade pelos consumidores de produtos culturais.

entretenimento possa retratar os párias sociais e, assim, possa contribuir para a superação das desigualdades. [...] [Mas] desde o primeiro capítulo, Cidade dos Homens foi deglutida por essa natureza devoradora da TV. Embora tenha representado uma renovação notável no que se via na Globo, ocupando a tela com personagens que nunca estiveram ali, com uma história de favelados “reais”, interpretada por meninos “reais”, sobre temas “reais”, com um modo de narrar surpreendente e perturbador, Cidade dos Homens foi caprichosamente deglutida. Na TV brasileira, o altar nacional do consumo e da pacificação social, toda renovação puramente estética resulta estéril. (BUCCI, 2002 apud SOUZA, 2017, p. 10).

Para o sociólogo jamaicano Stuart Hall (2016, p. 192), a imagem estereotipada “facilita a ‘vinculação’, os laços, de todos nós que somos ‘normais’ em uma ‘comunidade imaginária’; e envia para o exílio simbólico todos Eles, ‘os Outros’, que são de alguma forma diferentes, que estão fora dos limites”. Hall ainda apontou que a estereotipagem ocorre geralmente em locais onde as desigualdades sociais são percebidas facilmente, como é o caso da sociedade brasileira, e determina o que é “aceitável” e “inaceitável” a partir de uma associação simplista, rasa e preconceituosa de características a um indivíduo ou a um grupo, a exemplo do que acontece com os moradores de periferias urbanas.

Recentemente, a favela do Jacarezinho, localizada na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro, foi palco da operação policial (considerada por sociólogos como chacina¹¹) mais letal da história da capital fluminense, com um total de 28 mortos¹². Apesar do elevado número de assassinatos, muitos internautas aprovaram a ação dos policiais ao repercutirem a notícia nas redes sociais.

¹¹ Assassinato coletivo; ação de matar muitas pessoas ao mesmo tempo; massacre. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/chacina/> >. Acesso em: 23/05/2021.

¹² Polícia diz que operação no Jacarezinho teve 28 mortos. Disponível em: < <https://projeto colabora.com.br/ods16/policia-do-rio-produz-sua-maior-chacina-numa-favela-em-acao-com-25-mortos/> >. Acesso em: 23/05/2021.

Figura 1 – Comentários nas redes sociais sobre a chacina no Jacarezinho



(Fonte: Hiper cultura. Disponível em: <<https://twitter.com/thuxxxx/status/1390421911612624897>> Acesso em: 20/05/21).

O sociólogo alemão George Simmel compara no primeiro capítulo do livro “O Fenômeno Urbano”, traduzido por Sérgio Marques dos Reis, a relação dos indivíduos “livres” e “não-livres” no período feudal com a dos habitantes das cidades grandes e os das pequenas. Observando o contexto das periferias, tal associação pode ser aplicada para problematizar as disparidades entre os moradores das regiões metropolitanas com as das periféricas.

Tal qual na era feudal, o homem "livre" era o que permanecia sob a lei da terra, isto é, sob a lei da órbita social maior, e o homem não-livre era aquele cujo direito derivava meramente do círculo estreito de uma associação feudal e era excluído da órbita social maior – assim, hoje o homem metropolitano é "livre" em um sentido espiritualizado e refinado, em contraste com a pequenez e preconceitos que atrofiaram o homem de cidade pequena (SIMMEL, 1973, p. 20).

Nesse sentido, torna-se necessário ter em mente que a ideia de identidade é relativa e a sua aplicação depende da existência de uma alteridade¹³ para existir (HALL e WOODWARD, 2000, p.8).

¹³ Alteridade utilizado na antropologia e filosofia para denominar o outro ou o diferente. Disponível em: <<https://thabatafroio.jusbrasil.com.br/artigos/336830403/etnocentrismo-racismo-e-alteridade>>. Acesso em: 23/05/2021.

Por excluírem as particularidades das periferias e de seus habitantes, os estereótipos das regiões periféricas reforçam no senso comum o pensamento de que os grandes centros urbanos são lugares ideais para o desenvolvimento social e, conseqüentemente, o econômico. "Excluir tais lugares permite que o resto brilhe e se encha de significado" (BAUMAN, 2001, p.122). Dessa forma, as metrópoles se beneficiam simbolicamente e economicamente da reprodução identitária das periferias na mídia exclusivamente como lugares inseguros, sem serviços públicos eficientes e com estruturas precarizadas.

A sobrevivência do capitalismo tem dependido dessa produção e ocupação distintas de um espaço fragmentado, homogeneizado e hierarquicamente estruturado – obtido, sobretudo, através do consumo coletivo burocraticamente controlado (isto é, controlado pelo Estado), da diferenciação entre os centros e as periferias em escalas múltiplas, e da penetração do poder estatal na vida cotidiana (SOJA, 1993, p. 115 apud FILHO, 2003, p. 30).

Tendo em vista o uso da oposição entre metrópoles e periferias como ferramenta de produção de capital simbólico (BOURDIEU, 1989, p. 111), lançar um olhar analítico e aprofundado sobre a história das periferias se faz necessário para entender como essas relações de poder se estabelecem no estado do Rio de Janeiro. Além disso, aprofundar-se sobre as problemáticas dos territórios periféricos elucidará as influências que esta realidade recebe do discurso de meritocracia e da atuação jornalística, elementos que serão abordados nos próximos capítulos.

Para encontrar essas respostas e ampliar a discussão em busca de novos questionamentos, elegeu-se a Baixada Fluminense, uma das áreas da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, como o local a ser investigado no decorrer deste estudo.

1.2. SOBRE QUAL BAIXADA FALAMOS?

Localizada às margens da cidade do Rio de Janeiro, a Baixada Fluminense, objeto central deste trabalho, é um exemplo periférico metropolitano das disparidades sociais do Brasil. Para entender melhor o seu contexto, precisamos ter em mente que existe mais de uma definição para os limites territoriais da região. A fluidez na delimitação das fronteiras da Baixada Fluminense é o resultado da influência político-social em sua geografia (ALVES, 1998, p.15). Apesar da inexistência de um consenso sobre a delimitação de território da região, o doutor em geografia Manoel Ricardo Simões identificou que Nova Iguaçu e Duque de Caxias são consideradas pertencentes à Baixada Fluminense por todos os pesquisadores, além de serem

as mais estudadas. De acordo com o seu levantamento, Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados e Japeri também são unanimemente consideradas integrantes da região, mas recebem menos atenção dos pesquisadores. Estas cidades correspondem à área ocupada pelo antigo município de Iguazu.

Não existe um consenso geral do que seja a Baixada Fluminense, quais os seus limites e os municípios que a compõe. A cada trabalho sobre essa região reabre-se o debate, pois cada autor se coloca de maneira diferenciada com relação a área a ser delimitada. Contudo, existem alguns consensos que devem ser ressaltados. Os municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias são apontados, com unanimidade, como núcleos desta região, assim como não há questionamento sobre a inclusão de seus “satélites” imediatos, como Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Queimados e Japeri, que são incluídos como parte da Baixada Fluminense por todos os autores, mas nem sempre analisados com a mesma profundidade que o “núcleo duro” (SIMÕES, 2006, p. 1-2).

O doutor em sociologia José Cláudio Alves levou em consideração na pesquisa para a produção do seu livro “Dos Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense” um recorte próximo ao das Unidades Urbanas Integradas a Oeste (UUIO), fundamentadas pela Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM). Nessa classificação estão contemplados todos os municípios já mencionados, exceto o de Mesquista (ALVES, 1998, p. 16). O estúdio Manoel Ricardo Simões salienta que no passado alguns bairros da cidade do Rio de Janeiro passaram pelo fenômeno de "baixadização"¹⁴. Quando aconteciam episódios de violência, regiões cariocas eram associadas à Baixada, que tinha números de homicídios bem maiores do que a capital na década de 1990.

Quando, no dia 30 de agosto de 1993, a favela de Vigário Geral expunha ao mundo os 21 mortos da maior chacina¹⁵ cometida pela Polícia Militar no Rio de Janeiro, uma deputada federal lamentou, no rádio, a tragédia ocorrida naquela "favela da Baixada Fluminense" (sic!). Assim, o bairro, que na verdade pertence ao subúrbio carioca, foi incorporado à Baixada (SIMÕES, 2006, p. 1-2).

Já os autores Oliveira (2004, p. 29) e Monteiro (2001, p. 18) extrapolam a lógica de Baixada Fluminense formada apenas por cidades que se originaram do antigo município de

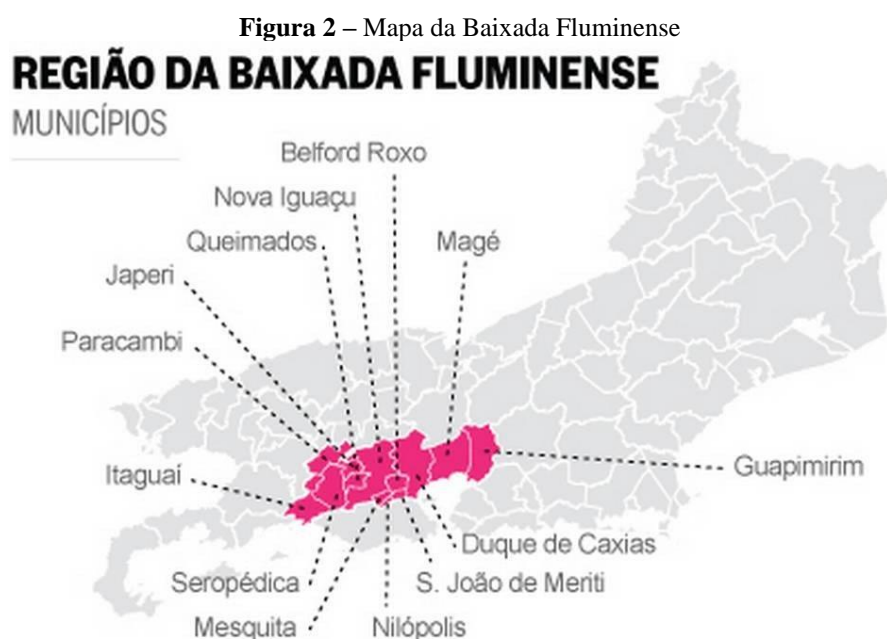
¹⁴ Baixadização utilizado pelo sociólogo José Cláudio Alves em seu livro para denominar a demarcação geográfica equivocada de bairros cariocas como sendo pertencentes à Baixada Fluminense a partir de marcadores de violência.

¹⁵ Sobrevivente da chacina de Vigário Geral evita sair de casa no mesmo dia da tragédia; crime completa 25 anos. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/29/sobrevivente-da-chacina-de-vigario-geral-evita-sair-de-casa-no-mesmo-dia-da-tragedia-crime-completa-25-anos.ghtml> >. Acesso em: 13/05/2021.

Iguaçu. Para o primeiro, Magé e Itaguaí também pertencem à região, enquanto o segundo considera, além de Itaguaí, as cidades de Paracambi e Seropédica.

Há também o conceito de Tabuleiro da Guanabara (TORRES, 2004 apud ROCHA, 2013, p. 14), utilizado pelo Instituto de Pesquisa e Análises Históricas da Baixada (IPAHB), que leva em consideração locais de marcos históricos. Nessa definição estão contemplados Mangaratiba, Itaguaí, Seropédica, Japeri, Paracambi, Queimados, Nova Iguaçu, Mesquita, Belford Roxo, Nilópolis, Duque de Caxias, São João de Meriti, Magé e Guapimirim.

Com o objetivo de obter resultados mais precisos e que contribuam para a repercussão das problemáticas dessa região na sociedade, este trabalho se debruçará sobre a delimitação territorial da Baixada Fluminense em uso pelos veículos da grande imprensa. Também utilizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a delimitação territorial considerada aqui compreende 13 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Seropédica, e São João de Meriti.



(Fonte: O Globo, 18/09/2014. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/baixada-fluminense-os-dilemas-de-uma-populacao-numerosa-carente-de-servicos-basicos-13968398> > Acesso em: 13/05/2021).

Esta Baixada Fluminense, de acordo com estimativas do IBGE, tinha, em 2015, um total de 3.747.408 habitantes, representando cerca de 23% dos 16.550.024 moradores do estado do Rio de Janeiro, no mesmo período.

Tabela 1 – Estimativa da População da Baixada Fluminense em 2015 - Fonte: Painel Regional Baixada Fluminense I e II, dados do IBGE, 2016. Disponível em: < https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/SebraePainel_BaixadaFluminense.pdf > Acesso em: 13/05/2021).

	POPULAÇÃO 2010	POPULAÇÃO 2015	2010-2015 (%)	ÁREA (KM²)	DESNIDADE DEMOGRÁFICA (HAB/KM²)
ERJ	15.989.929	16.550.024	3,5	43.780	378
Baixada Fluminense	3.651.771	3.747.408	2,6	2.805	1.336
Baixada Fluminense I	2.059.245	2.112.730	2,6	1.553	1.360
Belford Roxo	469.332	481.127	2,5	78	6.183
Itaguaí	109.091	119.143	9,2	274	434
Japeri	95.492	99.863	4,6	82	1.220
Mesquita	168.376	170.751	1,4	41	4.117
Nilópolis	157.425	158.309	0,6	19	8.163
Nova Iguaçu	796.257	807.492	1,4	519	1.555
Paracambi	47.124	49.521	5,1	180	275
Queimados	137.962	143.632	4,1	76	1.898
Seropédica	78.186	82.892	6,0	284	292
Baixada Fluminense II	1.592.526	1.634.678	2,6	1.252	1.306
Duque de Caxias	855.048	882.729	3,2	468	1.888
Guapimirim	51.483	56.515	9,8	361	157
Magé	227.322	234.809	3,3	388	604
São João de Meriti	458.673	460.625	0,4	35	13.080

A estimativa atual para o estado do Rio de Janeiro é de que há 17.366.189 habitantes¹⁶, o que corresponde a um aumento de 4,93% (816.165 novos moradores). Caso o número populacional da Baixada Fluminense tenha crescido proporcionalmente ao do estado, a região pode ter ultrapassado a marca de 3.900.000 moradores.

Uma vez estabelecida a definição geográfica da Baixada que estudaremos, torna-se necessário lançar um olhar aprofundado sobre a história da origem e formação dessa Baixada Fluminense para o desenvolvimento deste trabalho.

1.3. A FORMAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE

A Baixada Fluminense recebeu este nome apenas nos anos 1970, durante o Regime Militar (PIEVE, 2019, p. 3). Anteriormente a região foi chamada de Recôncavo da Guanabara, Grande Iguaçu e Arrabalde (SILVA, 2015, p.2). O termo “baixada” se popularizou depois da

¹⁶ Dados do estado do Rio de Janeiro atualizados pelo IBGE. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj.html> > Acesso em: 23/05/2021.

construção da ferrovia Dom Pedro II, em 1858, por conta da sua localização ser entre a serra e a capital do estado. Outro fator que contribuiu com a propagação da nomenclatura foi a construção identitária da região como um local propício à contaminação de doenças.

Ao longo da década de 1880, comissões de saneamento foram constituídas e tiveram o importante papel de consolidar o termo Baixada para designar a região e de naturalizar a imagem de insalubridade a partir da relação de causa e efeito entre alagamentos e propagação das doenças. Na prática, nenhuma intervenção fora realizada no período, mas a Baixada (ainda sem o Fluminense, já que territorialmente compreendia também os subúrbios do Município Neutro) começaria a emergir discursivamente através das comissões como lugar insalubre (SILVA, 2015, p. 2).

Antes da chegada dos europeus no Brasil, os indígenas Tamoios e Temiminós habitavam a região, ocupando toda a margem do Rio Iguaçu (SILVA, 2016, p. 125). Em 1502, os portugueses chegaram pela primeira vez à região por meio de duas expedições que desembarcaram na Baía de Guanabara (Simões, 2006, p. 60). Apesar do regime de capitânicas hereditárias ter sido estabelecido pelo Império Português no local, em 1534, foram os franceses que ocuparam o entorno da Baía. Até então, o litoral era habitado exclusivamente pelos indígenas, divididos em aldeias que chegavam até 3 mil habitantes. Simões (2006, p. 61) destaca que "os primeiros relatos feitos pelos franceses davam conta de cerca de 32 a 35 aldeias no entorno da Baía de Guanabara e nos seus rios. Esse contato permitiu aos europeus se apropriarem da topomínia tupi que permanece até hoje".

Atualmente é possível observar "localidades e acidentes geográficos que ainda guardam seus nomes originários da língua tupi-guararani, falada pelos Tamoios e Temiminós (...)" (SIMÕES, 2006, p. 60). O termo Iguaçu¹⁷ é uma das principais referências da herança linguística dos povos originários, porém alguns nomes tupis somente voltaram a ser usados no século XX. Até então, Japeri era chamada de Belém.

Em 1560, os portugueses reagiram e começaram um processo de reocupação de terras, que durou até 1567, fundando a cidade do Rio de Janeiro, expulsando os franceses, distribuindo as sesmarias entre os nobres e militares de Portugal e exterminando os povos nativos (SIMÕES, 2006, p. 61). De acordo Prado (2000 apud SIMÕES, 2006, p. 61) "a última referência explícita a um aldeamento indígena na Baixada Fluminense é de 1570 quando 'colonizadores encontraram na região de Santo Antônio de Jacutinga uma tribo de Temiminós (...) chamados de jacutingas".

¹⁷ Em tupi, o termo Iguaçu significa "água grande". Disponível em: <
<https://www.dicionariotupiguarani.com.br/dicionario/iguacu/>>. Último acesso em: 23/05/2021.

Para além da aniquilação dos povos indígenas, os portugueses se apropriaram de suas cultura e conhecimentos para a ocupação e exploração eficazes da Baixada Fluminense. Dessa forma, fazendas e engenhos de cana-de-açúcar foram sendo construídos nas sesmarias, às margens dos rios. No interior desses locais, havia atracadouros próprios que facilitavam o transporte dos produtos extraídos da região para a cidade do Rio de Janeiro e para Portugal (SIMÕES, 2006, p. 62). A operação destas ocorre por meio do trabalho de africanos traficados e escravizados. “Entre 1779 e 1789, a população escrava era de 7.122 indivíduos, correspondendo a 54,6% da população dessa região. Em 1821, passava para 11.155 pessoas e 59,7%, respectivamente, e em 1840 chegava a ser 62% da população” (GOMES, 1992, p. 56-57 apud ALVES, 1998, p. 31). Alves ainda denuncia em sua pesquisa a situação de violência extrema que os negros viviam nesses locais. O único momento de “humanização” dos escravizados se dava quando fugiam, pois eram descritos socialmente nos jornais pelos “nomes” e “características pessoais” para facilitar as suas identificação e captura.

Concomitantemente a isto, a religião católica se desenvolvia na região, trazendo adesão popular. As primeiras capelas davam sinais do desenvolvimento do catolicismo nas américas (SIMÕES, 2006, p.62). Nesse contexto, surgiram as freguesias e distritos, mecanismos de distribuição de divisão territorial sob decisão da Igreja Católica, que, por sua vez, dependia do imperador para nomeação de padres e para a construção de templos.

Com as freguesias, montou-se a base de ocupação inicial da região no período colonial. Seus núcleos, invariavelmente às margens de um rio, eram formados por uma igreja matriz, por pequeno comércio e oficinas e por um porto responsável pelo transbordo da via terrestre para a via fluvial e vice-versa, das mercadorias que circulavam entre o litoral e o planalto. (...) Na Construção das igrejas matrizes e das capelas já se entrevia as imbricações dos interesses que movimentavam o poder local (ALVES, 1998, p. 29-30).

A região onde está localizado o atual município de Duque de Caxias, na época com o nome de Pilar, foi o local de instalação da primeira freguesia que se tem notícia, a de Nossa Senhora do Pilar. (PRADO, 2000, p. 96 apud SIMÕES, 2006, p. 62). As atuais cidades de São João de Meriti e Magé também receberam o sistema católico nessa época. "(...) todas próximas aos portos onde se inicia uma incipiente urbanização, de caráter comercial, religioso e, posteriormente, de controle jurídico e político" (Torres, 2004, p.19 apud SIMÕES, 2006, p.62).

Com o seu posicionamento estratégico como ponto de entrada do que chegava da Europa e despacho para o que excedia, a Baixada Fluminense foi se tornando um “tabuleiro” de riquezas manipulado pelos senhores do engenho e pela coroa portuguesa.

Dessa forma, a junção dos interesses dos grandes proprietários e da Coroa movimentava o tabuleiro das planícies da Baixada, recortando sua geografia em busca da passagem das mercadorias que, a exemplo do pó de ouro, impregnavam de riqueza as mãos pelas quais tinham que passar. Um jogo não muito diferente do que ocorreu com as ferrovias e hoje com as rodovias expressas, onde o poder dos diferentes capitais reestrutura a fisionomia da região à procura de entradas e saídas dos seus investimentos (ALVES, 1998, p. 33).

Entre o fim do século XVII e o início do século XVIII, a descoberta das minas de ouro demandava novas rotas para agilizar o transporte das riquezas. Com a construção de novos caminhos, a Baixada Fluminense passa a ser passagem para outros estados. Para ligar Minas Gerais ao porto fluminense, o primeiro caminho construído foi o Garcia Paes Leme, que reduziu de 90 para 15 dias o tempo de viagem (SIMÕES, 2006, p. 63). Em gratidão ao aumento de produção de riquezas, D. Pedro II concedeu a Garcia Paes o uso exclusivo do novo trajeto por dois anos e, posteriormente, 5 sesmarias à sua filha (ALVES, 1998, p.33).

Depois deste, foram construídos os caminhos: Bernardo Proença, que ligava o porto de Estrela (Inhomirim) à Minas; Caminho Novo do Tinguá, que partia das proximidades do atual bairro de São Cristóvão, dentre outros. As construções desses percursos somadas à promoção da cidade do Rio de Janeiro à capital da colônia ajudaram a dar os primeiros passos na urbanização da Baixada Fluminense (Simões, 2006, p. 65). Este fato foi consolidado com o começo do ciclo do café.

A monocultura cafeeira desenvolvida no plantio resultou para Baixada Fluminense no surgimento e aglomerações populacionais fixadas no ponto de encontro entre as vias de circulação aquática e terrestre; houve a intensificação e abertura de novas estradas vinculadas com aquelas oriundas no período do Ciclo do ouro; aparelhamento para armazenagem e transporte regular de mercadorias volumosas; grande fluxo de pessoas; proliferação de vários portos fluviais ao longo dos rios que deságuam na Baía de Guanabara e conseqüentemente a elevação de determinadas localidades a categoria de vilas em decorrência do ciclo cafeeiro (FIGUERÉDO, 2004, p. 7 apud AFONSO, 2018, p. 13).

Com exceção das terras mais altas, a região não dava conta de produzir café por causa de sua temperatura quente e úmida. Essa inabilidade e a decadência do ciclo da cana-de-açúcar fazem com que a Baixada assumisse o papel de intermediadora entre as "áreas produtoras" e o "porto do Rio de Janeiro" (SIMÕES, 2006, p.66). No entanto, a precarização das condições de navegação e as dificuldades do transporte por animais atrapalharam o comércio do café. Para dar conta dessa demanda, em 1840, inicia-se a projeção da construção de estradas de ferro como solução que ligaria o porto até as áreas produtoras do alimento. Quatorze anos depois, em 1854, o Barão de Mauá foi o primeiro trem que ligava o porto, atualmente localizado em Magé, até

Fragoso, no caminho de Inhomirim (Torres, 2004, p. 118 apud SIMÕES, 2006, p. 67). Em 1883, a mesma estrada foi ampliada até Petrópolis. Sete anos mais tarde, em 1890, a linha de ferro chegou no rio Paraíba do Sul, local de produção cafeeira. Isso fez com que as rotas marítimas dos portos da Baixada Fluminense decaíssem.

Figura 3: Caminhos da ferrovia no estado do Rio de Janeiro



(Fonte: LAMEGO, 1954 apud SIMÕES, 2006, p.67).

Com as linhas de estrada de ferro, os portos da Baixada perdem sua importância e sofrem com a queda do capital. Esses fatores fazem com que a região passe por rápidas transformações.

O eixo econômico e comercial que em três séculos se constituiu ao longo das ramificações fluviais entrou em rápida decadência, acelerada pela velocidade dos trens que passaram a ligar diretamente o litoral ao planalto. Nas vilas, casas eram demolidas para a venda dos materiais ou simplesmente eram abandonadas. Enquanto o Rio de Janeiro crescia junto com os capitais drenados para o seu porto, a Baixada tornava-se uma região não mais necessária, pois a circulação das mercadorias não dependia mais de seus portos, transformando-a numa zona de passagem rápida (SOARES, 1962, p.166-167 apud ALVES, 1998, p. 42).

O trem também realiza as funções que, até então, eram do transporte de carga. Outro ponto da inovação ferroviária é sua capacidade de transportar a população, consolidando-se como meio de condução das massas.

Em 1868, o trem já privilegiava o transporte de passageiro para o subúrbio (até Sapopemba) com quatro saídas diárias e, embora tenha diminuído o tempo de percurso para a região da Baixada (45 minutos, já que entre a Corte e Maxambomba havia apenas uma parada em Sapopemba), o número de viagens ficou reduzido a uma saída diária, não influenciando na dinâmica do escoamento da produção local, mas impossibilitando o deslocamento pendular da população para a região como estava começando a acontecer no subúrbio (SILVA, 2016, p. 131).

A construção de trilhos acima do nível das terras e o fim da desobstrução dos rios (que não estavam sendo mais utilizados como rotas de navegação) estimularam a formação de

pântanos na Baixada Fluminense. Neste cenário, a cólera e a malária se instalaram na região e mataram em sua maioria negros escravizados e chineses que trabalharam na construção de uma das rotas ferroviárias. A fome, estabelecida pela falta e elevação nos valores de alimentos, é mais um elemento que torna a região um lugar pouco atrativo para seus habitantes. Dessa forma, a Baixada entra na "idade do pântano" (ALVES, 1998, p. 42-44).

Caminhando para a abolição da escravatura, a procura por trabalho escravo aumentou o “preço dos escravos e houve uma transferência de escravos alocados nas atividades urbanas para a cafeicultura, impulsionando a introdução do trabalho livre naquelas” (Pignaton, 1977, p. 144 apud SIMÕES, 2016, P. 70). Grandes fazendeiros resistiam à ideia da liberdade dos negros, pois acreditavam que ex-escravos poderiam se tornar bandidos e desejar vingança. "Pela primeira vez, com exceção dos quilombos, os trezentos anos de trabalho compulsório começavam a ser questionados e junto com eles a certeza de um poder infinito" (ALVES, 1998, p. 45).

Mesmo com parte dos legisladores e representantes dos fazendeiros no Congresso alertando que a grande utilização de técnicas agrícolas ultrapassadas desgastava as terras e criava uma dependência do trabalho escravo, os grandes proprietários de terras insistiam no movimento anti-abolicionista. A teimosia custou caro para os futuros ex-senhores que viram o capital migrar para São Paulo.

Presos nas teias férreas do capitalismo mercantil e agro exportador, estabelecido no Rio de Janeiro e seu porto, esses fazendeiros foram suplantados pelo capital rural paulista, que, investindo em terras e aplicando o trabalho livre, realiza o seu salto na extração da mais-valia. O resultado de trezentos anos de domínio tinha sido a exaustão completa do solo, entregue à sua fertilidade natural, e a formação de uma população ex-escrava agregada a seus ex-senhores e sem nenhuma propriedade (EGLER, 1979 apud ALVES, 1998, p.47).

Essa situação fez com que muitos habitantes tentassem se reestabelecer próximo da ferrovia, localizada em Nova Iguaçu (TORRES, 2004 apud AFONSO, 2018, p.14). De acordo com Alves (1998, p.48), em meio à crise, boa parte dos fazendeiros venderam e hipotecaram suas terras. Entretanto, houve um último suspiro agrícola: a citricultura

A ferrovia, o clima tropical e os terrenos de morros e de algumas áreas planas livres dos alagamentos foram a combinação para fazer da Baixada Fluminense uma região ideal para a produção de laranja. Se por um lado o trem ajudava no transporte, as características naturais favoreciam o cultivo cítrico. Tendo em vista a liberdade dos ex-escravizados e a decadência da região, Simões (2016, p. 110) destaca que a plantação da fruta em grande escala foi possível

graças a venda e arrendamento de porções menores das terras entre pequenos produtores, que contavam com suas famílias no cultivo.

Impulsionada pela valorização da exportação para outros países e pelo apoio do governo de Nilo Peçanha (ALVES, 1998, p. 48-49), a citricultura prosperou e atraiu muitas pessoas. Esse movimento fez com que o município de Nova Iguaçu quadruplicasse o seu número populacional, partindo de 33.396 habitantes, em 1929, para 140.606, em 1940 (PEREIRA, 1977 apud ALVES, 1998, p.51), contribuindo para o trabalho assalariado e urbanização da região.

A Nova Iguaçu de hoje começa a nascer a partir de 1939, exatamente quando ocorre a maior produção de laranja de sua história. A partir deste momento o acanhado lugarejo inicia um processo de urbanização intenso que se espalhará por quase toda a área rural do então primeiro distrito, alcançando Mesquita e Belford Roxo e parte dos distritos de Queimados, o recém anexado Japeri e uma parte ainda pequena de Cava (SIMÕES, 2006, p. 117).

Apesar de ter fortalecido a economia da Baixada, o ciclo cítrico tinha diversas fragilidades. Simões (2006, p. 118) ressalta que a dependência das relações externas para que os tributos pagos não tirassem o lucro das vendas, o não aproveitamento da fruta na indústria de seus derivados e a inexistência de infraestrutura nacional de armazenamento são vulnerabilidades da produção naquela época. Com o início da Segunda Guerra Mundial, estes fatores se somatizaram e fizeram a citricultura despencar.

Para além desse fator, a valorização da Zona Sul, as remoções urbanas e o descaso do estado com a Baixada Fluminense contribuíram para que a região se transformasse em um conjunto de “cidades dormitórios” (TORRES, 2014 apud AFONSO, 2018, p. 14). Em outras palavras, os seus habitantes tiveram (e têm até hoje) que enfrentar grandes distâncias para trabalhar durante o dia na cidade do Rio de Janeiro e voltar somente à noite para dormir em suas casas.

A Baixada Fluminense passou a ser um local excluído e a receber todos aqueles que não tinham estrutura para se adaptar economicamente à vida do centro metropolitano. Os nordestinos que fizeram o êxodo rural motivados pela seca, os negros que não foram integrados à sociedade após a liberdade e os indivíduos que, mesmo trabalhando no centro, por conta de suas condições financeiras foram forçados a morar nas imediações fazem parte da formação dessa região.

As desigualdades sociais estão presentes contemporaneamente na Baixada Fluminense e podem ser mensuradas por meio dos baixos índices de educação, objeto a ser estudado na sequência. No entanto, antes de analisar a atual conjuntura educacional da região e os seus

desdobramentos na imprensa, o presente trabalho lançará, a partir do próximo capítulo, um olhar aprofundado sobre a definição e problemática de meritocracia, modelo que tem forte influência sobre a mobilidade social, especialmente por meio do campo educacional.

2. O MITO DA MERITOCRACIA

2.1. A ARISTOCRACIA DO MÉRITO

Nas sociedades republicanas, um indivíduo ou uma instituição recebe o título de "Honra ao Mérito" quando suas ações alcançam reconhecimento público por contribuírem de forma ética com a coletividade. Se por um lado o termo mérito carrega consigo uma simbologia que legitima o prestígio social para boas ações, por outro também serve para justificar sanções de infratores. Walzer (2003 apud VALLE E RUSCHEL, 2010, p. 77) já dizia que "até os criminosos condenados devem ser capazes de reconhecer que recebem o que merecem".

A partir do contexto histórico-social da modernidade, esta palavra derivou uma nova: a meritocracia. Como sugere a sua estrutura, formada pela justaposição entre o substantivo mérito e o sufixo cracia (poder), o vocábulo derivado se refere ao reconhecimento da aptidão e do esforço. Em outras palavras, a ética está para o mérito o que a capacidade está para a meritocracia. De acordo com o dicionário *Oxford Advanced Learner's Dictionary* (2005 apud Silva, 2014, p. 30), meritocracia é definida como "país ou sistema social onde as pessoas obtêm poder ou dinheiro com base em sua capacidade".

Vale mencionar que o surgimento da ideia de meritocracia não é objetivamente demarcado na história, mas Valle e Ruschel (2010 p. 78) destacam referências ao "governo do mérito" na crença de Platão em que os sábios (com mais mérito intelectual) governariam melhor.

Mais tarde, o iluminismo vai utilizar essa ideologia para fazer oposição à aristocracia. Uma das primeiras manifestações práticas de "poder por meio do mérito" se dá na Revolução Francesa, que aconteceu entre os anos de 1789 e 1799. Nesse movimento, a burguesia reivindicava o fim dos privilégios da nobreza.

As 400 mil pessoas aproximadamente que, entre os 23 milhões de franceses, formavam a nobreza, e inquestionável "primeira linha" da nação, embora não absolutamente a salvo da intromissão das linhas menores como na Prússia e em outros lugares, estavam bastantes seguras. Elas gozavam de consideráveis privilégios, incluindo a isenção de vários impostos (mas não de tantos quanto o clero, mais bem organizado), e o direito de receber tributos feudais (HOBSBAWM, 2008, p. 14).

Com o objetivo de extinguir o nepotismo¹⁸, característica essencial para a manutenção das vantagens aristocráticas, os burgueses, influenciados pelos ideais da luta iluminista, buscavam a valorização do esforço de indivíduos de qualquer origem ou classe social. Dessa forma, a ideia de meritocracia foi reforçada por meio da "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão"¹⁹.

A partir desse contexto, essa ideologia foi sendo construída de forma positiva, pois era uma possibilidade de encerrar a hereditariedade do poder e de colocar em curso um sistema de valorização das capacidades individuais para pessoas provenientes de famílias com diferentes níveis econômicos (SILVA, 2014, p.30).

Mais tarde, a ideia foi consolidada por Napoleão Bonaparte que "precisou constituir uma nova elite, pois a antiga – aristocrática – não se dispunha a trabalhar no seu projeto político e econômico" (VALLE e RUSCHEL, 2010, p. 38).

À medida que o modelo de meritocracia foi sendo absorvido e posto em prática pela sociedade, as suas anunciadas fragilidades se colocaram em evidência. De acordo com Silva (2014, p. 31), uma das principais incoerências do "poder do mérito" é a "percepção de que os indivíduos de classes menos favorecidas pouco perfilavam nas funções de grande prestígio ou à ascensão a postos de poder".

Apesar de ter valores como "Liberdade, Igualdade e Fraternidade", A "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão" já previa desigualdades. Por ter influenciado em grande medida a Revolução Francesa, a meritocracia tem na contradição desse documento o primeiro sintoma de sua ineficácia na promoção da igualdade e na reprodução do discurso que justificaria mais tarde a criação de uma nobreza do mérito.

Mais especificamente, as exigências do burguês foram delineadas na famosa Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789. Este documento é um manifesto contra a sociedade hierárquica de privilégios da nobreza, mas não um manifesto a favor de uma sociedade democrática e igualitária. "Os homens nascem livres e iguais perante as leis", dizia seu primeiro artigo; mas ela também prevê a existência de distinções sociais, ainda que somente no terreno da "utilidade comum". A propriedade privada era um direito natural, sagrado, inalienável e inviolável. Os homens eram iguais perante a lei e as profissões estavam igualmente abertas ao

¹⁸ Nepotismo designa a prática de atribuição de cargos públicos ou funções públicas a membros da mesma família. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/nepotismo/> >. Acesso em: 20/05/2021.

¹⁹ Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Disponível em: < http://www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/Normas_Direitos_Humanos/DECLARA%C3%87%C3%83O%20DE%20DIREITOS%20DO%20HOMEM%20E%20DO%20CIDAD%C3%83O%20-%201789%20-%20PORTUGU%C3%8AS.pdf >. Acesso em: 20/05/2021.

talento; mas, se a corrida começava sem empecilhos, pressupunha-se como fato consumado que os corredores não terminariam juntos (HOBSBAWM, 2008, p. 14).

Em 1958, o sociólogo Michael Young menciona pela primeira vez o, até então, neologismo meritocracia em seu livro "*The rise of the meritocracy*" (O triunfo da meritocracia, em tradução livre). A leitura é uma sátira política em que conta uma história futurística sobre a Inglaterra, no ano de 2033. Neste futuro, o poder saiu das mãos de uma elite de nobreza hereditária para as dos detentores do "coeficiente intelectual". A obra literária diz que para cada homem com mérito há "dez medíocres", que devem viver marginalizados e ocupando posição de servidão (YOUNG, 1958 apud KREIMER, 2000, p. 12).

Com a repercussão do livro, o conceito "tornou-se o ideal democrático das modernas sociedades burguesas, opondo-se aos modelos aristocráticos e oligárquicos" (VALLE e RUSCHEL, 2010, p. 78). Isso aconteceu mesmo com o primeiro registro oficial do termo "meritocracia" partir de uma literatura (a de Michael Young) que conta uma distopia crítica às condições de ensino da Europa que segmentavam (e ainda fazem de forma mais indireta) os tipos de ensino de acordo com a classe econômica dos alunos.

O principal argumento em favor desse modelo é o de que governos e organismos meritocráticos proporcionam maior justiça do que os demais sistemas hierárquicos, pois as distinções não provêm de fatores biológicos, culturais ou econômicos (como o sexo, a etnia ou a classe social), mas do talento e das virtudes revelados pela educação formal (VALLE e RUSCHEL, 2010, p. 79).

Em uma sociedade que privilegia os capacitados, a "competição meritocrática", conceito formulado pelo sociólogo Talcott Parsons, prevê a definição de "ganhadores" e de "perdedores". Baseando-se nos estudos de Parsons, as autoras Valle e Ruschel (2010, p. 79) dissertam que para esta competição continuar existindo e, por conseguinte, o modelo de meritocracia seguir funcionando é necessário que a sociedade acredite no mérito individual e na igualdade de oportunidades. Dessa forma, nenhuma reivindicação será feita sobre os privilégios "conquistados" pelos "ganhadores".

Portanto, um "verniz moral", termo utilizado por Duru-Bellat (2006 apud VALLE e RUSCHEL, 2010, p.80), é posto na sociedade por meio da meritocracia para naturalizar e justificar as desigualdades sociais. A premissa de que todos tiveram as mesmas oportunidades corrobora a construção ideológica de que nenhum outro fator ajuda no sucesso de um indivíduo que já nasce com privilégios. Como consequência da crença nesta lógica, a sociedade cria

tolerância à minoria com acúmulos de capital financeiro, profissional e moral contrastando com a maioria que fica com o resto desses recursos.

Posto como o modelo meritocrático se relaciona e estabelece a estrutura das desigualdades sociais contemporâneas, o presente estudo se debruçará sobre suas consequências no Brasil para dar conta da complexa realidade da educação em áreas periféricas, como a Baixada Fluminense.

2.2. AS DESIGUALDADES DO MÉRITO NO BRASIL

Diferente de sua origem burguesa na França, a meritocracia no Brasil tem seus primeiros registros partindo do estado, mais especificamente do imperador Dom Pedro I.

A idéia de que o serviço público deva ser estruturado como uma meritocracia é, do ponto de vista histórico, bastante antiga no Brasil, embora a impressão do senso comum é de que esta discussão é recente e moderna. A Constituição de 25 de março de 1824²⁰ delinea claramente os fundamentos de uma meritocracia. O artigo 179, item XIV, reza: "Todo cidadão pode ser admitido aos cargos públicos civis, políticos ou militares, sem outra diferença que não seja por seus talentos ou virtudes" (BARBOSA, 1996, p. 71).

Pela primeira vez, a constituição do Brasil não privilegiava na nomeação para cargos públicos o nepotismo, mesmo que este ainda funcionasse na prática. O uso dos termos "virtudes e talentos" no artigo referenciado acima é uma das principais evidências da introdução da ideia de meritocracia no país.

No entanto, assim como pode ser observado na "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão" na França, a constituição brasileira daquela época apresenta contradições. Além de declarar o acesso ao serviço público por meio da capacidade individual, o documento contém artigos que determinavam e corroboravam a igualdade de todos perante a lei e outros que excluía o direito de voto a pessoas, que dentre outros fatores, pertenciam a classes econômicas menos abastadas.

O artigo 179 apontava o mérito como um critério de acesso ao serviço público, um outro — o 170 — afirmava a igualdade de todos perante a lei e os artigos 92, 93, 94 e 95 estabeleciam os critérios para o direito ao voto, critérios estes que excluía do

²⁰ Constituição Política do Império do Brasil (25 de março de 1824). Disponível em: <
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 18/06/2021

exercício pleno da cidadania pessoas em determinadas posições sociais e níveis de renda (BARBOSA, 1996, p. 71).

Dessa forma, a Constituição de 1824 é ambígua, apontando ao mesmo tempo para um modelo de mérito e para uma hierarquia social determinada por fatores econômicos. Conforme será visto adiante, esta ambiguidade é flagrada atualmente nas relações sociais e de poder no Brasil.

Apesar da Constituição de 1891²¹ (a primeira da República) fazer menção ao acesso de brasileiros a cargos públicos independente de classe social, as mulheres e os homens solteiros passam a ter, de fato, acessos iguais instituídos somente na Constituição de 1934²². Novamente apresentando ambiguidade, esta última atualização do documento dá abertura para indicações e nomeações a cargos com grande poder e influência políticos.

Com essa disposição, assegura-se o direito universal de acesso ao serviço público a todos os brasileiros, independente de sexo ou estado civil, através de concurso aos seus cargos iniciais, ao mesmo tempo que libera os escalões superiores para as nomeações e influências políticas, tradição que se mantém, em parte, até hoje. Esta tradição, de alocar os cargos mais altos da administração para as nomeações políticas, deu origem ao conto de Monteiro Lobato, “Luzeiro Agrícola”, de 1928, no qual um poeta fracassado pede emprego público a um chefe político. Este lhe oferece os cargos mais altos e, diante da solicitação do poeta para cargos mais humildes, recebe a resposta: “mas para estes, só com concurso” (BARBOSA, 1996, p. 72-73).

O uso do mérito como seleção para cargos públicos é empregado de forma indireta nas demais constituições (1937, 1946, 1967, 1969 e 1988). O caráter implícito da meritocracia nessas constituições se dá porque os concursos de acesso ao serviço público, prescritos nestes documentos, têm o anonimato e a imparcialidade como características essenciais para suas execuções. Dessa forma, esses fatores favorecem as nomeações por mérito pessoal e excluem, mesmo que em muitos casos apenas discursivamente, as influências política, econômica e nepótica (BARBOSA, 1996, p. 73).

As pesquisadoras Ione Ribeiro Valle e Elizete Ruschel fizeram um levantamento do termo mérito e palavras relacionadas nas constituições federais de 1934, 1937, 1946, 1967 e 1988.

²¹ Primeira Constituição da República (4 de fevereiro de 1891). Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html> >. Acesso em: 18/06/2021.

²² Constituição da República de 1934 (16 de julho de 1934). Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html> >. Acesso em: 18/06/2021.

Tabela 2: Contabilização das vezes em que termos relacionados a meritocracia apareceram nas constituições - Fonte: VALLE E RUSCHEL, 2010, p.83

Termos	1934	1937	1946	1967	1988
Aproveitamento	1			1	
Aptidão		1			
Bolsas Escolares			1	1	1
Capacidade	1				1
Eficiência	1		1	1	
Faculdades		1			
Gratuidade			1	1	1
Habilitação				1	
Inteligência	1				
Igualdade de Oportunidades				1	1
Moral	1				
Obrigatoriedade	1		1	1	1
Prova	1		2	1	1
Seleção	1			1	1
Talentos Individuais					1
Título			1	1	1
Valor					1
Vocação	1	2			

Posto isso, torna-se forçoso salientar que existem outros mecanismos de seleção que fazem a ideia do mérito prevalecer em uma sociedade, como o histórico de desempenho em uma instituição ou o rendimento escolar. No entanto, os elementos que compõem a lógica de concurso corroboram a instituição do modelo meritocrático no Brasil.

(...) acho importante registrar que, necessariamente, não é a existência ou não de um dispositivo como o concurso que garante que um determinado sistema privilegie o mérito. Existem sistemas meritocráticos que não selecionam os melhores por um concurso e sim pelo desempenho já comprovado em determinadas tarefas ou pela qualificação. Entretanto, no Brasil, (...) o concurso é um elemento paradigmático na legitimação de meritocracia. Na realidade, existe no plano das representações na nossa sociedade uma superposição entre instrumentos democráticos, como é o caso do concurso, e sistemas meritocráticos (BARBOSA, 1996, p. 74).

Embora o Brasil tenha fundamentos meritocráticos do ponto de vista político e legislativo, Barbosa (1996, p. 70) argumenta que na prática outros fatores interferem na validação do modelo de desempenhos. O grau de parentesco, as relações pessoais e a senioridade influenciam na forma como o mérito se estabelece nas interações sociais dos brasileiros. Dessa forma, a ideia de meritocracia no Brasil vai ratificar o "verniz moral", termo cunhado pela socióloga Marie Duru-Bellat, para validar as desigualdades sociais e, pode-se dizer no caso brasileiro, as interferências nas seleções. Em outras palavras, mesmo que inúmeros privilégios contribuam para a manutenção do poder nas mãos da elite, "os dominantes impõem a meritocracia como esquema de interpretação e de legitimação da realidade, enquanto que os dominados têm dificuldades para imaginar uma interpretação alternativa de sua situação e são levados à 'desvalorização de si'" (Duru-Bellat, 2002 apud VALLE e RUSCHEL, 2010, p. 80).

O senso comum tem grande relevância na reprodução da meritocracia. Souza (2009, p.41), diz que " o 'senso comum' é a forma como as pessoas comuns, ou seja, nós todos, conferimos sentido às nossas vidas e ações cotidianas". Na falta de conhecimento especializado sobre o funcionamento da sociedade, este senso de ideias compartilhadas (e por isso comum) "orienta" as atitudes de indivíduos dos pontos de vista individual (existencial) e coletivo (político e regras de convívio social). Dessa forma, o senso comum pode ser estabelecido territorialmente. Um exemplo é a formação de sentido na identidade compartilhada do Brasil como local em que vivem pessoas calorosas e hospitaleiras. Mesmo que essa ideia de brasilidade seja conhecida na França, os franceses terão seu próprio senso compartilhado que o farão interpretar determinadas atitudes dos brasileiros como estranhas ou fora de um padrão. Há ainda o senso comum estabelecido por meio do "sistema social, político e econômico em que vivemos" (SOUZA, 2009, p. 42), que determina comportamentos e definições de indivíduos independente de fronteiras. Aqui se aplica a meritocracia, pois é um modelo social que legitima os privilégios para quem tem mais méritos e a pobreza para quem tem menos em diferentes países.

Jürgen Habermas e Georg Simmel consideram que a liberdade e a cidadania só podem ser estabelecidas por meio da interação genuína entre "especialistas", que refletem sobre as contradições do senso comum, e pessoas que são impedidas de pensar criticamente a partir da falta de tempo consequente da "divisão social do trabalho" (SOUZA, 2009, p.41). Neste sentido, o senso comum da meritocracia se retroalimenta da supervalorização da força de trabalho como meio para alcançar mérito.

A valorização moral do mérito e do esforço normaliza desigualdades que, por sua vez, impedem as únicas características necessárias para interrompê-las: o desenvolvimento intelectual e crítico da população.

Nesse sentido, o senso comum possui uma face bifronte como o Deus Juno. Por um lado o senso comum nos transmite conhecimentos pragmáticos fundamentais como nos esclarecer sobre como descontar um cheque, pegar um ônibus ou andar no trânsito das grandes cidades. Por outro, reproduz os esquemas do poder dominante, que só podem se perpetuar enquanto tal se as causas da dominação e da desigualdade injustas nunca puderem ser reveladas (SOUZA, 2009, p. 48).

No Brasil, este pensamento pode ser visto no discurso de figuras públicas. Em seu livro "A luta contra a corrupção: A Lava Jato e o futuro de um país marcado pela impunidade", Deltan Dallagnol, procurador da República que trabalhou na Operação Lava Jato, dá um depoimento, destacado abaixo, que sintetiza esta visão.

Filho de um promotor de Justiça e de uma professora [...], desde pequeno fui estimulado a ler, estudar e vencer pelo meu próprio esforço. Minha irmã [...] e eu tínhamos um cronograma semanal que incluía horários de estudo, esportes, aulas de música e tarefas domésticas. Embora a família contasse com o auxílio de uma funcionária, meus pais sempre fizeram questão de que lavássemos a louça, cortássemos a grama, tirássemos ervas daninhas do jardim, regássemos as plantas e limpássemos nosso quarto. Eu detestava fazer essas coisas. Às vezes, enquanto regava a floreira, meus amigos estavam na rua, jogando bola ou bets – conhecido em outros lugares como “taco”. Hoje compreendo que essa era uma forma de me introduzir na cultura do trabalho e de mostrar que a vida não é só diversão (DALLAGNOL, 2017 apud CAVALCANTE, 2018, p. 109).

Apesar de concordar com a ideia de meritocracia em seu livro que conta os processos de uma operação contra a corrupção, Dallagnol tem em sua história fatos que vão na contramão do mérito individual. No mesmo ano (2002) em que se formou como bacharel em direito pela Universidade Federal do Paraná, Dallagnol prestou concurso para o Ministério Público Federal. No entanto, a sua participação era impossibilitada por lei. De acordo com o artigo 187 da Lei Complementar número 72/93²³, "poderão inscrever-se no concurso bacharéis em Direito há pelo menos dois anos, de comprovada idoneidade moral". Mesmo com o impedimento, o

²³ Lei Complementar número 75/93 e Lei número 8625/93. Disponível em: <[https://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/Lei Complementar 75-93 e Lei 8625-93.PDF](https://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/Lei%20Complementar%2075-93%20e%20Lei%208625-93.PDF)>. Acesso em: 30/05/21.

advogado conseguiu uma liminar da Justiça Federal do Paraná para participar do concurso²⁴. A Advocacia Geral da União denunciou o descumprimento da regra. Para advogar em sua causa, Dallagnol contou com o seu pai, Agenor Dallagnol, procurador de Justiça aposentado do Ministério Público do Paraná. A decisão do imbróglio jurídico foi a de manter o atual procurador no ministério por meio da "teoria do fato consumado". Em outras palavras, o desembargador federal Valdemar Capeletti, relator do caso, justificou a sua decisão pelo fato de Dallagnol já estar exercendo a função. Contrariando a perspectiva de mérito individual, defendida em seu livro, Dallagnol conseguiu se eximir de regras, condição que dificilmente seria oferecida a quem não tem parentes ou contatos pessoais em um órgão público. Como se pode perceber, o "mérito", no sentido de legitimar privilégios, é para poucos.

O que assegura, portanto, a “justiça” e a legitimidade do privilégio moderno é o fato de que ele seja percebido como conquista e esforço individual. Nesse sentido, podemos falar que a ideologia principal do mundo moderno é a “meritocracia”, ou seja, a ilusão, ainda que seja uma ilusão bem fundamentada na propaganda e na indústria cultural, de que os privilégios modernos são “justos”. Sua justiça reside no fato de que “é do interesse de todos” que existam “recompensas” para indivíduos de alto desempenho em funções importantes para a reprodução da sociedade (SOUZA, 2009, 43).

Para Lafargue (1883 apud FEITOSA, 2016) o "dogma do trabalho" é uma ferramenta essencial para a construção da dominação defendida pelos burgueses. Com a modernidade e a difusão do modelo meritocrático, o proletariado aderiu à supervalorização do trabalho. Antes disso, eles privilegiavam momentos de alegria e preferiam viver da colheita da terra. Paul Lafargue considera que a consolidação de uma menor jornada de trabalho, com três horas, estabeleceria o retorno aos "instintos naturais".

A idealização do esforço individual no Brasil se esbarra no estereótipo que brasileiros são preguiçosos. Em 2014, a reportagem "*The 50-year snooze*"²⁵ (A Soneca de 50 anos), publicada nas edições impressa e digital da revista *The Economist*, problematiza a "improdutividade dos brasileiros". De acordo com a publicação, os brasileiros precisam sair de uma espécie de estado de "estupor"²⁶, ou seja, produzir mais para que a economia do país volte a crescer. Em outros termos, o estereótipo da preguiça brasileira, reproduzido pelo periódico e

²⁴ Dallagnol virou procurador contra o que diz a lei. E ficou na base da “teoria do fato consumado”. Disponível em: < reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/2017/07/24/dallagnol-se-fez-procurador-contra-o-que-diz-a-lei-e-ficou-na-base-da-teoria-do-fato-consumado/?cmpid=copiaecola >. Acesso em: 30/05/21.

²⁵ A Soneca dos 50 anos. Disponível em: < <https://www.economist.com/the-americas/2014/04/19/the-50-year-snooze> >. Acesso em: 31/05/21

²⁶ De acordo com o dicionário online Dicio, Estupor significa "condição de quem perdeu a consciência, a capacidade de reagir a estímulos, de ter reações". Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/estupor/> >. Acesso em: 31/05/21.

por uma considerável parcela da população, atende a demandas neoliberais e meritocráticas da valorização da produção.

Contrariando esta visão preconceituosa, os dados mais recentes (2019) do levantamento feito pelo escritório de *St. Louis, do Federal Reserve (FED)* apontam que em média o brasileiro trabalha mais de 1707 horas por ano.

Gráfico 1 – Média de horas anuais trabalhadas por pessoas ocupadas no Brasil



(Fonte: Federal Reserve, 2021. Disponível em: < <https://fred.stlouisfed.org/series/AVHWPEBRA065NRUG#> > Acesso em: 31/05/2021).

De acordo com o levantamento feito pela Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2018, os brasileiros trabalharam em média 39,5 horas por semana. No *ranking*, o Brasil fica na frente dos Estados Unidos (38,6), da Espanha (36,5), da França (36,2), da Itália (35,7) e da Alemanha (34,3).

Tabela 3 – Média de horas trabalhadas por brasileiros - Fonte: Planilha extraída do site da Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 2021. Disponível em: < <https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=ANHRS#> > Acesso em: 31/05/2021

Time	2018
Colombia	47,7
Turkey	47,0
Mexico	45,1
Costa Rica	44,5
South Africa	42,9
Chile	42,8
FYR of Macedonia	41,6
Israel	40,6
Bulgaria	40,5
Romania	40,4
Poland	39,8
Cyprus	39,7
Croatia	39,6
Hungary	39,6
Brazil	39,5
Portugal	39,5
Czech Republic	39,2
Slovak Republic	39,1
Latvia	39,1
Slovenia	39,0

Outro fenômeno que opera em consonância com a valorização da produção e do mérito é a crítica do senso comum ao lazer dos mais pobres. Valendo-se que o objeto deste trabalho é uma região periférica do estado do Rio de Janeiro, o funk foi escolhido para ser analisado como fonte de entretenimento e de cultura das classes mais pobres.

No que diz respeito a sua formação enquanto gênero musical, o funk se constitui há mais de 30 anos como uma espécie de "liquidificador globalizado" que ressignifica, na pós-modernidade, a cultura de negros e de pobres, principais grupos que moram nas favelas (ANDERSON, 1999; SANTAELLA, 2003 apud LAIGNIER, 2008, p. 2). O seu caráter contra hegemônico está intrinsecamente relacionado à exposição da exclusão social que afeta a vida do "favelado" (LAIGNIER, 2008, p. 8). Apesar de existirem vertentes do funk que incluem a favela como um lugar legítimo na cidade do Rio de Janeiro, o "proibidão" tem um caráter mais crítico à ordem dominante e, como consequência, é apresentado na grande mídia como "caso de polícia". (SÁ, 2007 apud LAIGNIER, 2008, p. 8).

Portanto, o funk coloca em evidência a divisão estrutural que existe na cidade do Rio de Janeiro.

Existe uma diversidade notável na textualidade presente nas canções da produção funkeira, cuja temática das letras vai desde a alegre e debochada crônica de costumes das comunidades até a crítica social do cotidiano destes lugares de exclusão social (simbólica e concreta). Assim, o funk carioca é o elemento cultural urbano de uma "cidade partida" que vem operando, nas últimas duas décadas, uma reposição simbólica da alteridade, recolocando o negro-pobre-favelado novamente em destaque, como o samba já fizera anteriormente, na primeira metade do século XX (LAIGNIER, 2008, p. 8).

Em um país, como o Brasil, que justifica a divisão e a desigualdade por meio da ideia de meritocracia, tudo o que é derivado do funk precisa ser moralmente extinguido. Uma vez que coloca em evidência as adversidades impostas por este sistema de méritos a um grupo minorizado, a execução deste gênero musical precisa ser paralisada. "Dessa forma, toda determinação social que constrói indivíduos fadados ao sucesso ou ao fracasso tem que ser cuidadosamente silenciada" (SOUZA, 2009, p. 43).

Portanto, o descanso das massas trabalhadoras consolidado atualmente nas favelas por meio do funk contrapõe o ideal de superprodução da meritocracia e do capitalismo. A grande mídia, formada em sua maioria por profissionais brancos e moradores de regiões não periféricas devido ao racismo institucional (FURTADO, 2019, p. 8), reproduz de forma majoritária a imagem dos bailes funks como casos de polícia (SÁ, 2007 apud LAIGNIER, 2008, p. 8-9)

Nesse sentido, o conservadorismo desse tratamento desigual dialoga com fascismo²⁷, ideologia política autoritária que defende a hierarquização social e racial e o nacionalismo. No livro "Como Funciona o Fascismo: A Política do 'Nós' e 'Eles'", o filósofo Jason Stanley afirma que o fascismo se estabelece na sociedade por meio de 10 pilares. Dentre eles está o pilar denominado como "Sodoma e Gomorra", que baseado em ideias de Adolf Hitler, diz que existe uma superioridade da identidade dos moradores do campo como trabalhadores independentes do estado (fonte para o liberalismo) sobre os habitantes da cidade dependentes da força de trabalho do campo e compostos por estrangeiros. "Enquanto as cidades, para o imaginário fascista, são a fonte da cultura corrompida, geralmente ocasionada por judeus e imigrantes, o campo é puro" (STANLEY, 2018, p s/n). O discurso anticidade pode ser conferido na retórica de políticos da atualidade sendo aplicada para as periferias urbanas.

Apesar da notável gentrificação nas cidades americanas, Trump fala das cidades como guetos repletos de negros (que, conforme ele insinua, provavelmente são criminosos). Uma frase típica de um de seus discursos de campanha era: "Nossas comunidades afro-americanas estão no pior de sua forma. Dê uma olhada nas áreas pobres dos centros das cidades: ali não se recebe educação, não se consegue emprego, o indivíduo é baleado andando na rua". E, no entanto, durante esse período, as cidades dos Estados Unidos estavam desfrutando de suas menores taxas de criminalidade em anos e registrando baixo índice de desemprego. A retórica de Trump sobre as cidades faz sentido no contexto de uma política fascista mais geral, na qual as cidades são vistas como centros de doenças e pestes, contendo guetos sujos cheios de grupos minoritários desprezíveis que vivem do trabalho dos outros (STANLEY, 2018, p s/n).

²⁷ Fascismo é um regime extremamente autoritário, baseado na exclusão social, portanto, hierárquico e bastante elitista. Disponível em: < <https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-fascismo.htm> >. Acesso em: 01/06/21

Utilizando como referência termos e histórias bíblicos, Stanley encontra "justificativas" usadas pelo fascismo para legitimar a destruição dessas cidades. "No livro de Gênesis, Sodoma e Gomorra são cidades escolhidas por Deus para serem destruídas por causa de sua perversidade e seu pecado" (STANLEY, 2018, p s/n). Dessa forma, quando o fascismo se instala no poder, o pilar de "Sodoma e Gomorra" confere ao estado o direito de matar, como acontece nas favelas brasileiras.

Partindo da lógica apontada por Adorno (1951, p. 195): "(...) o que alguma vez se chamou arte popular foi sempre um reflexo da dominação", as ações policiais são indicadores de manifestação do estado para reprimir os eventos de funk nas periferias. Como consequência desta repressão, a necropolítica (MBEMBE, 2016, p.124), poder que estabelece quem deve viver ou morrer, se impõe nas favelas e regiões periféricas, locais onde geralmente acontecem os bailes funks, sob a frágil desculpa de guerra às drogas.

Em novembro de 2019, a favela de Paraisópolis, localizada na Zona Sul da cidade de São Paulo, teve um aumento significativo da repressão policial em seu interior depois de ter sido o cenário da morte do sargento da Polícia Militar, Ronaldo Ruas Silva, durante uma troca de tiros. Sem previsão de término, a Operação Saturação²⁸ com centenas de policiais²⁹ teve início no dia 2 de novembro daquele ano. Um mês depois, a polícia ainda intervindo no território fez uma ação no "Baile da 17", um dos bailes funk mais conhecidos da cidade de São Paulo. De acordo com matéria da Ponte Jornalismo³⁰, o evento contava com a participação de cerca de 5 mil pessoas. Um vídeo³¹, apresentado na reportagem, mostra frequentadores do baile encurralados por policiais em um beco³². O resultado foi a morte de nove pessoas pisoteadas em meio à confusão.

Uma nota³³ da União de Moradores de Paraisópolis mostra que esse tipo de abordagem nas ações policiais é comum na região.

²⁸ Moradores de Paraisópolis vivem apreensão após assassinato de sargento. Disponível em: < <https://ponte.org/moradores-de-paraisopolis-vivem-sob-terror-apos-morte-de-sargento/> >. Acesso em: 31/05/21.

²⁹ Polícia Militar do Estado de São Paulo anuncia o início da Operação Saturação em Paraisópolis por meio de sua página oficial no Facebook. Disponível em: < <https://www.facebook.com/POLICIAMILITARDESP/photos/a.230561813646181/2489318407770499/?type=3&theater> >. Acesso em: 31/05/21

³⁰ Ação da PM no baile funk da favela Paraisópolis deixa 9 mortos pisoteados em SP. Disponível em: < <https://ponte.org/acao-da-pm-no-baile-funk-da-favela-paraisopolis-deixa-9-mortos-pisoteados/> >. Acesso em: 31/05/21

³¹ Vídeo da ação da PM no baile funk da favela Paraisópolis que deixou 9 mortos pisoteados em SP. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=W9-R1X_17gs >. Acesso em: 31/05/21

³² Beco é uma espécie de rua sem saída.

³³ Nota da Associação de Moradores de Paraisópolis sobre a morte de 9 pessoas no Baile da 17. Disponível em: <https://www.facebook.com/ParaisopolisSP/photos/parais%C3%B3polis-acorda-perplexa-com-a-trag%C3%A9dia-ocorrida-nesta-madrugada-no-foi-acid/3569237146421546/> >. Acesso em: 31/05/21

Paraisópolis acorda perplexa com a tragédia ocorrida nesta madrugada. NÃO FOI ACIDENTE!³⁴ Jovens de toda a cidade há anos vêm curtir o baile da D17, e encontram na comunidade que sofre com a ausência de oportunidades culturais e de lazer uma oportunidade para estar com amigos e se divertir. Com frequência, ocorrem ações policiais de dispersão, causando correria e violência, como mostram os vídeos. Essa madrugada, jovens foram encurralados em becos e vielas e foram levados a caminho da morte, e quem deveria proteger está gerando mais violência. Não aceitaremos calados, exigimos justiça com a punição dos culpados. Paraisópolis e as comunidades precisam de ações sociais para enfrentar suas dificuldades, mais do que remediar, precisamos prevenir. CHEGA de violência, queremos paz. Paraisópolis, presta toda a sua solidariedade e nossos sinceros sentimentos as famílias dos jovens mortos nesta tragédia já anunciada que aconteceu hoje em nossa comunidade (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PARAISÓPOLIS, 2019).

Em uma matéria³⁵ sobre o caso publicada no portal de notícias G1, a seguinte fala é atribuída a mãe de um jovem que estava no evento: "É uma guerra ao pobre. Se fosse nos Jardins (bairro de classe alta de SP), a coisa seria bem diferente. Até a forma da polícia abordar é diferente. O problema não é o funk, é a cultura da periferia, é o lazer". Ao comparar o tratamento dos agentes de polícia em diferentes locais da cidade, a entrevistada expõe a fragilidade do argumento moral de combate às drogas, mencionado acima. Em outros locais onde são feitos o tráfico e o consumo de entorpecentes não se vê a mesma conduta da polícia. Além disso, a afirmação ratifica que o lazer e a diversão dos pobres são enxergados como um problema a partir da ótica da meritocracia.

A repressão do lazer do favelado ainda pode ser explicada, segundo Stanley, pelo pilar do fascismo "*Arbeit Macht Frei*"³⁶ (Em tradução, o trabalho liberta). Os judeus eram considerados pela "lógica" nazista como preguiçosos e corruptos por usurparem o dinheiro produzido pelo trabalho dos arianos. Uma vez estabelecido este pilar, os arianos entendiam que deviam suplantam o "bem-estar social", conferido pelo Estado para os cidadãos, por "independência econômica" (STANLEY, 2018, p s/n). Em outras palavras, a classe que sofre com desigualdades sociais por não possuir o mérito deve se esforçar e trabalhar para não tirar a vantagem de quem está mais bem posicionado na hierarquia social e racial.

A interpretação de que os pobres estão se apropriando dos recursos dos ricos ganhou destaque no Brasil durante o período de sucesso do gênero musical denominado como funk

³⁴ Todos os nomes e termos em caixa alta nessa citação estão conforme o original.

³⁵ Nove pessoas morrem pisoteadas em tumulto após ação da Polícia Militar durante baile funk em Paraisópolis, em SP. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/12/01/perseguido-e-tiroteio-em-baile-funk-em-paraisopolis-deixa-ao-menos-8-mortos-pisoteados-em-sp.ghtml> >. Acesso em: 03/06/21

³⁶ Arbeit Macht Frei é uma frase em alemão que significa "o trabalho liberta". Esta expressão era colocada na entrada de campos de concentração nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Arbeit_macht_frei >. Acesso em: 01/06/21

ostentação. Na primeira década do século XXI, houve uma redução da desigualdade social entre os brasileiros, como mostra o coeficiente de Gini³⁷, indicador que mede a desigualdade de renda. Em uma escala em que 0 determina o nível de maior igualdade e 1 de maior desigualdade em um país, o Brasil passou, nos cálculos do Banco Mundial, de 0,586, em 2002, para 0,529, em 2013. O aumento no poder de compra e os resultados de programas sociais, como o ingresso à universidade e a aquisição da casa própria para muitas pessoas de classes sociais menos favorecidas, foram registrados e celebrados.

Dessa forma, pode-se dizer que o funk ostentação é a comemoração cultural da melhoria de vida que a inclusão pelo consumo trouxe para os pobres no Brasil. Nesta época, ver moradores de favelas frequentando *shopping centers* se tornou um acontecimento comum. O pilar "*Arbeit Macht Frei*" de Stanley se manifestou entre os brasileiros por meio do incômodo de quem já frequentava esses lugares, ou seja, a antiga classe média. A grande imprensa chegou a denominar a presença de moradores de favelas nos shoppings como "rolezinhos"³⁸, diferente do tratamento dado aos "passeios" da classe média.

Em 2020, sete anos depois da redução do indicador de desigualdade, o Brasil estava sobre outro governo e com uma situação econômica diferente. No dia 12 de fevereiro de 2020, o valor do dólar chegou a R\$ 4,35³⁹, consolidando, até então, o quarto recorde consecutivo de sua desvalorização. Em um seminário⁴⁰ realizado no mesmo dia, o ministro da economia, Paulo Guedes, comentou a situação econômica do país dizendo:

O câmbio não está nervoso, (o câmbio) mudou. Não tem negócio de câmbio a R\$ 1,80. Todo mundo indo para a Disneylândia, empregada doméstica indo para Disneylândia, uma festa danada. Pera aí. Vai passear ali em Foz do Iguaçu, vai passear ali no Nordeste, está cheio de praia bonita. Vai para Cachoeiro de Itapemirim, vai conhecer onde o Roberto Carlos nasceu, vai passear no Brasil, vai conhecer o Brasil. Está cheio de coisa bonita para ver (GUEDES, 2020).

Uma vez estabelecida no senso comum e no poder, a meritocracia tem normalizado, além das desigualdades sociais, a dificuldade de mobilização entre classes sociais. É exatamente a não consideração das desigualdades como um fenômeno de interferência na distribuição de recursos que possibilita as dificuldades para ascensão social. Neste caso, a leitura de recursos

³⁷ O legado dos 13 anos do PT no poder em seis indicadores internacionais. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru >. Acesso em: 01/06/21

³⁸ Entrevista com Alexandre Barbosa Pereira sobre "rolezinhos". Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=zyocK7GcvZA> >. Acesso em: 01/06/21

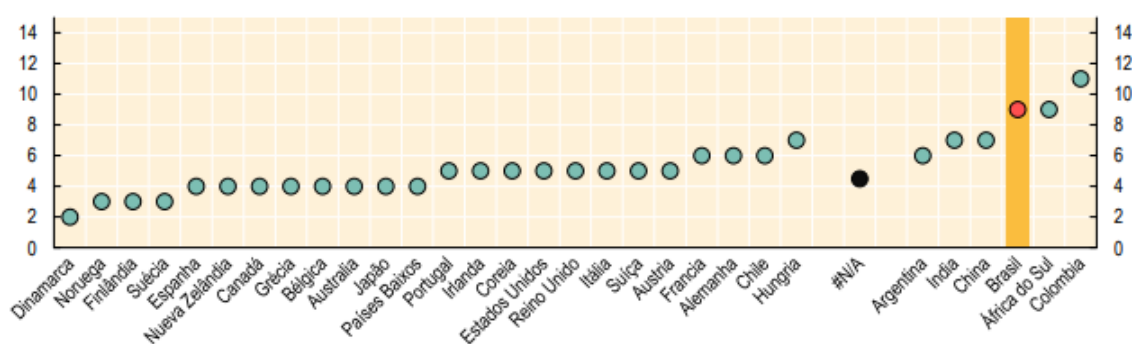
³⁹ No dia 03/06/21, o dólar estava valendo R\$ 5,08

⁴⁰ Paulo Guedes: 'Empregada doméstica indo para Disney, uma festa danada'. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=bLGlc4cVP8Q> >. Acesso em: 18/06/21

não pode se restringir a renda. Há "heranças simbólicas" de comportamentos, valores e códigos passadas entre gerações de famílias de uma mesma "classe" que possibilitam a conservação de uma mesma situação econômica por gerações. Neste sentido, a escassez de recursos financeiros não é causa, mas um dos efeitos das diferenças sociais (SOUZA, 2009, p. 45-47).

Em 2018, a OCDE divulgou o estudo "Um Elevador Social Quebrado? Como Promover a Mobilidade Social"⁴¹. De acordo com o levantamento, é de nove gerações o tempo estimado para que famílias brasileiras pobres (entre as 10% mais carentes da população) atinjam a classe média.

Gráfico 2 – Número de gerações para que uma família de baixa renda atinja a renda média



(Fonte: Um Elevador Social Quebrado? Como Promover Mobilidade Social/OCDE - 2018).

No *ranking* de 30 países analisados, o Brasil dividiu a segunda colocação com a África do Sul e ficou atrás somente da Colômbia, que precisa de 11 gerações. O estudo ainda aponta que 35% dos brasileiros mais pobres morrem na mesma situação financeira. Se por um lado apenas 7% dessa mesma faixa pode alcançar a classe econômica mais rica, por outro 43% dos mais abastados economicamente mantém seus privilégios.

A partir de análises do coeficiente Gini feita pelo Banco Mundial, a "Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2020"⁴², divulgada pelo IBGE, mostrou que o Brasil é o 9º país do mundo mais desigual. De acordo com o levantamento, o último coeficiente de Gini disponível do Brasil (2018) apresenta mais desigualdade do que o último divulgado pelo Botsuana (2015), país do continente africano com pouco mais de 2 milhões de habitantes.

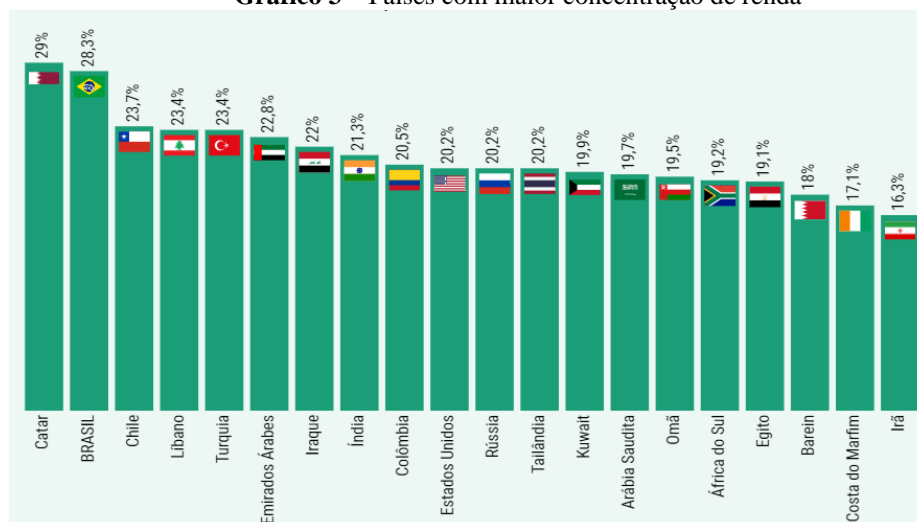
⁴¹ Estudo Um Elevador Social Quebrado? Como Promover Mobilidade Social/OCDE – 2018. Disponível em: < <https://www.oecd.org/brazil/social-mobility-2018-BRA-PT.pdf> > Acesso em: 20/05/2021.

⁴² : Síntese de Indicadores Sociais – SIS. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf> >. Acesso em: 04/06/21.

Tabela 4 – Ranking de desigualdade mundial - Fonte: Síntese de Indicadores Sociais - SIS

Ranking	Menores desigualdades			Ranking	Maiores desigualdades		
	Países	Ano de referência	Índice de Gini		Países	Ano de referência	Índice de Gini
1	Eslovênia	2017	0,242	155	Botsuana	2015	0,533
2	República Tcheca	2017	0,249	156	Brasil	2018	0,539
3	Bielorrússia	2018	0,252	157	Moçambique	2014	0,540
4	Eslováquia	2016	0,252	158	Suazilândia	2016	0,546
5	Moldávia	2018	0,257	159	República Centro-Africana	2008	0,562
6	Ucrânia	2018	0,261	160	São Tomé e Príncipe	2017	0,563
7	Azerbaijão	2005	0,266	161	Zâmbia	2015	0,571
8	Islândia	2015	0,268	162	Suriname	1999	0,576
9	Noruega	2017	0,270	163	Namíbia	2015	0,591
10	Bélgica	2017	0,274	164	África do Sul	2014	0,630

Em termos de países com maior concentração de renda, o Brasil foi considerado o 2º colocado, ficando atrás apenas do Catar. Segundo dados, divulgados em 9 dezembro de 2019, do Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) da Organização das Nações Unidas (ONU)⁴³, que tem como parâmetro indicadores de saúde, educação e renda, enquanto 1% dos brasileiros mais ricos ficaram com 28,3% da renda do país, 10% dos mais pobres receberam apenas 10,6%. Estendendo a análise para os 10% mais ricos, a concentração ficou em 41,9%. Em outras palavras, 90% da população recebeu 58,1% da renda produzida no país.

Gráfico 3 – Países com maior concentração de renda

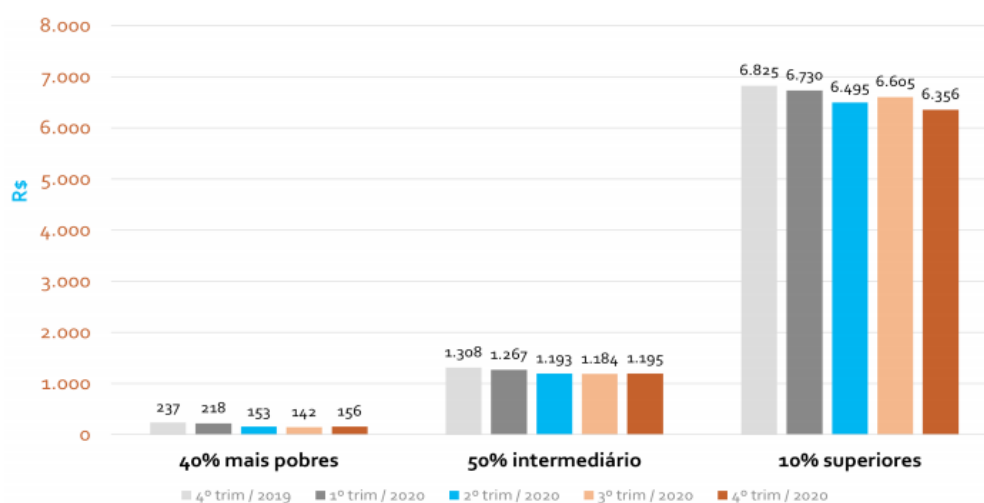
(Fonte: Senado Federal. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres> >. Acesso em: 04/06/21).

⁴³ Human Development Report 2019. Disponível em: < <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf> >. Acesso em: 04/06/21

Comparativamente, a renda média dos 10% mais ricos foi 39 vezes maior do que a dos mais pobres nas metrópoles do Brasil em 2020. A terceira edição do boletim "Desigualdade nas Metrôpoles," publicado no dia 4 de maio de 2021, mostrou que a média de rendimento dos 10% mais ricos foi de R\$ 6546,50, enquanto os 40% mais pobres receberam em média R\$ 167,25.

Utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)⁴⁴ do IBGE, o estudo foi desenvolvido pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), pelo Observatório da Metrópole e pelo Observatório da Dívida Social na América Latina (RedODSAL). Comparados aos dados da série histórica que começa em 2012, nota-se recorde nos resultados desta edição. A explicação do aumento na diferença de rendimentos para os pesquisadores são as consequências da pandemia da COVID-19. No último semestre, que termina no mês de inter rompimento do pagamento do auxílio emergencial, a média de rendimentos entre os 40% dos mais pobres foi de R\$ 156 e entre os 10% mais ricos R\$ 6356.

Gráfico 4 – Média de rendimentos em regiões metropolitanas



(Fonte: Boletim Desigualdade nas Metrôpoles. Disponível em: <

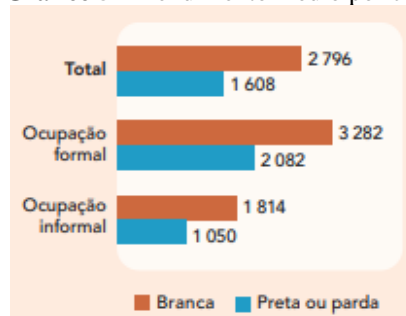
https://www.observatoriodasmetrosoles.net.br/wp-content/uploads/2021/05/BOLETIM_DESIGUALDADE-NAS-METROPOLES_03.pdf>. Acesso em: 04/06/21).

⁴⁴ PNAD é uma pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em uma amostra de domicílios brasileiros que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas da sociedade. Disponível em: <

https://pt.wikipedia.org/wiki/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domic%C3%ADlios>. Acesso em: 05/06/21

Em 2018, a população preta e parda representava 55,8% dos brasileiros. Mesmo formando o maior grupo racial do Brasil, negros ganharam em média 73,9% menos do que os brancos. O rendimento médio de pessoas negras foi de R\$ 1608 e de brancas foi de R\$ 2796. Essas informações constam no estudo "Desigualdades Sociais no Brasil", organizado pelo IBGE.

Gráfico 5 – Rendimento médio por cor



(Fonte: Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 04/06/21).

A discrepância entre grupos raciais no Brasil coloca em evidência a problemática do racismo estrutural, que sistematiza opressões herdadas pela manutenção de padrões "mentais e institucionais escravocratas" (ALMEIDA, 2018, p. 143) e pela ausência de um processo de integração da população negra na sociedade. Dependendo da permanência de outros grupos raciais em cargos de poder e de tomada de decisão, a estrutura racista tem na meritocracia a sua legitimação discursiva. "Assim, a soma do racismo histórico e da meritocracia permite que a desigualdade racial vivenciada na forma de pobreza, desemprego e privação material seja entendida como falta de mérito dos indivíduos" (ALMEIDA, 2018, p. 63).

Uma vez evidenciada as estatísticas da desigualdade social do Brasil como sintoma dos privilégios de poucos justificados pela mentalidade meritocrática, torna-se importante se debruçar sobre o funcionamento do órgão que confere a certificação do mérito: a escola.

2.3. A MERITOCRACIA ESCOLAR NO BRASIL

Em 1989, o sociólogo francês Pierre Bourdieu cunhou o termo "racismo da inteligência" para definir as estratégias que justificam o poder dado à classe social dominante. Desconsiderando a importância das desigualdades sociais na formação de um indivíduo, o racismo da ordem da inteligência estabelece um estado de superioridade aos dominantes. De acordo com Bourdieu, esta condição é cancelada por meio de diplomas escolares.

O racismo da inteligência constitui uma espécie de sociodicée (estratégia que visa legitimar o modo de reprodução e seus fundamentos) da classe dominante, cujo poder repousa em parte sobre a posse de títulos que, tal qual os títulos acadêmicos, aparecem como supostas garantias de inteligência. A classificação escolar é uma classificação eufemizada, naturalizada, uma classificação social que já sofreu uma censura, isto é, uma alquimia, uma transmutação que tende a transformar as diferenças de classe em diferenças de inteligência, de dom (BOURDIEU, 1989 apud VALLE e RUSCHEL, 2010, 79-80).

Em outros termos, a certificação da inteligência toma o lugar dos antigos títulos da nobreza. Esta premissa é o que estabelece a existência da meritocracia escolar. Com influências iluministas, a educação ganha protagonismo para garantir a igualdade de oportunidades, condição necessária para a execução da meritocracia. Tendo todos a mesma base educacional, as diferentes condições e os privilégios serão explicados por meio do mérito que cada indivíduo possui. Portanto, a meritocracia escolar "explica" os melhores e os piores desempenhos dos estudantes sem considerar os seus contextos e condições.

Como será visto a seguir, a meritocracia escolar tem em seu funcionamento uma grande fragilidade: a impossibilidade de alunos com altos rendimentos seguirem os estudos devido à dificuldades econômicas (FORQUIN, 1995 apud VALLE e RUSCHEL, 2010, p. 81). Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)⁴⁵ foi adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o 26º artigo determinando a obrigatoriedade da disposição de acesso gratuito à educação primária a todos os cidadãos. Apesar de ser um documento sem obrigatoriedade legal, o Brasil incluiu esse direito no artigo 125 da Constituição Federal de 1988. Uma vez conquistada a garantia constitucional de estudar na escola, a lógica da meritocracia supõe que o alto desempenho dos estudantes não terá mais impedimentos (VALLE e RUSCHEL, 2010, p. 81). O que funciona apenas para legitimar as desigualdades consequentes da meritocracia escolar.

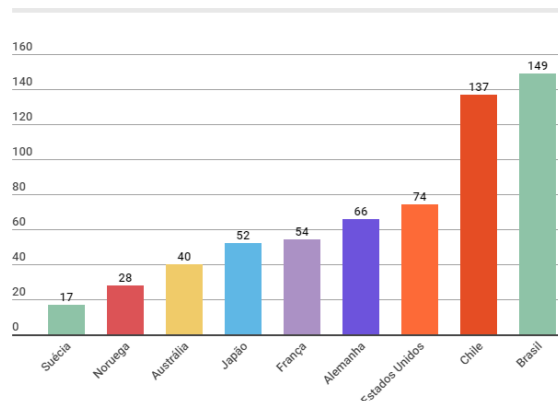
Dessa forma, conteúdos, professores e um sistema de avaliação legítimo estabelecem uma "aliança meritocrática" entre as classes detentoras do capital cultural e os educadores (BOLÍVAR, 2005 apud VALLE e RUSCHEL, 2010, p. 82) para que o poder se perpetue nas mesmas mãos.

Os desdobramentos práticos da "aliança meritocrática" no Brasil se tornam evidentes quando comparamos a diferença salarial entre indivíduos que possuem o ensino superior e quem

⁴⁵ Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: < https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf >. Acesso em: 05/06/21

não têm diploma universitário. Realizado pela OCDE, o estudo *Education at a glance*⁴⁶ (Em tradução livre, Educação em Resumo) apontou que os brasileiros com graduação ganham 149% a mais do que os outros. No *ranking* dos 46 países analisados, o Brasil foi considerado o país com a maior discrepância de renda. A média apontada foi de 56%.

Gráfico 6 – Diferença salarial entre quem tem ou não ensino superior



(Fonte: O abismo que separa quem tem e quem não tem ensino superior no Brasil. Disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2017/09/22/abismo-separa-tem-ensino-diploma/> >. Acesso em: 04/06/21).

Em outros termos, a "aliança meritocrática" conserva o poder dominante porque as dificuldades impostas pelas desigualdades foram certificadas pelo sistema educacional por meio dos diplomas. Uma vez justificados, os privilégios são conservados entre os integrantes de uma mesma classe intergeracionalmente e a escola se constitui como elemento essencial para a perpetuação do modelo meritocrático (SOARES e BACZINSKI, 2018, p. 42). Se fosse diferente, alunos de escolas particulares no Brasil não teriam resultados melhores do que os de escolas públicas, como mostra o estudo "Desigualdades Educacionais durante a Pandemia"⁴⁷. Publicada por pesquisadores do Instituto de Ensino e Pesquisa (Insper), o levantamento, com base em dados da PNAD contínua e da edição de 2017 da Prova Brasil⁴⁸, faz uma projeção dos impactos do ensino remoto nos rendimentos dos alunos de escolas públicas e particulares de regiões metropolitanas. Para fazer esta mensuração, os pesquisadores relacionaram a diferença de desempenho, de acesso à internet e de atividades escolares entre estudantes de escolas

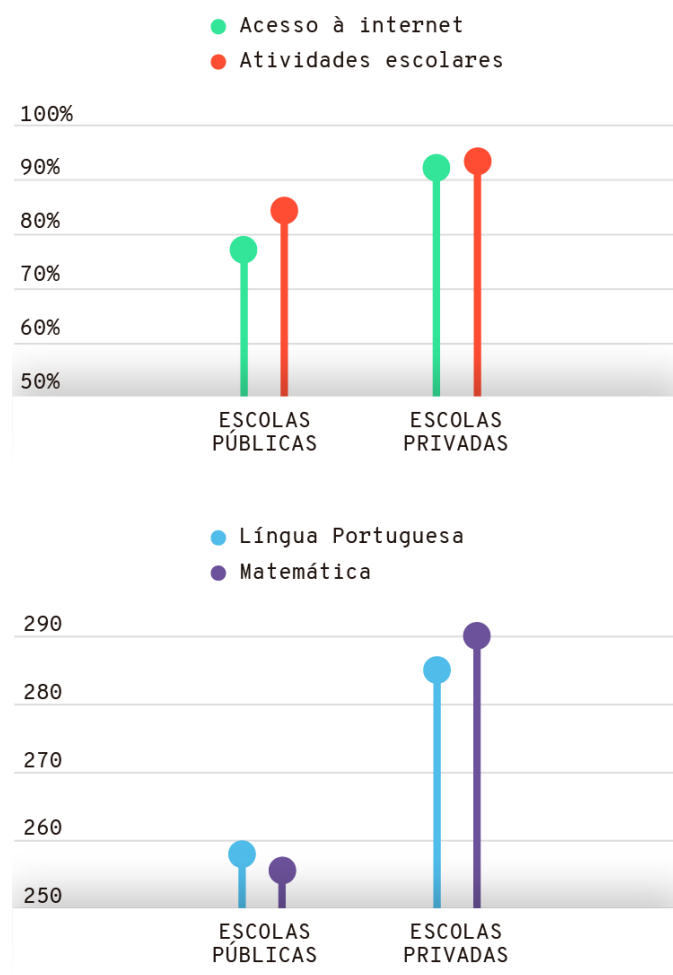
⁴⁶ *Education at a Glance* 2017. Disponível em: < https://read.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2017_eag-2017-en#page21 >. Acesso em: 05/06/21

⁴⁷ Desigualdades Educacionais durante a Pandemia. Disponível em: < https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/12/Policy_Paper_n51.pdf >. Acesso em: 05/06/21

⁴⁸ A Prova Brasil é uma avaliação bienal, criada em 2005 pelo Ministério da Educação, que complementa o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e serve como um dos componentes e serve como um dos componentes para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Avalia%C3%A7%C3%A3o_Nacional_do_Rendimento_Escolar >. Acesso em: 05/06/21

gratuitas e pagas. Como pode ser visto no gráfico abaixo, quem não dispunha de condições para contar com o serviço de acesso à internet e teve menos atividades escolares ficou com as menores notas.

Gráfico 7 – Relação de média de rendimento com acesso à internet e atividades

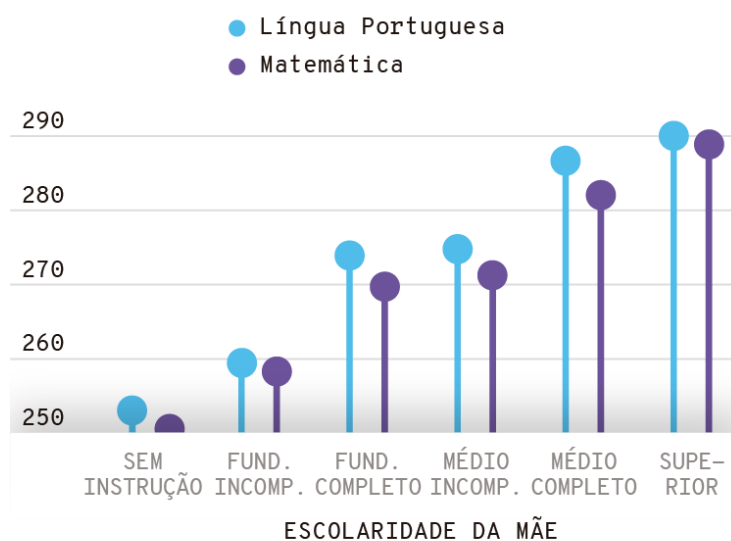


(Fonte: Gazeta do Povo. Disponível em: < <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/desigualdade-educacional-estudo-revela-impactos-ensino-remoto-alunos-mais-pobres-escolas-publicas/> >. Acesso em: 05/06/21).

Em consonância com os pensamentos de Bolívar, além das discrepâncias entre as estruturas de estudo, o levantamento aponta a escolarização dos pais, que devido ao isolamento social estão mais próximos da educação dos filhos, como fator determinante para diferentes desempenhos acadêmicos. Os pesquisadores tomaram a Bélgica e a Holanda como objetos de análise, pois são países que dispõem de acesso mais igualitário à internet. Nestes países, os estudantes que tiveram o desempenho educacional mais impactado durante o isolamento social foram os que têm pais com os menores níveis educacionais. Para enxergar como este fenômeno

se desdobra no Brasil, o estudo teve como parâmetro o desempenho de grupos de estudantes por níveis de escolaridade das mães.

Gráfico 8 – Média de rendimentos por área de conhecimento



(Fonte: Gazeta do Povo. Disponível em: < <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/desigualdade-educacional-estudo-revela-impactos-ensino-remoto-alunos-mais-pobres-escolas-publicas/> >. Acesso em: 05/06/21).

O gráfico acima mostra que, em média, estudantes com mães de menor instrução educacional ficaram com as notas mais baixas na edição de 2017 da Prova Brasil. Dessa forma, fica evidente que, diferente do que faz parecer a meritocracia escolar, o fato de existirem escolas disponíveis para a população não garante a boa execução do ensino e, em muitos casos, o acesso a essas instituições.

A política de cotas, determinada pela lei nº 12711⁴⁹, em 2012, define que universidades federais devem reservar no mínimo a metade das vagas para estudantes que tenham feito o ensino médio integralmente em escolas públicas. A legislação tem o intuito de garantir o acesso ao ensino superior a pessoas que são desfavorecidas por uma série de fatores que o sistema educacional não contempla. Mesmo se aproximando do objetivo original de meritocracia que visa garantir a igualdade na sociedade em oposição ao nepotismo, a Lei de Cotas costuma ser contestada pelo argumento de mérito individual.

(...) a grande maioria das pessoas acabam se apegando a alguns poucos exemplos nos quais as pessoas conseguiram o sucesso por meio de seus próprios esforços, superando

⁴⁹ Lei de Cotas para o ensino superior. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112711.htm >. Acesso em: 05/06/21

as barreiras impostas pela sociedade, e acabam esquecendo ou desconsiderando que esses indivíduos são exceções e não a regra (SOARES e BACZINSKI, 2018, p. 41).

Dessa forma, a interpretação do esforço como mecanismo exclusivo para estudantes de classes menos favorecidas superarem as adversidades sociais corrobora um ciclo vicioso que legitima o pacto meritocrático. Em outros termos, o silenciamento dos reflexos da desigualdade social na qualidade de ensino de um estudante pobre legitima a meritocracia escolar e suas desigualdades. Esta condição compromete o desenvolvimento do pensamento crítico e, como consequência, facilita a aceitação do que está sendo chamado neste estudo de aristocracia do mérito.

Posto isso e levando em conta o papel de "quarto poder" do jornalismo de pôr luz sobre o interesse público e de fiscalizar o poder (TRAQUINA, 2005, p.48), o presente trabalho vai se debruçar sobre a cobertura jornalística de educação, especificamente no que diz respeito à reprodução do discurso de meritocracia. Como já foi evidenciado, o modelo meritocrático naturaliza e justifica desigualdades sociais, evidentes na Baixada Fluminense, região analisada por este estudo. Dessa forma, será feita a análise da reprodução do discurso de meritocracia na cobertura de educação da Baixada Fluminense feita pelo jornal Extra.

3. O DISCURSO DO EXTRA SOBRE A MERITOCRACIA NA BAIXADA

3.1. UM PANORAMA DO JORNALISMO DE EDUCAÇÃO

O surgimento da editoria de educação no jornalismo aconteceu nos anos 1960 de forma gradativa. Na França, a futura editoria até então se restringia a publicar declarações oficiais de autoridades e análises de intelectuais da academia, prestando um serviço mais dedicado ao ensino superior. A centralização das fontes nos órgãos oficiais e a resistência de instituições escolares ao diálogo com a imprensa fizeram com que os jornalistas da área se mobilizassem para obter mudanças. A produção de conteúdos analíticos, que era exclusividade do noticiário político, passou a ser reivindicada pelos profissionais que cobriam assuntos educacionais (FORESTIER, 2015 apud RATIER, 2015, p. 40).

No Brasil, os primeiros registros de revistas que abordam a temática datam da segunda metade do século XIX com periódicos oficiais de órgãos governamentais ou apoiados, em sua maioria, pelo Estado. Dentre as mais remotas revistas que se têm registros estão *Ecos do Professorado* (1873) e *A Escola Pública* (1893-1897), que eram "iniciativas de grupos de professores interessados em fazer circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes" (CATANI, 1996 apud RATIER, 2015, p. 42).

Do ponto de vista das publicações que se apresentavam com características inteiramente jornalísticas, a revista *Escola* foi a pioneira entre os anos de 1971 e 1974. Com a criação do 1º grau por meio da Lei 5692/71⁵⁰, a revista se dedicava a professores deste nível de ensino, criado na ditadura militar. Faz-se necessário destacar que o conteúdo editorial da *Escola* se mostrava abertamente favorável ao regime militar (RATIER, 2015, p. 42).

Em 1980, a revista *Nova Escola* surge a partir de uma parceria com o Ministério da Educação que reservava a compra de 220 mil exemplares por edição. Outro fator que contribuiu para a sua existência foram as isenções fiscais proporcionadas pela Fundação Victor Civita. Levando em consideração que a antiga *Escola* foi extinta por falta de público, essas facilidades eram essenciais para que periódicos voltados a professores sobrevivessem (RATIER, 2015, p. 43). Com mais de 40 anos de história, a revista *Nova Escola* existe até hoje.

Fundamentos semelhantes têm a revista *Educação*. Criado em 1997, o periódico tem como mola propulsora o fato de ser a publicação do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino

⁵⁰ Lei dos 1º e 2º graus de ensino. Disponível em: < <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71> >. Acesso: 07/06/21

do Estado de São de Paulo (Sieeesp), entidade representante da rede privada de ensino até 2003 (RATIER, 2015, p. 43).

Tanto a Nova Escola como a Educação se caracterizaram por terem poucos anúncios e o conteúdo ser focado no cotidiano escolar, como o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) voltado a seleção dos livros didáticos que são distribuídos gratuitamente às escolas pelo Ministério da Educação (MEC). Ratier (2015, p. 44) aponta que a receita de ambas é baixa. Fato que reforça a dependência das revistas do segmento educacional aos órgãos governamentais.

A circulação, porém, costumava ser impulsionada pelas vendas realizadas ao governo em forma de "pacotes". Os principais clientes eram o Ministério da Educação (MEC) e secretarias municipais e estaduais da educação. Lotes de revistas eram vendidos às redes de ensino e, dependendo da quantidade contratada, enviada às bibliotecas escolares ou diretamente a professores e gestores de redes (RATIER, 2015, p. 44).

Nos jornais impressos, os registros dos fundamentos do jornalismo de educação são difusos (RATIER, 2015, p. 40). Uma das manifestações iniciais dessa editoria acontece na primeira metade do século XX.

A partir da necessidade de rentabilidade mediante a concorrência e tendências de mudanças no mercado de produção de notícias da época, o jornal O Estado de São Paulo, sob a então nova direção de Júlio de Mesquita Filho, buscou novos redatores fixos para manter a sua credibilidade na fiscalização do poder público e na formação de uma "opinião pública esclarecida".

O indício mais forte de que Mesquita Filho visava à atualização do jornal por meio da renovação de quadros é o fato de a empresa, imediatamente, ter contratado intelectuais recém-formados pela USP. Em 1946, foram incorporados ao quadro de colaboradores três ex-alunos da FFCL: Decio de Almeida Prado, que passou a escrever críticas de teatro, Lourival Gomes Machado, incumbido de comentar política internacional, e Laerte Ramos de Carvalho, encarregado dos assuntos educacionais (BONTEMPI, 2006, p. 130).

Com o início da elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1947, políticos e intelectuais ligados à área educacional se movimentaram para influenciar com suas posições na produção do documento que projetava o futuro da educação brasileira. Dentre eles estavam profissionais do jornal O Estado de São Paulo. Neste período, Júlio de Mesquita Filho abriu espaço na página 3 do periódico para que o responsável pela redação de

assuntos educacionais, Laerte Ramos de Carvalho, enfatizasse os ideais educacionais da linha editorial do Estadão (BONTEMPI, 2006, p. 132).

A relação pessoal de longa data do então diretor do jornal paulista com Ramos de Carvalho foi a base para a escolha do redator responsável pela interação do periódico com os tomadores de decisão no campo educacional. No artigo "O Brasil, a cultura e a universidade", publicado na época de falecimento de Mesquita Filho, Ramos de Carvalho aponta ter conhecido o diretor do Estadão nos primeiros anos do seu curso de graduação.

Quando ainda aluno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, li pela primeira vez o discurso que, como paraninfo da primeira turma que então se formava, Júlio de Mesquita Filho proferiu – lembro-me perfeitamente bem – o sentimento de uma inesperada revelação subjugou o meu entendimento e eu percebi claramente que a inadvertida opção que eu fizera ao ingressar naquela escola se transformara numa das mais profundas e existenciais decisões da minha vida. Descobri, então, que o significado eminentemente político da opção que fizera e que a carreira que escolhera transcendia as limitadas esferas de um possível exercício profissional para transformar-se numa missão mais elevada, a de promover, conjuntamente com meus colegas de outros cursos [...] o início da revolução espiritual brasileira, base e pressuposto fundamental da revolução nacional pela educação (CARVALHO, 1969 apud BONTEMPI, 2006, p. 133).

Apesar da notável produção de artigos e reportagens sobre os ensinos secundário e superior por Ramos, a estruturação de equipes jornalísticas integralmente voltadas à educação no Estado de São Paulo se dá nos anos 1970 e 1980, impulsionado pela lógica industrial no jornalismo (RATIER, 2015, p. 41).

O jornal Folha de São Paulo tem em seus registros a primeira publicação de uma coluna dedicada à educação nos anos 1960. Entre anos de 1965 e 1970, a coluna "Problemas da Educação" discutia com periodicidade irregular as problemáticas relativas à temática educacional. No entanto, foi em 1972 que o periódico passou a publicar semanalmente artigos do jornalista e sociólogo Perseu Abramo, que visavam dar luz ao tema, e ter uma cobertura jornalística específica para educação. Um ano depois, em 1973, a Folha de São Paulo instituiu oficialmente a editoria de educação (CRIPA, 2007, p. 84).

A partir daí, a Folha de São Paulo chegou a destinar até 5 páginas em dias de semana para a editoria de educação, incluindo "cobertura de vestibulares, movimento docente e a trazer correção de provas, análises e matérias sobre os então 1º e 2º graus, e artigos assinados por jornalistas e especialistas da área" (CRIPA, 2007, p. 85). No domingo, dia mais importante para as publicações impressas, Perseu Abramo assinava grandes reportagens. A coluna de Abramo teve um importante papel combativo contra a ditadura militar.

Em 14 de outubro de 1973, por exemplo, Perseu Abramo assinou texto na FSP no qual se solidarizava com os professores que não comemorariam O Dia do Professor, data festejada pelo governo na manhã seguinte, porque o Estatuto do Magistério não havia ficado pronto. Intitulado "O dia de amanhã", o artigo retratava o abismo entre a educação que os brasileiros esperavam e aquela realmente oferecida. Ou então no artigo "O acesso ao ensino superior", publicado no dia 24 de dezembro daquele mesmo ano, no qual Perseu fazia análise do Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização) à pós-graduação, falando das dificuldades que os brasileiros encontravam para se educar (CRIPA, 2007, p. 85).

Com a demissão de Perseu, em 1979, por ter apoiado uma greve de jornalistas, a editoria de educação foi sendo gradativamente reduzida até ser extinta em 1990. Dessa forma, a educação virou tema secundário no caderno "Cotidiano", que também abordava saúde, segurança, trânsito, meteorologia e direito ao consumidor (CRIPA, 2007, p. 87-88).

Os cadernos "Sinapses" e "Saber" foram dois projetos dedicados à educação no periódico, respectivamente nos anos 2000 e 2010, que também acabaram sendo reduzidos e aglutinados por outras seções. O ex-diretor de redação do jornal, Otávio Frias Filho, argumentou em entrevista na dissertação do mestre em ciências da comunicação, Marcos Luiz Cripa, que a redução aconteceu devido a "falta de trepidação jornalística" das temáticas de educação. Dessa forma, segundo Frias Filho, a editoria perdia o espaço para outros assuntos que eram mais demandados pelos leitores.

O tema educação é considerado importante na pauta jornalística em geral, e na pauta da *Folha* em particular. Mas ao mesmo tempo é considerado um tema difícil de ser coberto. Embora as pessoas, de um modo geral, reconheçam a relevância e até o caráter fundamental desse tema, exceto quando há uma medida de impacto adotada na área da educação, geralmente por iniciativa do governo ou, eventualmente do Congresso Nacional, e exceto também quando há uma crise em alguns setores da educação, normalmente é uma área que peca por falta de trepidação jornalística, de visibilidade jornalística. (...) (FILHO, 2007 apud CRIPA, 2007, p. 90-91).

A interpretação do mercado jornalístico de uma suposta falta de interesse do público pelo assunto fica evidente na ausência de cursos de jornalismo de educação na faculdade. Em pesquisa feita na tese do doutor em educação Rodrigo Pelegrini Ratier, 99% dos jornalistas disseram não terem tido acesso a esse tipo de conteúdo formativo no curso superior. O levantamento contou com as respostas de 92 jornalistas da área da educação dos periódicos Correio Braziliense, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo, O Globo, Valor Econômico, Carta Capital, Época, Isto É, Veja, Carta na Escola/Carta Fundamental, Educação/Educação

Pública, Gestão Escolar, Nova Escola, Pátio Educação Infantil, Agência Brasil, G1, IG, R7, Terra e Uol.

Outro fator que reforça a fragilidade na formação e na especialização em jornalismo de educação é o juízo que muitos fazem de domínio do assunto por meio de experiências pessoais, como professor, pai ou aluno. De acordo com Pons (2014 apud RATIER, 2015, p. 45), chefes de redação franceses usavam como critério o que acontecia com os próprios filhos para inserir assuntos nos jornais. Dessa forma, por se tratar de um tema que aparentemente todos conhecem, a editoria educacional encontrava dificuldades para se estabelecer e ser reconhecida como área especializada.

A imagem de uma rubrica 'trivial, evidente, conhecida de todos, pode mesmo contribuir a mascarar a tecnicidade dessa área, ou sua imensidão, e favorecer uma forma de 'jornalismo espontâneo' segundo o qual basta ser pai – no caso, mãe – para ter a competência de cobrir a atualidade educativa (PONS, 2014 apud RATIER, 2015, p. 45).

No que diz respeito à rotina de trabalho jornalístico, a educação encontra dificuldades nas censuras institucionais que as fontes sofrem. De acordo com Campagnucci (2014 apud RATIER, 2015, p. 47) medidas restritivas operam como impeditivos para servidores públicos darem entrevistas em pelo menos 17 estados brasileiros. Em uma reportagem⁵¹ produzida pelo autor deste presente trabalho, em maio de 2020, muitos educadores se mostraram amedrontados de perderem seus empregos ou de sofrerem sanções institucionais ao darem entrevista. Publicada no *site* da Folha de São Paulo, a matéria denunciou a pressão feita pela Secretaria de Educação (Seeduc) para que professores, apesar de estarem sem recursos, acessassem a plataforma de ensino online da rede estadual do Rio de Janeiro durante a quarentena. Mesmo com provas das negligências da secretaria, boa parte dos servidores preferiram não dar entrevista ou falar em *off*⁵².

Somada a essa problemática está a concentração dos dados e informações de educação nas mãos de poucas instituições. Levando em consideração seus trabalhos de preparação e proteção das fontes, as assessorias de comunicação no campo educacional, especialmente do Ministério da Educação e de secretarias estaduais, utilizam o "superpoder informativo" de forma estratégica com o intuito de obstruir o fluxo investigativo do trabalho jornalístico

⁵¹ Professores do RJ relatam pressão e falta de suporte no ensino a distância. Disponível: < <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/professores-do-rj-relatam-pressao-e-falta-de-suporte-no-ensino-a-distancia.shtml> >. Acesso em: 08/06/21

⁵² Off designa fonte que dá uma informação sob condições de ter preservado o seu anonimato

(RATIER, 2015, p. 48). Neste caso, duas estratégias são usadas para frear manchetes negativas e dar destaque para as positivas.

A primeira, denominada por Neveu (2006 apud RATIER, 2015, p. 48) como "dom e contradom", se dá a partir do oferecimento de informação em primeira mão tendo em contrapartida a divulgação de assuntos do interesse desses órgãos. No entanto, a partir desse processo se cria um "contrato" não verbal de que o intercâmbio informativo será interrompido, caso uma reportagem denuncie assuntos contrários aos interesses das fontes.

A estratégia seguinte é a mediação centralizadora feita pelas assessorias de comunicação entre os jornalistas e os entrevistados. Com o discurso de validação com superiores, o processo de entrevista é direcionado ao assessor. Dada a concentração de fontes da temática educacional nas mãos de poucos órgãos, o trabalho jornalístico se torna um jogo de interesses que acaba quase sempre com a assessoria "controlando" a pauta.

Como jornalista de educação, testemunhei diversas vezes o modus operandi desses órgãos ao tentar entrevistar professores. Ainda que o contrato inicial seja feito diretamente com o docente, este logo se refere à necessidade de aprovação de seus superiores (direção da escola ou direção regional), o que exige, por sua vez, o sinal verde das assessorias de imprensa. Essas, por seu turno, procedem a um escrutínio do enfoque da pauta para avaliar seu potencial de repercussão (RATIER, 2015, p. 48).

Na França, essa problemática foi amenizada com um compromisso formal do governo mediante exigências da Associação de Jornalistas de Educação (FORESTIER, 2015 apud RATIER, p. 48-49). Em 2016, a imprensa brasileira começou a caminhar no apoio à cobertura jornalística de educação por meio da criação da Associação de Jornalistas de Educação (Jeduca), entidade que tem o objetivo de qualificar a cobertura da área da educação no Brasil.

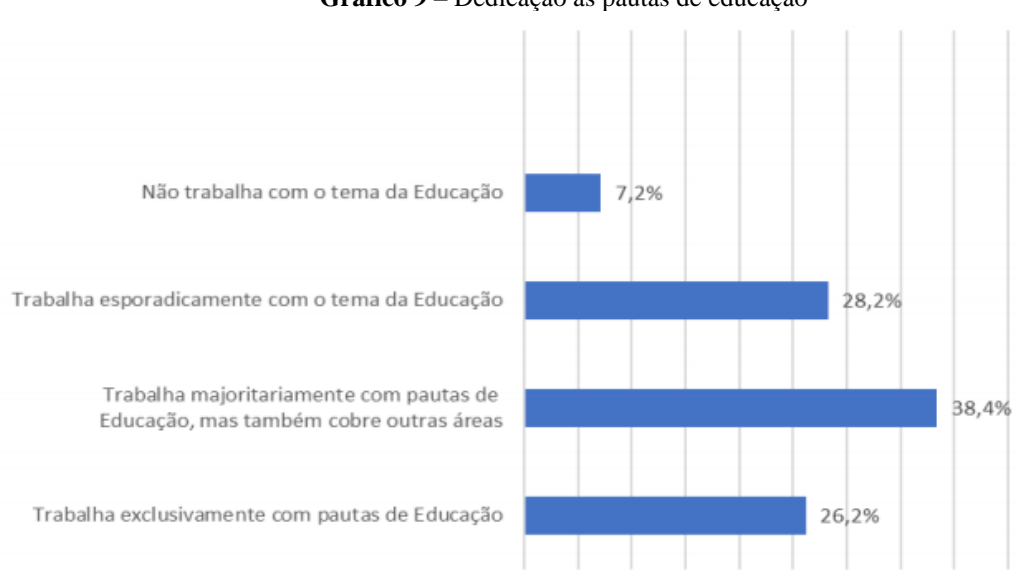
De acordo com o relatório de atividades 2020⁵³, a Jeduca possuía até o ano passado 1409 associados, entre jornalistas de veículos de notícia, assessores de imprensa, estudantes, consultores educacionais e professores. A partir dessa rede de profissionais que trabalham ou se interessam em jornalismo da área da educação, a associação oferece conteúdos informativos relacionados ao tema em seu *site*, uma editora pública para auxiliar os repórteres na elaboração e desenvolvimento de suas pautas e uma lista de e-mails diários com temas relevantes do universo educacional. Além disso, a Jeduca promove cursos, palestras e um congresso anual voltados para os profissionais da área (JEDUCA, 2019, p. 4).

⁵³ Relatório de atividades 2020. Disponível em: < <https://jeduca.org.br/arquivos/Pesquisa-Jeduca-relatorio.pdf> >. Acesso em: 08/06/21

Em 2019, quando tinha 973 associados, a Jeduca realizou a pesquisa "Perfil do jornalista de Educação" para, dentre outros objetivos, conhecer os constrangimentos e dificuldades na cobertura jornalística de educação no país (JEDUCA, 2019, p. 5). Dentre os 60% dos respondentes que produzem conteúdo informativo ou jornalístico educacional, 65,9 % não estão ligados a uma editoria específica. Este dado confirma a marginalização do assunto nas redações de jornais. Dentre os 33,1% dos vinculados a uma editoria, 12,9% estão em educação, 7,7% em cidades e cotidiano, 2,8% em política e 2,2% em economia (JEDUCA, 2019, p. 21).

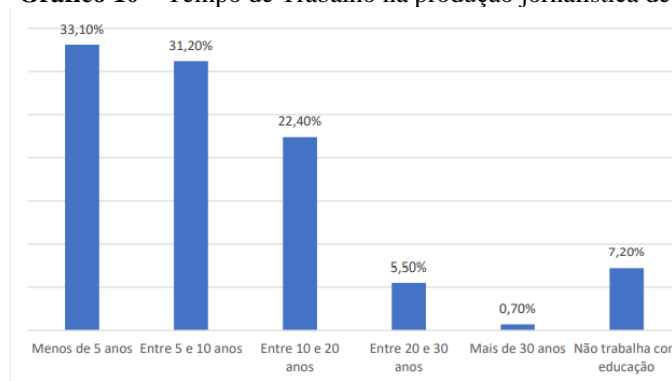
Como pode ser visto no gráfico abaixo, aproximadamente 40% dos entrevistados trabalham com o tema de forma não exclusiva.

Gráfico 9 – Dedicção as pautas de educação



(Fonte: Jeduca. Disponível em: < <https://jeduca.org.br/arquivos/Pesquisa-Jeduca-relatorio.pdf> >. Acesso em: 05/06/21).

A maior parte dos profissionais estão na área há menos de 5 anos: 33,1%. Os que trabalham com o tema entre 5 e 10 anos somam 31,20%. Em outros termos, há uma representatividade muito grande de produtores de notícias que estão com 10 anos ou menos na cobertura educacional.

Gráfico 10 – Tempo de Trabalho na produção jornalística de educação

(Fonte: Jeduca. Disponível em: < <https://jeduca.org.br/arquivos/Pesquisa-Jeduca-relatorio.pdf> >. Acesso em: 05/06/21).

Perguntados sobre qual tipo de atividades mais ajudam a descobrir novas pautas, os respondentes da área jornalística apontaram o acompanhamento de ações do governo em canais oficiais, as conversas com docentes, com pesquisadores do nível superior e com educadores e a leitura de outros veículos de imprensa nacionais e internacionais. Por outro lado, cerca de 40% disseram que conversas com membros do governo pouco colaboram neste sentido (JEDUCA, 2019, p. 24).

Com relação às fontes consultadas, cerca de 73% dos profissionais acessam as bases de dados estatísticos, produzidas por secretarias de educação ou por órgãos federais, como o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (JEDUCA, 2019, p. 26). Apesar do expressivo uso dos dados e ações fomentadas pelo governo em pautas, o baixo aproveitamento do diálogo com os governantes pode ser explicado pelos 37% dos produtores de conteúdo que os consideram burocráticos e difíceis de contatar e pelos 17,5% que os classificam como excessivamente ideológicos (JEDUCA, 2019, p. 28). Como já abordado neste trabalho, a dificuldade no trato com as organizações governamentais é um dos impeditivos da execução de pautas no jornalismo da área da educação.

Este panorama deixa evidente que há um desafio muito grande para os jornalistas da área de cumprirem a função social do jornalismo de fiscalizar o governo e evidenciar assuntos de interesse público. Dentre os principais fatores estão a desvalorização da cobertura de educação dentro das instituições que produzem notícias, centralização das informações nas mãos de poucas fontes e estratégias de assessorias de comunicação que inviabilizam a espontaneidade de servidores públicos nas entrevistas. Uma vez evidenciadas as problemáticas

da editoria educacional, torna-se necessário se debruçar sobre a análise do discurso de meritocracia no jornalismo.

3.2. COMO ANALISAR O DISCURSO DE MERITOCRACIA NO JORNALISMO?

Com base nos panoramas do jornalismo da área educacional e da educação na Baixada Fluminense e nas problematizações teóricas sobre a produção da imagem midiática da periferia e as consequências da ideologia meritocrática até aqui apresentados, o presente estudo vai analisar em que medida o discurso jornalístico reproduz o mito da meritocracia. No entanto, antes de determinar o *corpus* empírico que será analisado, torna-se forçoso discutir sobre a metodologia de Análise de Discurso francesa (utilizada no Brasil), que será utilizada nas próximas seções deste trabalho.

A linguística Eni Orlandi ressalta em seu livro "Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos" que há várias maneiras de se estudar a linguagem. Dentre elas, destacam-se a linguística e a gramática que se concentram, de modo geral, nas normas formalizadas que regulam as línguas. Ambas, linguística e gramática, também são sujeitas a variações de significados dependendo da época, do lugar e do autor que está escrevendo ou falando. É a partir da versatilidade da significação (discurso) como consequência do contato entre linguagem e o contexto social que o filósofo Michel Pêcheux se debruçou no desenvolvimento da Análise de Discurso (ORLANDI, 2005, p. 15-17).

Dessa forma, o pesquisador que utiliza a metodologia da Análise de Discurso precisa entender outros campos científicos. Além da linguística, o analista do discurso necessita se aprofundar e relacionar conhecimentos do marxismo, a partir do conceito de ideologia, e da psicanálise.

Tendo em vista esta finalidade, ele articula de modo particular conhecimentos do campo das Ciências Sociais e do domínio da Linguística. Fundando-se em uma reflexão sobre a história da epistemologia e da filosofia do conhecimento empírico, essa articulação objetiva a transformação da prática das ciências sociais e também a dos estudos da linguagem (ORLANDI, 2005, p. 16)

Neste caso, o discurso é interpretado como objeto da confluência entre as construções sócio-históricas e linguísticas. Nas palavras de Eni (2005, p. 17), "conseqüentemente, o discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos". Levando em consideração as discussões

apresentadas nos capítulos 1 e 2, a metodologia da Análise de Discurso será utilizada nas próximas seções deste estudo para evidenciar se e como acontece a reprodução da ideia de meritocracia em reportagens da editoria de educação, que tenham como recorte regional a Baixada Fluminense.

Distanciando-se do modelo tradicional de comunicação (referente, emissor, mensagem, receptor e código), esta metodologia leva em consideração um processo não linear em que o sujeito e o discurso produzem e recebem sentidos ao mesmo tempo. Em outros termos, além de (re)produzirem, as reportagens analisadas recebem influências ideológicas que podem calar ou dar voz a um discurso. A partir da averiguação da hipótese de reprodução da ideologia meritocrática, este estudo vai examinar em que medida o discurso das produções jornalísticas escolhidas contribui para a conservação das desigualdades, mesmo que isso não seja explicitamente dito no texto jornalístico.

Desse modo, diremos que não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade, etc. Por outro lado, tampouco assentamos esse esquema na idéia de comunicação. A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados (ORLANDI, 2005, p. 21).

Cabe ressaltar aqui o conceito, formulado pelo filósofo Michel Foucault, de formação discursiva. Uma vez que a Análise de Discurso tem como condição que os sentidos produzidos pelas palavras dependem da posição ideológica do sujeito da interlocução, a formação discursiva se estabelece como o entendimento de construções ideológicas que fazem a fala ter determinado sentido em um lugar social (FRANCELINO, 2005, p. 38). Pode-se dizer ainda que a ideia de formações discursivas "circunscreve a produção de linguagem de um sujeito, fazendo-o falar a partir de uma determinada posição sócio-ideológica e determinando que sentido(s) pode(m) ser veiculado(s)" (FRANCELINO, 2005, p. 38). Com isso, o uso do termo "sujeito" faz referência a sujeição da fala do produtor do discurso pela formação ideológica na qual está inserido. Para que se torne mais evidente a conceituação, toma-se como exemplo as expressões "esforço", "mérito" e "virtude". Se o sujeito tiver como lugar social a ideologia burguesa de combate ao nepotismo, a sua fala estará dentro das formações discursivas da meritocracia.

Dessa forma, a análise deste estudo buscará, além da interpretação, a compreensão dos sentidos formados a partir do *corpus* empírico. Se por um lado a interpretação está associada a

um contexto imediato e não problematiza as influências do contexto, a compreensão se desprende de sentidos e os examinam. Como exemplifica Orlandi:

Em uma situação "x" Maria diz que Antonio vai ao cinema. João pergunta como ela sabe e ela responde: "Ele disse isso". Interpretando: "ele" é Antonio e "o que" ele disse é que vai ao cinema. No entanto, a compreensão é muito mais do que isso. Compreender é saber como um objeto simbólico (enunciado, texto, pintura, música etc) produz sentidos. É saber como as interpretações funcionam. Quando se interpreta já se está preso em um sentido. A compreensão procura a explicitação dos processos de significação presentes no texto e permite que possam "escutar" outros sentidos que ali estão, compreendendo como eles se constituem. Por exemplo, nas palavras de Maria, pode-se compreender que ela não quer ir, ou que Antonio é quem decide tudo, ou que ele está indo em outro lugar etc (ORLANDI, 2005, p. 26).

Para que esta compreensão aconteça, é necessário ter em mente a definição de interdiscurso, que, de acordo com Orlandi (2005, p. 31), "é aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente". Também denominado por Orlandi como "memória discursiva", pois se configura a partir do conjunto das interseções entre diferentes formações discursivas que torna possível a construção da expressão e da compreensão. No caso da nossa análise, verificar-se-á as influências da "memória discursiva" da meritocracia no discurso das reportagens estudadas.

Uma vez explicada a metodologia da análise deste estudo, vamos estabelecer e explicar a escolha do *corpus* empírico que será examinado.

3.3. A EDUCAÇÃO NO JORNAL EXTRA COMO *CORPUS* EMPÍRICO

O presente trabalho elegeu como *corpus* empírico reportagens do *site* do jornal Extra, do grupo Globo. Além da relevância por ser um dos produtos do maior conglomerado de mídia e comunicação da América Latina, a versão digital foi escolhida por conta de seu grande alcance entre os internautas que desejam se informar. De acordo com a análise feita pela Semrush⁵⁴, que avaliou, no mês de abril de 2021, o tráfego dos 100 *sites* mais acessados do Brasil, a versão digital Extra aparece na 59ª posição. Se forem considerados apenas os *websites* que produzem notícias, a página do jornal fluminense fica na 12ª posição, com 38,1 milhões de acessos, ficando na frente, por exemplo, do *site* do jornal Estado de São Paulo, como mostra o gráfico abaixo.

⁵⁴ Semrush é uma plataforma de gestão de visibilidade online. Disponível em: < <https://pt.semrush.com/> >. Acesso em: 10/06/21

Tabela 5 – Sites de notícias mais acessados do Brasil em abril de 2021 - Fonte: Semrush. Disponível em: < <https://pt.semrush.com/blog/top-100-sites-mais-visitados/> >. Acesso em: 10/06/21

site	número de acesso	páginas por visitas	tempo no site
Globo.com	1,3 bilhão	3.1	14:30
Uol	948,2 milhões	3.5	15:30
Yahoo	93,3 milhões	3.6	12:03
R7	85,3 milhões	2.3	13:26
Clima Tempo	74,5 milhões	1.7	05:09
Terra	72,8 milhões	2.5	09:58
MSN	61,6 milhões	2.6	13:18
Isto é	60,7 milhões	1.5	07:43
IG	55,3 milhões	2.4	08:54
Tech Tudo	54,9 milhões	1.3	04:55
Pure People	46,4 milhões	3.7	03:48
Extra⁵⁵	38,1 milhões	3.0	06:24
Estadão	37,8 milhões	2.1	13:32
Clic RBS	37,7 milhões	1.7	08:42
Metrópoles	35,3 milhões	2.3	12:07
ESPN	31,2 milhões	1.8	10:48
Adoro Cinema	28,3 milhões	1.9	04:31
Brasil 247	26,8 milhões	2.1	12:18
Canal Tech	25,9 milhões	1.2	06:49
Infomoney	24,4 milhões	3.5	22:19
Metropolitana FM	24,4 milhões	2.0	06:04

Levando em consideração o número médio de páginas visitadas por acesso, o *site* do jornal Extra fica na 7ª colocação e estabelece uma maior quantidade de conteúdos visitados do que o portal de notícias R7, do grupo Record. Dessa forma, o *site* do periódico fluminense tem grande visibilidade entre os internautas que desejam consumir algum tipo de notícia.

Outro fator que contribuiu para a escolha foi o fato das matérias produzidas serem direcionadas para leitores de regiões periféricas do estado do Rio de Janeiro. Tal característica é evidenciada pela ausência do sistema *paywall*, utilizado em diversos *sites* que produzem notícias para que os usuários da internet acessem o conteúdo da página *web* somente por meio de uma assinatura paga. A linguagem das reportagens e os temas privilegiados na *home* do *site* também deixam claro que o público-alvo são leitores que, em sua maioria, não têm muito tempo ou interesse em leituras mais complexas. Em visita na página principal do *site* no dia 10 de

⁵⁵ Grifo meu.

junho de 2021, às 16h37min, encontrou-se a manchete do "Caso Kathlen", jovem morta dois dias antes durante uma operação policial no Complexo do Lins, na Zona Norte da Cidade do Rio de Janeiro.

Figura 4 – Página Principal do jornal Extra



Fonte: Site do jornal Extra. Disponível em: < <https://extra.globo.com/> >. Acesso em: 10/06/21).

Com destaque secundário, abaixo da manchete, estavam matérias que repercutiam assuntos de famosos, da televisão e do futebol. Havia ainda algumas matérias que abordavam outras temáticas, como o serviço de vacinação da prefeitura, o prédio que caiu em Rio das Pedras, na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro, e a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID-19.

Figura 5 – Página Principal do jornal Extra II



Fonte: Site do jornal Extra. Disponível em: < <https://extra.globo.com/> >. Acesso em: 10/06/21).

Em sua parte inferior, o *site* apresentava as matérias mais lidas. Dentre as temáticas preferidas pelos leitores do Extra, destacam-se o futebol, a vida de famosos e curiosidades.

Figura 6 – Página Principal do jornal Extra III



Fonte: Site do jornal Extra. Disponível em: < <https://extra.globo.com/> >. Acesso em: 10/06/21).

Conforme mostram as evidências, torna-se claro que o jornal Extra alcança majoritariamente um público mais popular.

Em terceiro lugar está o fato de ser um jornal focado no estado do Rio de Janeiro com uma relevante cobertura dedicada à educação, editoria que aparece como opção na aba "notícias". Ao clicar nesta opção, destaca-se a presença de uma matéria com o título "Estudantes de origem humilde superam desafios da pandemia e chegam até a universidade". O que deixa evidente em um primeiro momento a existência da reprodução do discurso do mito da meritocracia.

Figura 7 – Página da editoria Educação



Fonte: Site do jornal Extra. Disponível em: < <https://extra.globo.com/noticias/educacao/> >. Acesso em: 10/06/21).

Posta as motivações da seleção do site do jornal Extra, torna-se necessário explicar como se deu a escolha das reportagens analisadas.

3.4. O DISCURSO DO EXTRA SOBRE A EDUCAÇÃO DA BAIXADA FLUMINENSE

Para dar conta de evidenciar se há e como é feita a reprodução do mito da meritocracia, este trabalho fez uma busca no Google, no dia 08 de junho de 2021, com as combinações dos termos "estudante", "baixada fluminense", "bolsa de estudos" e "extra". De nove páginas de resultados, coletou-se seis reportagens/matérias que contam histórias bem-sucedidas de estudantes da Baixada Fluminense:

Tabela 6 - Títulos das matérias do Extra decorrentes da primeira busca - Fonte: Elaboração própria com base nas edições consultadas

Data de publicação	Título
18/02/2018	Selminha Sorriso: campeã no carnaval e nas salas de aula
18/05/2018	Cientistas de Caxias desenvolvem pesquisa em busca de vacina contra leishmaniose
04/06/2019	Jovem da Baixada Fluminense aprende francês com refugiados e passa na Sorbonne
06/06/2019	Jovem que estudou com refugiados e passou na Sorbonne atinge meta de vaquinha virtual
07/03/2021	Representatividade: jovens negros do Rio e de Nova Iguaçu são aprovados para estudar empreendedorismo em universidade no EUA
07/05/2021	Com Vitória até no nome, jovem humilde de Magé ganha bolsas em universidades no exterior

Com os termos "estudante", "baixada fluminense", "estudar no exterior" e "extra", foram coletadas sete reportagens/matérias das 10 primeiras páginas de resultados.

Tabela 7 – Títulos das matérias do Extra decorrentes da segunda busca - Fonte: Elaboração própria com base nas edições consultadas

Data de publicação	Título
22/05/2017	Documentário mostra transformações e desafios de estudantes da Baixada que decidem cursar o ensino superior
10/03/2017	Grupo que se conheceu no trem promove 'bota-fora' para amigo que vai se mudar
07/05/2018	Projeto de alunos da Baixada, drone que identifica focos do Aedes aegypti é finalista em concurso internacional
19/07/2018	Jovem de Nova Iguaçu vende trufas nas ruas para cursar Cinema nos Estados Unidos
24/11/2018	Bisavó de 22, idosa volta às aulas aos 81 anos na Baixada Fluminense
26/12/2019	De volta para casa: cariocas que deixaram estado vêm rever família no fim de ano
31/08/2020	Alunos de escola estadual deixam de participar de competição internacional por falta de verba para inscrições

Vale destacar ainda que foram consideradas na busca apenas as matérias do *site* do Jornal Extra que narram histórias relacionadas a dispositivos educacionais e inseridas na Baixada Fluminense. Dessa forma, todos os resultados encontrados que se encontravam nas condições determinadas foram selecionados. Portanto, as 13 matérias representam integralmente os resultados obtidos nas pesquisas explicitadas acima.

Tabela 8 – Títulos das matérias do Extra que serão analisadas - Fonte: Elaboração própria com base nas edições consultadas pelo autor

Data de publicação	Título
22/05/2017	Documentário mostra transformações e desafios de estudantes da Baixada que decidem cursar o ensino superior
18/02/2018	Selminha Sorriso: campeã no carnaval e nas salas de aula
04/06/2019	Jovem da Baixada Fluminense aprende francês com refugiados e passa na Sorbonne
31/08/2020	Alunos de escola estadual deixam de participar de competição internacional por falta de verba para inscrições
07/05/2021	Com Vitória até no nome, jovem humilde de Magé ganha bolsas em universidades no exterior

Para tornar exequível o estudo, das 13 matérias encontradas foi selecionada uma amostra de 5 matérias dos anos de 2017, 2018, 2019, 2020 e 2021.

3.4.1. Documentário sobre estudantes da Baixada no ensino superior

A primeira matéria analisada, "Documentário mostra transformações e desafios de estudantes da Baixada que decidem cursar o ensino superior"⁵⁶, publicada no dia 22 de maio de 2017, aborda a produção de um filme sobre histórias de universitários da Baixada Fluminense. Apesar de apresentar desde seu *lide* acontecimentos importantes da vida dos estudantes que protagonizam o filme, o referido texto jornalístico tem como objetivo informativo a divulgação do documentário. A finalidade central da matéria fica evidente no fato da chamada conter a foto da roteirista, Stephanie Reist, e do diretor, Dudu de Morro Agudo, na priorização das informações da produção audiovisual e da fala do diretor e no desfecho do texto com dados de exibição do filme.

A matéria tem início com as novas iniciativas dos estudantes Debora Luisa de Freitas e Rodrigo Monteiro na área acadêmica. Se por um lado o texto fala sobre a preparação de Debora

⁵⁶ Documentário mostra transformações e desafios de estudantes da Baixada que decidem cursar o ensino superior. Disponível em: < <https://extra.globo.com/noticias/rio/documentario-mostra-transformacoes-desafios-de-estudantes-da-baixada-que-decidem-cursar-ensino-superior-21374411.html> >. Acesso em: 13/06/2013

para tentar um programa de doutorado nos Estados Unidos, por outro enfatiza a decisão de Rodrigo de fazer o curso de letras. Observa-se que a estudante tem a sua regionalidade demarcada: "uma comunidade em Mesquita, na Baixada Fluminense". No entanto, o texto não dá o mesmo tratamento a Rodrigo. A única menção que se tem sobre a sua regionalidade é o fato de ser um dos personagens do documentário que conta a história de estudantes da Baixada. A falta de objetividade no que diz respeito a sua cidade de origem produz um efeito discursivo de homogeneização da região analisada. Essa formação discursiva dialoga diretamente com o conceito de "espaço vazio", de Bauman, que designa lugares onde as pessoas não atribuem significados por sua aparente invisibilidade.

Após introduzir as histórias dos universitários, a matéria transfere a atenção narrativa para o documentário que vai exatamente tratar de contá-las. Sobre o objetivo do filme, o texto explica: "histórias de universitários da Baixada e todas as dificuldades e transformações pelas quais passam quando decidem cursar o nível superior viraram o documentário 'O Custo da oportunidade'". Característico das trajetórias de filmes de super-heróis, o emprego dos termos "dificuldades" e "transformações" confere um sentido de superação para a decisão de estudantes da Baixada Fluminense de cursar o ensino superior. A construção discursiva se confirma até mesmo na utilização dos termos "custo", como algo que precisa ser pago, e "oportunidades", referindo-se a uma recompensa, no título do filme. O discurso aqui empregado se associa diretamente ao modelo meritocrático, que se instituiu na modernidade a partir da burguesia pela valorização do esforço individual, desconsiderando as diferentes condições de cada classe social. Em outro trecho que diz "o impacto da expansão do acesso ao ensino superior na Baixada" é feita uma referência implícita às cotas universitárias. Apesar da importância da questão para o fundamento da problemática explorada, o jornal faz menção somente mais uma vez à inclusão universitária no 5º parágrafo, porém falando apenas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) sem citar as ações afirmativas.

No terceiro e no quarto parágrafos, a matéria prossegue informando que, além dos estudantes, os seus pais também deram depoimentos para o documentário sobre as mudanças trazidas pelo ingresso ao ensino superior. Em nenhum momento os pais ganham fala no texto. No entanto, a matéria dá destaque para a uma citação do diretor que explica as três principais características da maioria dos pais dos universitários: origem nordestina, trajetória acadêmica incompleta e ter o filho como primeiro caso de acesso à graduação na família. Dessa vez, o discurso do herói é invocado no sentido intergeracional. Como já pode ser visto neste trabalho, o Brasil é um dos países mais difíceis para uma família se mover de uma classe pobre para a rica por uma série de problemas estruturais. O discurso glamourizado dado ao inédito acesso

de uma família exclusivamente pelo esforço invisibiliza essas questões e, por consequência, coopera para as suas conservações.

Na sequência, a matéria volta a falar da história de Rodrigo, apresentada no *lide*, ainda sem especificar a sua cidade, deixando evidente uma construção discursiva de homogeneização da Baixada. O texto também expõe as dificuldades que faziam o estudante desconsiderar, em um primeiro momento, a opção de ingressar no ensino superior, como o interrompimento do ensino médio devido à necessidade de trabalhar para manter a propriedade de sua casa (questão destacada no primeiro parágrafo). O Enem é apresentado como solução ao problema no trecho que diz: "ele foi recruta do Exército, ajudante de obra e borracheiro, até que prestou o Enem e foi aprovado". Neste trecho, o discurso é de democratização do acesso ao ensino superior por meio do Enem. Tal construção discursiva se confirma na inclusão de inúmeros estudantes à faculdade por meio do exame, porém a sua classificação baseada no mérito desconsiderara as condições desiguais dos vestibulandos, como as de Rodrigo, se não fossem as políticas de ações afirmativas. Novamente a matéria deixa essa abordagem de lado. Outro fator crucial é que, como sugere a narrativa do documentário, o ingresso ao ensino superior trouxe desafios para estudantes da Baixada. No entanto, o texto jornalístico conta a história de Rodrigo somente até a sua entrada na faculdade, deixando de especificar que tipos de percalços o estudante foi submetido nesta nova etapa de sua vida.

O discurso do esforço como elemento basilar para a superação das dificuldades também é retomado pelo jornal no trecho da matéria que se refere a história de Debora. O texto diz que a estudante quer estudar fora do país, mas não deixa claro como ela pretende conseguir. O foco discursivo é na motivação destacada na fala da jovem: "Hoje sei que posso ser mais do que aquilo que a sociedade dizia".

Por fim, a matéria informa que a produção audiovisual será exibida em escolas públicas "para estimular alunos a ingressarem na universidade". Dessa forma, o discurso reitera que, apesar das dificuldades não detalhadas na matéria, o documentário tem um caráter de motivar os estudantes da região a se esforçarem e deixa de lado as problematizações dos fundamentos das dificuldades do contexto desses vestibulandos.

3.4.2. Campeã no carnaval e nas salas de aula

A segunda matéria analisada, "Selminha Sorriso: campeã no carnaval e nas salas de aula"⁵⁷, publicada no dia 18 de fevereiro de 2018, conta o percurso de Selma de Mattos Rocha, porta-bandeira da escola de samba Beija-flor de Nilópolis, na Baixada Fluminense, para se formar no ensino superior. O texto jornalístico é produzido a partir de uma entrevista feita com Selminha Sorriso, como é conhecida nas escolas de samba em que atuou. Tal condição de produção fica evidente por meio do destaque dado às declarações de Selminha e o uso de uma imagem de sua formatura ao longo da matéria.

Outro fator a ser evidenciado na elaboração do texto jornalístico é o período de sua publicação: domingo (18 de fevereiro de 2018) após a festa de carnaval. Levando em consideração a grande visibilidade da competição realizada no Sambódromo da Marquês de Sapucaí e a então recente vitória da Beija-flor (escola de Selminha), os internautas são persuadidos a lerem a matéria por estarem familiarizados com a figura da Selminha Sorriso. Como pontua Traquina, a dependência da audiência que os jornais possuem para gerar o capital financeiro influencia na escolha e na produção de pautas.

O jornalismo é também um negócio. Todas as empresas jornalísticas, com a exceção das empresas públicas, enfrentam mais tarde ou mais cedo a tirania do balanço econômico final, ou seja, a comparação entre os custos e as receitas. As receitas provêm essencialmente das vendas e da publicidade. (...) Na televisão, a publicidade impõe sobretudo a lógica das audiências, seguindo a lógica "mais audiências, mais receitas publicitárias". Assim sendo, o conteúdo noticioso do jornalismo televisivo pode ser influenciado pela dimensão econômica: são incluídos no noticiário os acontecimentos noticiosos que julgam ser do maior interesse para o maior número de público. (TRAQUINA, 2005, p. 158-159).

No caso do jornalismo digital, a necessidade da manutenção de muitos acessos também interfere diretamente nos valores-notícia, conceito que determina qual fato deve receber um tratamento de notícia. Este fenômeno fica evidente na escolha de uma personalidade midiaticamente associada ao carnaval para a produção da matéria nesse determinado período festivo. Provavelmente os fatos da trajetória acadêmica de Selminha Sorriso não teriam o mesmo destaque em outra época do ano no mesmo jornal.

O título da matéria "Selminha Sorriso: campeã no carnaval e nas salas de aula" é composto pelo nome da porta-voz da Beija-flor, reforçando sua identificação para aumentar o acesso do texto jornalístico, e o termo "campeã", que associa o título conquistado pela escola

⁵⁷ Selminha Sorriso: campeã no carnaval e nas salas de aula. Disponível em: < <https://extra.globo.com/noticias/educacao/vida-de-calouro/selminha-sorriso-campea-no-carnaval-nas-salas-de-aula-rv1-1-22406198.html> >. Acesso em: 13/06/2013

de samba de Selminha com o assunto que será tratado no decorrer do texto: a sua trajetória acadêmica.

Na sequência, há uma foto de Selminha vestida com fantasia de carnaval e tendo um de seus braços erguidos para carregar uma bandeira. A expressão facial de Selminha no registro fotográfico remete à ideia de força. Além de enfatizar novamente a identificação da porta-bandeira, um dos efeitos do discurso que se pode ter a partir da disposição desses elementos é que Selminha se esforçou muito para ter conquistas por meio da educação.

Figura 8 – Chamada da matéria sobre Selminha Sorriso
Selminha Sorriso: campeã no carnaval e nas salas de aula



Fonte: Site do jornal Extra. Disponível em: < <https://extra.globo.com/noticias/educacao/vida-de-calouro/selminha-sorriso-campea-no-carnaval-nas-salas-de-aula-rv1-1-22406198.html> >. Acesso em: 13/06/21).

Esta construção discursiva é ratificada com a descrição feita no *lide* da matéria de que Selminha Sorriso expõe ainda mais a sua marca registrada (o sorriso) quando fala sobre "o maior orgulho de sua vida: o tão sonhado diploma universitário". O uso do adjetivo maior para se referir a certificação da graduação de Selminha é corroborado pelo racismo da inteligência, problemática, identificada por Pierre Bourdieu, que transforma desigualdades sociais em disparidades de dons por meio da utilização do diploma acadêmico dentro da lógica da meritocracia. Dessa forma, a supervalorização do documento de conclusão de curso sugere a garantia de que Selminha faz parte do grupo dos campeões, como denota o título da matéria, em oposição aos derrotados.

O parágrafo seguinte começa apresentando as dificuldades que justificam o esforço de Selminha para conseguir a formação acadêmica. O texto diz que a porta-bandeira "só concluiu o ensino médio com 30 anos". Com exceção da primeira fala da entrevistada que explica o atraso escolar pela necessidade prematura de trabalhar para contribuir com o pagamento das contas de sua casa, a matéria não se aprofunda na questão. Pelo contrário, o jornal prossegue

ressaltando o fato da porta-bandeira ser a primeira da família a entrar na faculdade. Dessa forma, o excesso de esforço para continuar estudando foi mais chamativo que os motivos de sua existência. Este discurso tem em sua construção o verniz moral, que, segundo Duru-Bellat, normaliza as desigualdades sociais por meio da ideia de meritocracia.

Ainda em consonância com os pensamentos propostos por Duru-Bellat de que os "dominados" não conseguem enxergar uma realidade diferente do que a imposta pelo ideal meritocrático, a matéria enfatiza em todas as quatro falas da entrevistada o discurso de superação e de esforço. Na primeira citação, Selminha diz: "o estudo é o melhor caminho, porque abre um leque de novas oportunidades. Eu tinha um sonho. É preciso ter coragem para agarrar as oportunidades e conquistá-lo". A partir do destaque dado a essa fala, o discurso construído é de que a coragem e a educação são elementos fundamentais para se ter acesso a "novas oportunidades", deixando de lado todas as dificuldades existentes no sistema educacional da Baixada Fluminense.

Ao se referir a dupla jornada de trabalho e estudo, a matéria utiliza novamente um adjetivo de grandeza para mencionar o objetivo da "campeã". No quarto parágrafo, o texto jornalístico diz: "à época, ela já era uma porta-bandeira consagrada. E, para realizar o grande sonho de se formar na universidade, conciliava os shows e ensaios com a vida de estudante". Mais uma vez, uma questão problemática (dupla jornada de estudo e trabalho) é minimizada pela valorização do "grande sonho" de conseguir o título de ensino superior. Neste caso, as falas da entrevistada são usadas mais uma vez para reforçar a construção do discurso, pois o parágrafo posterior destaca: "'estava atrás de um sonho. Não podia desistir. Quando completei essa etapa, senti-me em paz', desabafa a porta-bandeira, que no início queria cursar psicologia". Por denotar franqueza e intimidade, a expressão "desabafa" produz um sentido de proximidade e empatia com quem está passando por situações semelhantes, como é o caso de muitos estudantes do estado do Rio de Janeiro e do Brasil. Em seguida, uma foto do dia da formatura de Selminha dá um elemento visual importante para aproximar o internauta do discurso construído, pois, além de mostrar a porta-bandeira sem fantasia de carnaval, compartilha o registro do momento de sua vitória.

Figura 9 – Referência a formatura de Selminha Sorriso

- Foi um choque para mim. Muito difícil mesmo estar ali junto com os adolescentes. Foi um período bastante complicado, mas segui em frente. Estava atrás de um sonho. Não podia desistir. Quando completei essa etapa, senti-me em paz - desabafa a porta-bandeira, que no início pretendia cursar Psicologia.



Fonte: Site do jornal Extra. Disponível em: < <https://extra.globo.com/noticias/educacao/vida-de-calouro/selminha-sorriso-campea-no-carnaval-nas-salas-de-aula-rv1-1-22406198.html> >. Acesso em: 13/06/21).

Vale ainda mencionar o destaque dado ao fato de Selminha querer inicialmente estudar psicologia, mas, conforme o texto informa (sem explicitar a razão) no início, ela acabou cursando direito. Esta informação não é colocada em vão, pois, próximo do fim da matéria, o jornal comunica que após anos ela vai cursar pós-graduação na área de "seu coração", dando uma ideia de romantização a todos problemas silenciados que atrasaram este acontecimento.

Outra questão menosprezada pela matéria foi a gravidez de Selminha no início da graduação. Para se referir a essa situação, o texto inicia o parágrafo da seguinte maneira: "como se não bastassem as viagens e apresentações, Selminha ainda ficou grávida". Nessa parte, o discurso proposto é de que a gestação apenas como obstáculo do objetivo maior de concluir a graduação. O jornal não apresenta elementos para a formação de um discurso sobre o suporte que as instituições de ensino devem oferecer para as estudantes grávidas. Como das outras vezes, o destaque dado à fala de Selminha foca no discurso central de formatura.

A matéria é concluída com uma fala motivacional da advogada dirigida diretamente ao internauta como conclusão do discurso de incentivo ao esforço. Novamente, as dificuldades são vistas apenas como obstáculos a serem superados. Excluindo a responsabilidade do poder público e de entidades educacionais de promoverem ações que viabilizem a redução de desigualdades, como as que Selminha passou para concluir a faculdade de direito. No canto

direito da tela, o comentário de um internauta que diz "é realmente um belíssimo exemplo. Parabéns", confirma a interpretação do discurso.

3.4.3. Jovem da Baixada Fluminense passa na Sorbonne

A terceira matéria analisada, "Jovem da Baixada Fluminense aprende francês com refugiados e passa na Sorbonne"⁵⁸, publicada em 04 de junho de 2019, narra como o estudante de artes visuais, Elian Almeida, aprendeu outro idioma e conseguiu uma bolsa de estudos em uma universidade de Paris.

Na chamada, o título explica que Elian aprendeu a língua francesa por meio de aulas com refugiados. Assim como nas matérias analisadas anteriormente, a chamada destaca a maneira pouco habitual com que o jovem estudou o novo idioma, formando o discurso de superação. Essa ideia é confirmada pela identificação do protagonista da matéria como "jovem da Baixada Fluminense". Por ter em sua formação discursiva a ideia de um local com poucos recursos e com desigualdades, a Baixada é utilizada no título para provocar o sentido de que o jovem é nativo de uma região com desigualdades estruturais se esforçou para aprender francês e teve como recompensa o ingresso na Universidade de Sorbonne. Em outros termos, primeiro se contextualizou o obstáculo (estar inserido na Baixada), depois a reação (estudar francês com refugiados) e concluiu com a sua conquista (entrar em Sorbonne).

O *lide* do texto jornalístico dá mais elementos para a construção discursiva de dificuldades e mérito do estudante. A primeira frase diz "Elian Almeida, de 25 anos, acostumou-se a superar obstáculos". A menção ao costume de superar dificuldades confirma o discurso do título e dá a deixa para a apresentação um pouco mais detalhada da jornada do estudante herói. Além das informações já anunciadas no título, a matéria segue contando que Elian é o primeiro da família a entrar em uma universidade pública.

O texto evidencia que o estudante precisará de ajuda para arcar com os custos da nova conquista e apresenta formas de ajudá-lo como o link da página de uma vaquinha online. Neste momento, a matéria mostra a primeira fala de Elian:

Ainda estou meio anestesiado. Desde que entrei na Uerj, em 2015, eu digo que ser um estudante negro numa das melhores universidades do país é um ato político. Não penso na minha formação como um diploma que ficará somente para mim, mas sim como uma experiência que trará retorno para negros, pobres e moradores de periferia que nunca

⁵⁸ Jovem da Baixada Fluminense aprende francês com refugiados e passa na Sorbonne. Disponível em: < <https://extra.globo.com/noticias/rio/jovem-da-baixada-fluminense-aprende-frances-com-refugiados-passa-na-sorbonne-23716485.html> >. Acesso em: 13/06/2021

tiveram acesso a um estudo de qualidade — diz o estudante, que pretende seguir a carreira acadêmica (EXTRA, 2019).

A fala do estudante remete a ideia de representatividade ao enfatizar que sua vitória é coletiva. O entrevistado também deixa de lado a formação discursiva de racismo da inteligência ao ignorar o diploma na sua interpretação sobre a graduação. A matéria ressalta a vontade do estudante de contribuir com a formação de outros jovens que não costumam estar na graduação ao enfatizar o seu plano de seguir carreira na academia.

Na segunda parte, a matéria se concentra em contar a trajetória escolar e de vida de Elian. Observando seu prematuro interesse pelos estudos, a matéria diz que os irmãos do universitário se uniram para pagar as mensalidades de escola particular. O discurso implícito neste trecho é o de que o ensino público da cidade de Duque de Caxias, onde Elian estudava, tinha uma qualidade inferior ao das escolas privadas. O universitário reitera esse discurso dizendo: "não era uma das melhores escolas de Caxias, mas só por ser particular já me deu uma certa estabilidade". A matéria encara como uma realidade dada tal constatação e não mostra nenhum elemento de problematização.

3.4.4. Alunos deixam de participar de competição internacional

No dia 31 de agosto de 2020 foi publicada a reportagem "Alunos de escola estadual deixam de participar de competição internacional por falta de verba para inscrições"⁵⁹, quarto objeto de análise deste estudo. Diferente das matérias averiguadas anteriormente, este texto jornalístico dá destaque a fala de diversas fontes, como alunos, professor, diretor e secretaria de educação, e expõe a falta de recursos financeiros como impedimento para a participação de estudantes em um concurso internacional. Além do título que deixa evidente a situação, a foto da chamada mostra nove estudantes posicionados na frente do Colégio Estadual Marechal Zenóbio da Costa (em Nilópolis, na Baixada Fluminense), usando máscara de proteção contra a COVID-19, com seriedade na expressão facial e expondo medalhas que carregam no pescoço. A partir da disposição desses elementos, o discurso é de que estudantes com mérito por serem talentosos e esforçados – evidenciado com as medalhas que carregam – estão insatisfeitos com a impossibilidade de participar do evento. Contrariando o mito da meritocracia de que o esforço traz recompensas para pessoas de qualquer classe social, o discurso do enunciado mostra que o

⁵⁹ Alunos de escola estadual deixam de participar de competição internacional por falta de verba para inscrições. Disponível em: < <https://extra.globo.com/noticias/rio/alunos-de-escola-estadual-deixam-de-participar-de-competicao-internacional-por-falta-de-verba-para-inscricoes-rv1-1-24612036.html> >. Acesso 13/06/2021

mérito não foi suficiente para que os estudantes atingissem seus objetivos. Neste caso, o dinheiro seria o elemento essencial para que eles pudessem fazer as inscrições no concurso.

Figura 10 – Chamada da matéria sobre estudantes sem verbas em inscrição de competição



Fonte: Site do jornal Extra. Disponível em: < <https://extra.globo.com/noticias/educacao/vida-de-calouro/selminha-sorriso-campea-no-carnaval-nas-salas-de-aula-rv1-1-22406198.html> >. Acesso em: 13/06/21).

Nos dois primeiros parágrafos, a reportagem explica com mais detalhes a situação e dá destaque para a fala da estudante, Vitória Camilly, explicando que acrescentar no seu currículo a participação na competição é importante para ajudá-la a ingressar na graduação de engenharia aeroespacial. Novamente o texto jornalístico faz menção a uma das medalhas conquistadas pela estudante contribuindo para o discurso do mérito.

A sequência da reportagem se debruça sobre a falta de apoio que o colégio de Vitória recebeu do governo. O termo "medalha" é usado mais uma vez para se referir a uma outra conquista de estudantes da mesma instituição, no ano anterior, como motivação para que o governo promettesse arcar com as despesas das próximas competições. Como mostra a chamada da reportagem, o acordo não foi cumprido. Neste caso, a evidente ausência de intervenção do Estado, além de não ajudar, gerou frustração em quem, seguindo a lógica da meritocracia, possui o mérito. Este discurso é complementado ao destacar na fala de Vitória a falta de assistência que sua escola recebeu na modalidade de ensino online devido à pandemia da COVID-19.

A escola onde eu estudava não tinha nada e aqui me atraiu por ter esse núcleo. Sempre fui muito apaixonada por matemática. Como esse ano quase não tive aulas presenciais e perdi alguns meses de aulas online por ter ficado sem celular, talvez eu curse o 3º ano de novo para participar de mais olimpíadas (EXTRA, 2020).

A reportagem mostra ainda que a ausência do Estado não é novidade para o colégio, pois informa que em anos anteriores alunos não tiveram acesso a competições pelo mesmo motivo. Como uma das características fundamentais do jornalismo é dar voz aos dois lados, a reportagem reserva a sua parte final para as explicações da Seeduc, que não teria sido comunicada da necessidade dos estudantes e que há recursos disponíveis para uso, prometendo arcar com as despesas de uma futura competição. O diretor da instituição, por sua vez, explicou que o documento para a utilização da verba estava com a validade vencida, impossibilitando o saque do dinheiro. O discurso produzido a partir deste texto jornalístico desconstrói as lógicas de supervalorização do esforço e de garantia de recompensa independente da classe social que se pertence. Apesar disso, as inúmeras menções aos termos "medalha" e "mérito" valorizam os feitos de estudantes e da instituição de ensino que, apesar da omissão do governo, se reinventaram e conseguiram conquistas importantes.

3.4.5. Com Vitória até no nome

A última matéria analisada, "Com Vitória até no nome, jovem humilde de Magé ganha bolsas em universidades no exterior"⁶⁰, publicada no dia 07 de maio de 2021, apresenta a trajetória de Vitória do Espírito Santo Teixeira, estudante que conseguiu mais de uma bolsa de estudos para estudar fora do país. A produção do texto jornalístico se deu a partir de entrevista com a jovem e sua mãe, evidenciado nas citações de sua fala ao longo da matéria.

Figura 11 – Chamada da matéria sobre estudante que conseguiu bolsas de estudos



Fonte: *Site* do jornal Extra. Disponível em: < <https://extra.globo.com/noticias/educacao/vida-de-calouro/selminha-sorriso-campea-no-carnaval-nas-salas-de-aula-rv1-1-22406198.html> >. Acesso em: 13/06/21).

⁶⁰ Com Vitória até no nome, jovem humilde de Magé ganha bolsas em universidades no exterior. Disponível em: < <https://extra.globo.com/noticias/rio/com-vitoria-ate-no-nome-jovem-humilde-de-mage-ganha-bolsas-em-universidades-no-exterior-25006783.html> >. Acesso em: 13/06/2021

O título faz uma associação do nome da estudante (Vitória) com o seu atual momento (ganha bolsas em universidades no exterior). O discurso de conquista é reforçado na imagem colocada na chamada em que Vitória aparece segurando um globo terrestre e com livros repletos de livros no fundo. Pode-se entender a partir desta foto que o esforço de estudar (livros no fundo) foi recompensado com o acesso a outros países (globo terrestre em suas mãos).

Assim como em outras matérias analisadas, a trajetória da heroína é o fio condutor da narrativa. O *lide* começa dizendo que aos 13 anos ela traçou o objetivo de estudar fora do país. Na sequência, o texto jornalístico dá ao internauta o contexto da realidade de Vitória: família humilde, mora em Magé (Baixada Fluminense) e estuda na rede pública. Todos esses elementos interdiscursivamente contribuem para a ideia de superação. Além disso, a matéria enfatiza que "a jovem ouviu ao longo dos anos que pessoas como ela não conseguiriam tal feito". A referência a "pessoas como ela" ser feita logo após a apresentação do seu contexto reforça a ideia de que outros com as mesmas condições geralmente não conseguem grandes conquistas. A partir daí foi formado o discurso ideal para a valorização da conquista de Vitória, como fica claro no seguinte trecho: "Não deu bola para os pessimista(sic): seguiu em frente com seus sonhos e, após cinco anos, a recompensa veio".

Após informar para quais universidades a estudante foi aprovada e apresentar as condições necessárias (arrecadar 40 mil reais) para estudar na instituição escolhida, o texto dá destaque a uma importante fala de Vitória:

Quando eu tinha 13 anos, vi uma reportagem sobre um menino aqui do Rio que estudou no Cefet e foi aprovado em Harvard. Aí passavam as imagens da universidade, contava a história. Vi que queria aquilo também. Teve gente falando que eu era pobre, que não iria conseguir. Eu saía de perto, não deixava aquilo me abalar. Sempre tive a certeza de que não precisava provar nada para ninguém (EXTRA, 2021).

De forma metalinguística, a matéria mostra como os efeitos do discurso de meritocracia se retroalimentam, pois, uma vez que Vitória se inspirou em matérias que enfatizam a supervalorização do esforço, o destaque dado a essa fala assume que agora chegou o momento de seu próprio empenho motivar outros estudantes. Outro fato que corrobora o discurso da heroína e coopera para a sobrevivência da lógica meritocrática, como agente que normaliza desigualdades, é a ausência de referências aos problemas que fazem da realidade da estudante e a atrapalham.

Na segunda parte, a matéria se atém às etapas que fizeram Vitória atingir o seu objetivo. A forma como o texto apresenta os elementos remete ao formato de um currículo, como fica evidente no trecho que diz: "tida por professores como aluna de dedicação exemplar, sempre

teve boas notas e participou do grêmio estudantil, grupos de estudos e ações entre estudantes, como de combate ao bullying". Nesta parte, o discurso fornece exemplos de como um aluno, com realidades semelhantes às que Vitória está inserida, também pode conseguir ser recompensado. Mesmo deixando evidente que "muitos estudantes que concorrem a vagas em universidades estrangeiras contratam serviços de mentoria, que podem custar até R\$ 150 mil", o discurso valoriza a autonomia da futura universitária, omitindo os gargalos educacionais do ensino público e os problemas estruturais da região onde Vitória mora. Como a própria entrevista diz no final da matéria, o mérito "é uma recompensa a uma vida de esforço".

3.4.6. Conclusão da análise

Como se pode concluir das 5 matérias analisadas, o jornal Extra optou por reproduzir o discurso do mito da meritocracia. Na amostra do material jornalístico, as histórias são apresentadas na maior parte do tempo por meio de uma narrativa de heróis e heroínas que venceram as dificuldades comuns a quem vive em suas regiões. Neste caso, chama a atenção o uso do termo "Baixada Fluminense" para evidenciar por meio de sua formação discursiva que as histórias estão inseridas em um local onde são comuns a falta de estrutura e habitantes sem o ensino superior.

Outra característica comum às matérias/reportagens analisadas é a ausência das problematizações das dificuldades apresentadas. Mesmo os textos jornalísticos em que o mote é a denúncia da ausência de uma ação mais efetiva, fica evidente a prioridade para o discurso de mérito aos estudantes que venceram os desafios. Em nenhum momento são apresentados os estudantes que sofrem com as consequências dessas desigualdades. Salvo exceções, em que estas histórias são contadas no pretérito para dar o contexto temporal de indivíduos que precisaram parar os estudos para trabalhar, mas que, depois de algum tempo, mudaram de postura e conseguiram ingressar e se formar no ensino superior.

Há vários elementos que deixam evidentes o discurso do mito da meritocracia. Dentre eles, destacam-se fotos em que os personagens estão com expressão facial de garra ou carregando medalhas que ganham por suas performances nas instituições de ensino ou em concurso. Por outro lado, as matérias usam os termos "vitória", "medalha", "superação" para reforçar a construção discursiva.

Em algumas matérias, determinados entrevistados não têm suas localidades especificadas. Esta condição deixa evidente o discurso de homogeneização da Baixada Fluminense. Em outros termos, as particularidades dos municípios que compõem a região são

desconsideradas. A Baixada é apresentada apenas como um lugar em que há dificuldades e alguns estudantes que as superam para conquistarem o mundo.

Em suma, o discurso do mito da meritocracia reproduzido pelo jornal Extra colabora para a manutenção e aumento da falta de ação do poder público, impactando diretamente na qualidade do ensino na região.

Tal consequência fica evidente quando se analisa o resultado⁶¹ do último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que teve como referência o ano de 2019. Das 10 cidades com os piores desempenhos com relação aos anos iniciais do estado, seis pertencem à região.

Dessa forma, torna-se evidente que o exercício do jornalismo, especialmente da área de educação, precisa dar uma atenção maior para os problemas que prejudicam o desempenho de alunos de regiões periféricas, como a Baixada, e deixar de lado a reprodução do mito da meritocracia.

⁶¹ RJ fica em 20º lugar no ranking da educação de ensino médio no Brasil. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/09/16/rj-fica-em-20-lugar-no-ranking-da-educacao-de-ensino-medio-no-brasil.ghtml> >. Acesso em: 18/06/2021

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado, é possível perceber que o jornalismo tem contribuído para a conservação do mito da meritocracia na sociedade. Apesar de sua credibilidade ser invocada por meio de seu papel de fiscalização, a maior parte das matérias analisadas não abordam com a devida atenção problemas que fundamentam os gargalos educacionais na Baixada Fluminense. Pelo contrário, as narrativas utilizadas remetem a trajetória de verdadeiros super-heróis que, na ausência de ações do poder público, superam obstáculos e se tornam exemplos para os demais.

Deve-se falar ainda que, em muitos casos, a menção à Baixada Fluminense é feita em um sentido homogeneizado, desconsiderando a particularidade e características de cada município que a compõe. Desta forma, o falar da Baixada quase sempre é associado à ideia de uma região precarizada. Apesar do estereótipo negativo, as abordagens encontradas sobre os problemas estruturais da região são problemáticas.

O discurso jornalístico sobre a educação na Baixada Fluminense no jornal Extra negligencia a função social do jornalismo, pois, além de não cobrar os responsáveis pelo sistema de educação pública, fomenta no imaginário popular o "verniz moral" que normaliza as desigualdades sociais por meio do ideal meritocrático.

Obviamente não se pode desconsiderar o fato de que o jornalismo é um negócio e que a necessidade de manter sua sobrevivência impacta diretamente no processo de produção das notícias. Nesse sentido, ressalta-se que matérias, como a que mostrava a trajetória acadêmica de Selminha Sorriso, publicada no carnaval, tem o propósito de garantir o maior número de acessos à página virtual.

No entanto, é preciso lembrar que a reprodução massificada de notícias resulta em um discurso no imaginário popular. A última matéria analisada deixa este fenômeno evidente quando a estudante Vitória do Espírito Santo Teixeira diz que sua inspiração para se esforçar e superar os obstáculos com a educação veio da história de um estudante que conheceu por meio de uma matéria jornalística. De modo consonante com as previsões preocupantes sobre a indústria cultural de Theodor Adorno e Max Horkheimer, a reprodução do mito da meritocracia dentro dos parâmetros da indústria jornalística contribui com um estado semelhante ao de barbárie cultural, ou seja, favorecer a falta de crítica de pessoas apaziguadas com o discurso de que "o esforço será recompensado".

Apesar de haver matérias que vão na contramão deste discurso, como a dos estudantes que foram impedidos de se inscreverem em um concurso internacional por falta de recursos

financeiros, a maior parte das matérias analisadas fazem uma glamourização das dificuldades dos estudantes.

O jornalismo não busca compreender esse fenômeno. Na verdade, esses "vencedores" são pessoas que passam por inúmeras dificuldades ocasionadas pelos problemas nos quais as matérias analisadas não se aprofundaram. Desta forma, as complexas dificuldades educacionais da Baixada Fluminense são marginalizadas, contribuindo para a conservação e aumento das desigualdades estruturais.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor. **Mínima Moralía**. Disponível em: < http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/adorno-minima-moralia.pdf >. Acesso: 18/06/2021
- AFONSO, Júlia dos Santos. **Baixada Fluminense e Intervenção Federal: O Discurso da Violência no Jornal O Globo**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALVES, José Cláudio Souza. **Dos Barões ao extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: Consequencia Editora, 1998.
- ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PARAISÓPOLIS. **Nota sobre as mortes no baile**. Disponível em: < <https://www.facebook.com/ParaisopolisSP/photos/parais%C3%B3polis-acorda-perplexa-com-a-trag%C3%A9dia-ocorrida-nesta-madrugadan%C3%A3o-foi-acid/3569237146421546/> >. Acesso em: 18/06/2021
- BARBOSA, Lívia. **Meritocracia à brasileira: o que é desempenho no Brasil?**. Disponível em: < <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/396/402> >. Acesso em: 18/06/2021
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Ltda, 2001.
- BBC. **O legado dos 13 anos do PT no poder em seis indicadores internacionais**. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160505_legado_pt_ru >. Acesso em: 18/06/2021
- BONTEMPI, Bruno. **Em defesa de "legítimos interesses": o ensino secundário no discurso educacional de O Estado de S. Paulo (1496 – 1957)**. Disponível em: < <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38629/20160> >. Acesso em: 18/06/2021
- BORDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Editora Bertrand Brasil S.A.: Rio de Janeiro, 1989.
- BRASIL ESCOLA. **O que é fascismo?**. Disponível em: < <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-fascismo.htm> >. Acesso em: 18/06/2021
- CAMARA DOS DEPUTADOS. **Constituição de 1891**. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1824-1899/constituicao-35081-24-fevereiro-1891-532699-publicacaooriginal-15017-pl.html> >. Acesso em: 18/06/2021
- CAMARA DOS DEPUTADOS. **Constituição de 1934**. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html> >. Acesso em: 18/06/2021

CAVALCANTE, Sávio. **Classe média, meritocracia e corrupção**. Disponível em: < https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo2018_06_29_21_18_52.pdf >. Acesso em: 18/06/2021

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **Lei Complementar nº 75/93 e Lei nº 8.625/93**. Disponível em: < https://www.cnmp.mp.br/portal/images/stories/Destaques/Publicacoes/Lei_Complementar_75-93_e_Lei_8625-93.PDF >. Acesso em: 18/06/2021

CRIPA, Marcos Luiz. **A cobertura da Educação no jornal Folha de S. Paulo: Uma análise comparativa dos anos 1973 e 2002**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

DICIO, **Dicionário Online de Português**. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/> >. Acesso em: 18/06/2021.

ESTADO DE SÃO PAULO. **Página Virtual Revela Outra Cidade de Deus**. Disponível em: < <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,pagina-virtual-revela-outra-cidade-de-deus,10000093450> >. Acesso em: 18/06/2021.

EXTRA. **Alunos de escola estadual deixam de participar de competição internacional por falta de verba para inscrições**. Disponível em: < <https://extra.globo.com/noticias/rio/alunos-de-escola-estadual-deixam-de-participar-de-competicao-internacional-por-falta-de-verba-para-inscricoes-rv1-1-24612036.html> >. Acesso em: 13/06/2021

EXTRA. **Com Vitória até no nome, jovem humilde de Magé ganha bolsas em universidades no exterior**. Disponível em: < <https://extra.globo.com/noticias/rio/com-vitoria-ate-no-nome-jovem-humilde-de-mage-ganha-bolsas-em-universidades-no-exterior-25006783.html> >. Acesso em: 13/06/2021

EXTRA. **Documentário mostra transformações e desafios de estudantes da Baixada que decidem cursar o ensino superior**. Disponível em: < <https://extra.globo.com/noticias/rio/documentario-mostra-transformacoes-desafios-de-estudantes-da-baixada-que-decidem-cursar-ensino-superior-21374411.html> >. Acesso em: 13/06/2021

EXTRA. **Jovem da Baixada Fluminense aprende francês com refugiados e passa na Sorbonne**. Disponível em: < <https://extra.globo.com/noticias/rio/jovem-da-baixada-fluminense-aprende-frances-com-refugiados-passa-na-sorbonne-23716485.html> >. Acesso em: 13/06/2021

EXTRA. **Selminha Sorriso: campeã no carnaval e nas salas de aula**. Disponível em: < <https://extra.globo.com/noticias/educacao/vida-de-calouro/selminha-sorriso-campea-no-carnaval-nas-salas-de-aula-rv1-1-22406198.html> >. Acesso em: 13/06/2021

FADUL, Anamaria. **Indústria Cultural e Comunicação de Massa**. São Paulo: Fde, 1993.

FEDERAL RESERVE. **Média de horas anuais trabalhadas por pessoas**. Disponível: < <https://fred.stlouisfed.org/series/AVHWPEBRA065NRUG#> >. Acesso em: 18/06/2021

FEITOSA, Erick Luiz Vieira Feitosa. **O discurso sobre a improdutividade do trabalhador brasileiro em textos jornalísticos: Análise dialógica**. Curitiba: Universidade Tecnológica do Paraná, 2016.

FILHO, João Manoel de Vasconcelos. **A produção e reprodução do espaço urbano no litoral norte de João Pessoa**. João Pessoa: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Professores do RJ relatam pressão e falta de suporte no ensino a distância**. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/professores-do-rj-relatam-pressao-e-falta-de-suporte-no-ensino-a-distancia.shtml> >. Acesso em: 18/06/2021

FRANCELINO, Pedro Farias. O conceito de formação discursiva na análise de discurso: contribuição foucaultiana para a constituição de um campo interdisciplinar do saber. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/dclv/article/view/7473/4539>. Acesso em: 18/06/2021

FREITAS, Guaciara Barbosa de. **Periferia Midiatizada – midiatização da periferia**. Salvador: IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2008.

FURTADO, Marcos Vinícius Aragão. **Jornalismo e questão racial: uma reflexão sobre (falta de) representatividade e seus desdobramentos**. Goiânia: JPjor, 2019.

GAZETA DO POVO. **Desigualdade educacional: alunos pobres têm mais prejuízos com escolas fechadas**. Disponível: < <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/desigualdade-educacional-estudo-revela-impactos-ensino-remoto-alunos-mais-pobres-escolas-publicas/> >. Acesso: 18/06/2021

G1. **Nove pessoas morrem pisoteadas em tumulto após ação da Polícia Militar durante baile funk em Paraisópolis, em SP**. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/12/01/perseguido-e-tiroteio-em-baile-funk-em-paraisopolis-deixa-ao-menos-8-mortos-pisoteados-em-sp.ghtml> >. Acesso em: 18/06/2021

G1. **Sobrevivente da chacina de Vigário Geral evita sair de casa no mesmo dia da tragédia; crime completa 25 anos**. Disponível em: < <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/29/sobrevivente-da-chacina-de-vigario-geral-evita-sair-de-casa-no-mesmo-dia-da-tragedia-crime-completa-25-anos.ghtml> >. Acesso em: 18/06/2021

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio, 2016.

HALL, Stuart e WOODWARD Kathryn. **Identidade e Diferença**. Petrópolis: Editora Puc-Rio, 2000.

HOBBSAWM, Eric J. **A revolução francesa**. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2008.

IBGE. **Cidades e Estados**. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj.html> >. Acesso em: 18/06/2021

IBGE. **Desigualdades Sociais no Brasil**. Disponível em: < https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf >. Acesso em: 18/06/2021

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais – SIS**. Disponível em: < <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf> >. Acesso em: 18/06/2021.

INSPER. **Desigualdades Educacionais durante a Pandemia**. Disponível em: < https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2020/12/Policy_Paper_n51.pdf >. Acesso em: 18/06/2021

JEDUCA. **Relatório de Atividades 2020**. Disponível em: < <https://jeduca.org.br/arquivos/Pesquisa-Jeduca-relatorio.pdf> >. Acesso em: 18/06/21

JORNAL DA GAZETA. **Entrevista com Alexandre Barbosa Pereira sobre "rolezinhos"**. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=zyocK7GcvzA> >. Acesso em: 18/06/21

KREIMER, Roxana. **Historia del mérito**. Disponível em: < <https://docplayer.es/92928800-Historia-del-merito-roxana-kreimer.html> >. Acesso em: 18/06/2021

LAIGNIER, Pablo, **Contradições do funk carioca: entre a canção popular massiva e a sedução contra-hegemônica**. Natal: Intercom, 2008.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016

MEDIA LAB. **Apocalípticos e Integrados**. Disponível em: < <https://www.medialab.ufg.br/n/109446-apocalipticos-e-integrados> >. Acesso em: 18/06/2021.

METEORO BRASIL. **A Meritocracia brasileira e um livro para entendê-la**. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=8pFJwLx4kxk&t=368s> >. Acesso em: 18/06/2021.

MONTEIRO, Linderval Augusto. **Baixada Fluminense: identidades e transformações. Estudo de relações políticas na Baixada Fluminense. A criação do município de Belford Roxo e a mitificação do seu primeiro prefeito**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001

O GLOBO. **Baixada Fluminense: os dilemas de uma população numerosa e carente de serviços básicos**. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/brasil/baixada-fluminense-os-dilemas-de-uma-populacao-numerosa-carente-de-servicos-basicos-13968398> >. Acesso em: 18/06/2021.

O GLOBO. **Comunicação, política e democracia**. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=I4cizUYfZ18> >. Acesso em: 18/06/2021.

O GLOBO. Paulo Guedes: **'Empregada doméstica indo para Disney, uma festa danada'**. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=bLGlc4cVP8Q> >. Acesso em: 18/06/2021

OCDE. **Educação em Resumo**. Disponível em: < https://read.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2017_eag-2017-en#page21 >. Acesso em: 18/06/2021

OCDE. **Média de horas trabalhadas por brasileiros**. Disponível em: < <https://fred.stlouisfed.org/series/AVHWPEBRA065NRUG#> >. Acesso em: 18/06/2021

OCDE. **Um Elevador Social Quebrado? Como Promover Mobilidade Social/OCDE – 2018**. Disponível em: < <https://www.oecd.org/brazil/social-mobililty-2018-BRA-PT.pdf> > Acesso em: 18/06/2021.

ODERICH, Cecília Leão. **Organização Processual de um Novo Cinema? Estudos de caso da construção de trajetórias de grupos produtores independentes na Tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. **Baixada Fluminense: novos estudos e desafios**. Rio de Janeiro: Editora Paradigma, 2004.

ONU. **Human Development Report 2019**. Disponível em: < <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2019.pdf> >. Acesso em: 18/06/2021

ORLANDI, Eni. **Análise de Discurso. Princípios e Procedimentos**. São Paulo: Editora Pontes, 2005

PIEVE, Stella Maris Nunes. **Baixada Fluminense: notas preliminares sobre sentidos e identidades de uma região**. Natal: Enanpur, 2019.

PLANALTO.GOV. **Constituição Política do Império do Brasil (25 de março de 1824)**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm >. Acesso em: 18/06/2021

PLANALTO.GOV. **Lei da Cota**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm >. Acesso em: 18/06/2021

POLÍCIA MILITAR. **A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão 26 de agosto de 1789**. Disponível em: < http://www4.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/dpcdh/Normas_Direitos_Humanos/DECLARA%C3%87%C3%83O%20DE%20DIREITOS%20DO%20HOMEM%20E%20DO%20CIDAD%C3%83O%20-%201789%20-%20PORTUGU%C3%8AS.pdf >. Acesso em: 18/06/2021

POLÍCIA MILITAR. **Anúncio da Operação Saturação em Paraisópolis**. Disponível em: < <https://www.facebook.com/POLICIAMILITARDESP/photos/a.230561813646181/2489318407770499/?type=3&theater> >. Acesso em: 18/06/2021

PONTE JORNALISMO. **Ação da PM no baile funk da favela Paraisópolis deixa 9 mortos pisoteados em SP**. Disponível em: < <https://ponte.org/acao-da-pm-no-baile-funk-da-favela-paraisopolis-deixa-9-mortos-pisoteados/> >. Acesso em: 18/06/2021

PONTE JORNALISMO. **Moradores de Paraisópolis vivem apreensão após assassinato de sargento**. Disponível em: < <https://ponte.org/moradores-de-paraisopolis-vivem-sob-terror-apos-morte-de-sargento/> >. Acesso em: 18/06/2021

PONTE JORNALISMO. **Vídeo da ação da PM no baile funk da favela Paraisópolis que deixou 9 mortos pisoteados em SP** - Ponte Jornalismo. Disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=W9-R1X_17gs >. Acesso em: 18/06/2021

PRESREPUBLICA. **Lei 5692/71**. Disponível em: < <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/128525/lei-de-diretrizes-e-base-de-1971-lei-5692-71> >. Acesso: 18/06/21

PROJETO COLABORA. **Polícia diz que operação no Jacarezinho teve 28 mortos**. Disponível em: < <https://projctocolabora.com.br/ods16/policia-do-rio-produz-sua-maior-chacina-numa-favela-em-acao-com-25-mortos/> >. Acesso em: 18/06/2021.

RATIER, Rodrigo Pelegrini. **Jornalismo e jornalistas de educação no Brasil: Um olhar multifocal sobre história, estrutura, agentes e sentidos**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

REINALDO AZEVEDO. **Dallagnol virou procurador contra o que diz a lei. E ficou na base da “teoria do fato consumado”**. Disponível em: < <https://reinaldoazevedo.blogosfera.uol.com.br/2017/07/24/dallagnol-se-fez-procurador-contra-o-que-diz-a-lei-e-ficou-na-base-da-teoria-do-fato-consumado/?cmpid=copiaecola> >. Acesso em: 18/06/2021

REVISTA PIAUÍ. **O abismo que separa quem tem e quem não tem ensino superior no Brasil**. Disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2017/09/22/abismo-separa-tem-ensino-diploma/> >. Acesso em: 18/06/2021

ROCHA, André Santos da. **“Nós não temos nada a ver com a Baixada!” – problemáticas de uma representação hegemônica na composição do território**. Belford Roxo: Uniabeu, 2013

SEBRAE. **Painel Regional: Baixada Fluminense I e II**. Disponível em: < https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/SebraePainel_BaixadaFluminense.pdf >. Acesso em: 18/06/2021

SEMRUSH. **100 sites mais acessados no Brasil: Edição 2021**. Disponível em: < <https://pt.semrush.com/blog/top-100-sites-mais-visitados/> >. Acesso em: 18/06/2021

SENADO. **Recordista em desigualdade, país estuda alternativas para ajudar os mais pobres**. Disponível em: < <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/03/recordista-em-desigualdade-pais-estuda-alternativas-para-ajudar-os-mais-pobres> >. Acesso em: 18/06/2021

SILVA, Lucia Helena Pereira da. **A invenção da Baixada Fluminense: UUUA da FUNDREM (1975/89) e a representação de uma região**. Belo Horizonte: Enanpur, 2015.

SILVA, Lucia Helena Pereira da. **Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga: um capítulo da história da ocupação da Baixada Fluminense**. Belford Roxo: Uniabeu, 2016.

SILVA, Max Ronaldo. **A Meritocracia como fator de estímulo no desempenho da educação brasileira: problematizações e novas possibilidades**. Porto Alegre: Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014.

SIMMEL, George. **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A Cidade Estilhaçada: Reestruturação Econômica e Emancipações Municipais na Baixada Fluminense**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

SLAVE VOYAGES. **Explore a dispersão de africanos enslaved em todo o mundo atlântico**. Disponível em: < <https://slavevoyages.org/> >. Acesso em: 18/06/2021.

SOARES, Karine da Silva e BACZINSKI, Alexandra Vanessa de Moura. **A meritocracia na educação escolar brasileira**. Cascavel: Revista Temas e Matizes, 2018.

SOUZA, Jessé. **Ralé Brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

SOUZA, Lucas Corte Alves. **A Periferia na Grande Mídia Brasileira: Uma Análise Discursiva**. Curitiba: Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2017.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do "nós" e "eles"**. Porto Alegre: L&PM editores, 2018.

TEMPERO DRAG. **Meritocracia**. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=i55mUdtoLWM&t=1158s> >. Acesso em: 18/06/2021.

THE ECONOMIST. **A Soneca de 50 anos**. Disponível em: < <https://www.economist.com/the-americas/2014/04/19/the-50-year-snooze> >. Acesso em: 18/06/2021

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis, SC: Insular, 2005.

VALLE, Ione Ribeiro e RUSCHEL Elizette. **Política Educacional Brasileira e Catarinense (1934 – 1936): Uma inspiração meritocrática**. Jáen: Universidad de Jáen, 2010.

WIKIPÉDIA. **Arbeit Macht**. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Arbeit_macht_frei >. Acesso em: 18/06/2021

WIKIPÉDIA. **Pnad**. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domic%C3%ADlios >. Acesso em: 18/06/2021

WIKIPÉDIA. **Prova Brasil**. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Avalia%C3%A7%C3%A3o_Nacional_do_Rendimento_Escolar >. Acesso em: 18/06/2021